

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Relatório de Gestão 2014

Rio de Janeiro
Abril de 2015

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RELATÓRIO DE GESTÃO

2014

Relatório de Gestão do exercício 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 134 de 04 de dezembro de 2013 alterada pela Decisão Normativa TCU nº 139 de 24 de setembro de 2014, da Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014 e das orientações do órgão de controle interno constantes na Portaria CGU nº 650, de 28 de março de 2014.

Rio de Janeiro

Abril de 2015

APRESENTAÇÃO

O documento do Relatório de Gestão, apresentado aos órgãos de controle interno e externo ao fim de cada exercício, tem por finalidade submeter à apreciação da administração pública e da sociedade o desempenho do IBGE com relação às suas diretrizes estratégicas e à gestão do recurso público para atendimento das Ações de sua competência.

As informações contidas no Relatório de Gestão representam um instrumento de transparência, cujo fundamento é o direito dos administrados à publicidade dos atos estatais, para que possam exercer a sua fiscalização. Esse direito, corporificado na prestação de contas perante o Tribunal de Contas da União e no processo de gestão institucional no exercício de 2014, visa à verificação do regular uso dos recursos públicos em termos de licitude, moralidade, eficiência e razoabilidade.

Nesse sentido, quanto às informações apresentadas neste documento, destacam-se: macroprocessos finalísticos; acesso do cidadão; avaliação de desempenho; programação orçamentária e financeira e resultados alcançados; execução das despesas; indicadores gerenciais sobre recursos humanos; gestão do patrimônio, da tecnologia da informação e do uso dos recursos renováveis.

Ressalte-se, finalmente, que este relatório é resultado de um trabalho coletivo, que integrou diversas Unidade Setoriais da Instituição.

Presidenta do IBGE

Wasmália Bivar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE.....	27
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	27
1.2 Finalidade e Competências Institucionais do IBGE.....	30
1.3 Organograma Funcional	30
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	33
2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	37
2.1 Estrutura de Governança.....	37
2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	44
2.3 Sistema de Correição	44
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	47
2.5 Remuneração paga a Administradores.....	47
3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	48
3.1 Canais de acesso do cidadão.....	48
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão	48
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços.....	48
3.4 Acesso às informações.....	49
3.5 Avaliação do desempenho.....	49
3.6 Medidas Relativas à acessibilidade.....	49
4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	50
4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada.....	50
5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	52
5.1 Planejamento da Unidade.....	52
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	54
5.2.1 Programa Temático.....	54
5.2.2 Objetivo.....	54
5.2.3 Ações.....	54
5.2.3.1 Ações – OFSS.....	56

5.2.3.1.1	Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos - Código: 20U6.....	56
5.2.3.1.2	Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos – Código: 20U8	63
5.2.3.1.3	Ação Censos Demográfico e Agropecuário - Código: 20U7.....	70
Total 71		
5.2.3.1.4	Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações - Código: 2230	72
5.2.3.1.5	Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências – Código: 20U5	74
5.2.3.1.6	Ação Administração da Unidade – Código: 2000	79
5.2.3.1.7	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes – Código: 2004.....	88
5.2.3.1.8	Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares – Código: 2010 89	89
5.2.3.1.9	Ação Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares – Código: 2011	90
5.2.3.1.10	Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – Código: 2012	91
5.2.3.1.11	Ação Publicidade de Utilidade Pública – Código: 4641	92
5.2.3.1.12	Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Código: 09HB	93
5.2.3.1.13	Ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis – Código: 0181.....	94
5.2.3.1.14	Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – Código: 00G5	95
5.2.3.1.15	Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) – Código: 0005	96
5.2.3.1.16	Ação Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais – Código: 0536	97
5.2.3.1.17	Ação Pagamento de Pessoal Ativo da União – Código: 20TP	98
5.2.3.1.18	Ação Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade – Código: 00M1	99
5.2.3.2	Ações/Subtítulos – OFSS	100
5.2.3.3	Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS	100
5.2.3.3.1	Pesquisas Estruturais da Área Econômica.....	100
5.2.3.3.2	Gestão e Administração do Programa.....	101
5.2.3.4	Ações – Orçamentos de Investimento – OI	101
5.2.3.5	Análise Situacional.....	101
5.3	Informações sobre outros resultados da gestão.....	102
5.4	Informações sobre indicadores de desempenho operacional.....	102
5.5	Informações sobre custos de produtos e serviços	105
6	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	106
6.1	Programação e Execução das Despesas.....	106
6.1.1	Programação das Despesas.....	106
6.1.1.1	Análise Crítica.....	107
6.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	108
6.1.3	Realização da Despesa	109
6.1.3.1	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total.....	109
6.1.3.2	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ 109	109
6.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	110
6.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados diretamente pela UJ	111
6.1.3.5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	111
6.1.3.6	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	112
6.1.3.7	Análise crítica da realização da despesa	113
6.2	Despesas com ações de publicidade e propaganda.....	113
6.3	Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	113

6.4	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	114
6.4.1	Análise Crítica	114
6.5	Transferências de Recursos.....	115
6.6	Suprimento de Fundos.....	117
6.6.1	Concessão de Suprimento de Fundos	117
6.6.2	Utilização do Suprimento de Fundos.....	117
6.6.3	Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	117
6.6.4	Análise Crítica	117
6.7	Renúncias sob a Gestão da UJ	118
6.8	Gestão de Precatórios	118
7	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	119
7.1	Estrutura de Pessoal da Unidade.....	119
7.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	119
7.1.2	Qualificação e capacitação da Força de Trabalho.....	121
7.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	124
7.1.4	Irregularidades na área de pessoal	125
7.1.4.1	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	125
7.1.4.2	Terceirização Irregular de Cargos	125
7.1.5	Riscos identificados na gestão de pessoas.....	125
7.1.6	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	126
7.2	Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários.....	126
7.2.1	Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	126
7.2.2	Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pela Plano de Cargos do Órgão.....	126
7.2.3	Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2.....	126
7.2.4	Contratação de Estagiários.....	126
7.3	Revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	127
7.4	Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”.....	127
7.5	Informações sobre a Entidade Fechada de Previdência Complementar.....	127
8	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	132
8.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	132
8.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	133
8.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	133
8.2.2	Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	133
8.2.3	Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	134
8.2.4	Análise Crítica	134
8.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	135
9	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	136
9.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	136

10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	138
10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	138
11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	139
11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	139
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	139
11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	139
11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	139
11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	139
11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	139
11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	139
11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	139
11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	140
11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	140
11.5 Alimentação SIASG e SICONV	141
12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	142
12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	142
12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas	142
12.3 Conformidade Contábil.....	142
12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	143
12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	143
12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	144
12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais.....	144
12.8 Relatório de Auditoria Independente.....	144
13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
Anexo 1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos.....	147
Anexo 2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos.....	149
Anexo 3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos.....	151
Anexo 4 – Utilização de Suprimento de Fundos	153

Anexo 5 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	155
Anexo 6 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	178
Anexo 7 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	182
Anexo 8 – Conclusões contidas no relatório da auditoria independente	188
Anexo 9 – Conclusões do último estudo atuarial.....	193
Anexo 10 – Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	197
Anexo 11 – Distribuição de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ	199
Anexo 12 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	201
Anexo 13 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	208
Anexo 14 – Relatório de cumprimento das recomendações do Órgão de Controle Interno.....	211
Anexo 15 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação das Unidades Orçamentárias do IBGE.....	29
Quadro 2 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	32
Quadro 3 - Pesquisas e Estudos Estatísticos.....	56
Quadro 4 - Principais Despesas da Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos em 2014.....	62
Quadro 5 - Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos.....	63
Quadro 6 - principais Despesas da Ação Pesquisas, Estudos e.....	68
Quadro 7 - Identificação da Ação Censos Demográfico e Agropecuário.....	70
Quadro 8 - Principais despesas da Ação Censos Demográfico e Agropecuário em 2014.....	71
Quadro 9 - Identificação da Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações.....	72
Quadro 10 - Principais Despesas da Ação Gestão da Documentação e.....	73
Quadro 11 - Identificação da Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências.....	74
Quadro 12 - Principais Despesas da Ação Ensino de Graduação e.....	78
Quadro 13 - Identificação da Ação Administração da Unidade em 2014.....	79
Quadro 14 - Principais Despesas da Ação Administração da Unidade em 2014.....	86
Quadro 15 - Identificação da Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis,.....	88
Quadro 16 - Principais Despesas da Ação Identificação da Ação Assistência Médica e.....	88
Quadro 17 - Identificação da Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, ...	89
Quadro 18 - Principais Despesas da Ação Assistência Pré-Escolar aos.....	89
Quadro 19 - Identificação da Ação Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.....	90
Quadro 20 - Principais Despesas da Ação Identificação da Ação Auxílio-Transporte.....	90
Quadro 21 - Identificação da Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.....	91
Quadro 22 - Principais Despesas da Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis,.....	91
Quadro 23 - Identificação da Ação Publicidade de Utilidade Pública.....	92
Quadro 24 - Identificação da Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	93
Quadro 25 - Principais Despesas da Ação Identificação da Ação Contribuição da União, de suas.....	93
Quadro 26 - Identificação da Ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis.....	94
Quadro 27 - Principais Despesas da Ação Pagamento de Aposentadorias e.....	94
Quadro 28 - Identificação da Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.....	95
Quadro 29 - Identificação da Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios).....	96
Quadro 30 - Identificação da Ação Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais.....	97
Quadro 31 - Identificação da Ação Pagamento de Pessoal Ativo da União.....	98
Quadro 32 - Principais Despesas da Ação Pagamento de Pessoal Ativo da União em 2014.....	98
Quadro 33 - Identificação da Ação Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade.....	99
Quadro 34 - Principais Despesas da Ação Identificação da Ação Benefícios.....	99
Quadro 35 - Restos a Pagar - Pesquisas Estruturais da Área Econômica.....	100
Quadro 36 - Restos a Pagar - Gestão e Administração do Programa.....	101
Quadro 37 - Indicadores de Desempenho.....	103

Quadro 38 – Programação de Despesas	106
Quadro 39 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	108
Quadro 40 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	109
Quadro 41 - Despesas por Grupo e Elementos de Despesa – Créditos Originários - Total.....	110
Quadro 42 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	111
Quadro 43 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	112
Quadro 44 - Despesas com Publicidade.....	113
Quadro 45 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	114
Quadro 46 – Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência...	115
Quadro 47 - Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	115
Quadro 48 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, cooperação e de contratos de repasse	116
Quadro 49 – Força de Trabalho da UJ	119
Quadro 50 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	120
Quadro 51 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....	120
Quadro 52 – Cursos Presenciais e Concluintes em 2014	122
Quadro 53 - Cursos oferecidos na modalidade EaD (a distância).....	123
Quadro 54 – Custo de Pessoal.....	124
Quadro 55 - Composição do Quadro de Estagiários.....	126
Quadro 56 – Salário de Contribuição e Contribuição IBGE – Plano RJU 2014.....	128
Quadro 57 - Dívida da Patrocinadora-Instituidora IBGE.....	128
Quadro 58 - Posição da alocação dos investimentos em 2014.....	129
Quadro 59 - Rentabilidade dos Segmentos – 2014	129
Quadro 60 – Políticas de Investimentos 2014-2018.....	129
Quadro 61 - Média Anual de Quilômetros Rodados e Custos Totais de Veículos Próprios, anos 2012, 2013 e 2014	133
Quadro 62 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014	137
Quadro 63 - Aspectos da Gestão Ambiental	138
Quadro 64 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ,.....	139
Quadro 65 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014	140
Quadro 66 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	141
Quadro 67 - Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição Percentual por Procedimentos Disciplinares Instaurados	45
Gráfico 2 – Distribuição Percentual dos Resultados de Julgamento por Situação.....	46
Gráfico 3 – Distribuição Percentual dos Procedimentos Instaurados por Assunto.....	46
Gráfico 4 - Taxa de Satisfação dos Usuários de Informações Estatísticas e Geocientíficas - IBGE – 2003/2014.....	49
Gráfico 5 - Resultados do Indicador Taxa de Resultados Alcançados – IBGE 2009-2014.....	104
Gráfico 6 - Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e	104
Gráfico 7 - Tempo de Resposta - Médio em dias do Serviço de Atendimento por	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Funcional do IBGE.....	31
Figura 2 - Pesquisa Nacional de Saúde – PNS.....	58
Figura 3 – Contas Regionais 2012	58
Figura 4 - Estatísticas de Gênero – Uma análise.....	59
Figura 5 - Estatísticas de Empreendedorismo 2012	60
Figura 6 - Síntese de Indicadores Sociais - uma análise	61
Figura 7 - Potencial de Agressividade Climática na Amazônia Legal.....	64
Figura 8 - Logística dos Transportes no Brasil	65
Figura 9 - Redes e Fluxos do Território: Gestão do Território	65

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABER	Associação Brasileira de Estudos Regionais
ABIN	Agencia Brasileira de Inteligência
ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
AGU	Advocacia Geral da União
ALAP	<i>Asociación Latinoamericana de Población</i>
ALOS	<i>Advanced Land Observing Satellite</i>
ANIPES	Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASA	<i>American Statistical Association</i>
AUD	Auditoria Interna do IBGE
AVNIR-2	<i>Advanced Visible and Near Infrared Radiometer type 2</i>
BC100	Base Cartográfica Contínua na Escala 1:100.000
BCIM	Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo
BDA	Banco de Dados Administrativo
BDIA	Banco de Dados e Informações Ambientais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e Africa do Sul
BT	Base Territorial
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPI	Computerized Assisted Personal Interviewing
CDDI	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
CDHP	Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa
CDI	Certificados de Depósito Interbancário
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEJA	Centros de Educação de Jovens e Adultos
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas do IBGE
CEP	Código de Endereçamento Postal
CEPAL	<i>Comisión Económica para América Latina</i>
CESAN	Companhia Espírito Santense de Saneamento
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
CGU	Controladoria Geral da União
CIC	Centro de Inteligência Corporativa
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica

CNEFE	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Benefícios
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COF	Coordenação de Orçamento e Finanças
CONCAR	Comissão Nacional de Cartografia
CPCN	Comissão Permanente de Contas Nacionais
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPS	Coordenação de Planejamento e Supervisão
CPTEC	Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
CRBP	<i>Código Regional de Buenas Práticas</i>
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CRH	Coordenação de Recursos Humanos
CTIC	Comitê de Tecnologias de Informação e Comunicação
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estatística
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DE	Diretoria-Executiva
DER-ES	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo
DI	Diretoria de Informática
DITEC	Diretoria de Análise Técnica
DOU	Diário Oficial da União
DS	Demanda Social
EAD	Ensino a Distância
EMBRACE	Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
ENCE/CTA	Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento da Escola Nacional de Ciências Estatísticas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERRJ	Escritório de Supervisão da Previc no Rio de Janeiro
ESAD	Escola de Administração e Negócios
ESAF	Escola de Administração Fazendária
ESCELSA	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A
ESTADIC	Pesquisa Básica de Informações dos Estados
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GAT	Gerência de Atendimento
GECON	Gerência de Contabilidade
GEOBASES	Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo
GEPAD	Gerência de Processos Administrativos Disciplinares
GM	Mapa Global
GMA	Mapa Global das Américas

GPS	<i>Global Positioning System</i>
GSE	Gratificação por Serviço Extraordinário
GSIE	Grupo de Trabalho sobre Segurança das Informações Estatísticas
IASI	<i>Inter-American Statistical Institute</i>
IATUR	International Association for Time Use Research
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM	<i>International Business Machines</i>
ICA	<i>International Cartographic Association</i>
ICC	<i>International Cartographic Association</i>
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal de Espírito Santo
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IFM	Índice de Fundos de Investimentos Multimercados
IG	informações geoespaciais
IGovTI	Índice de Governança de TI
IGVSB	Instituto Geográfico Venezuelano Simon Bolívar
IHBI	Instituto Haitiano de Estatística e Informática
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
IN	Instrução Normativa
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDE	Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
INDEC	Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEC	Instituto Nacional de Estatística e Censos da Costa Rica
INEGI	Instituto Nacional de Estatística do México
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOE	Inventário de Operações Estatísticas
IP	Internet Protocol
IPP	Índice de Preços ao Produtor
ISI	<i>International Statistical Institute</i>
JBRJ	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
KM	Kilômetro
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC	Ministério da Educação

MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Mapas Municipais para Fins Estatísticos
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPLS	<i>Multi Protocol Label Switching</i>
MS	Ministério da Saúde
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
OCI	Órgão de Controle Interno
OFND	Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OI	Orçamento de Investimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC	Pesquisa Anual do Comércio
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAIC	Pesquisa Anual da Indústria da Construção
PAINT	Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAM	Pesquisa de Agricultura Municipal
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PAT	Plano Anual de Treinamento
PDA	<i>Personal Digital Assistant</i>
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE
PE	Plano Estratégico
PEAS	Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privadas sem fins lucrativos
PENSE	Pesquisa Nacional de Saúde Escolar
PEVS	Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura
PGA	Plano de Gestão Administrativa
PGIEG	Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas
PHP	<i>Personal Home Page</i>
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIMES	Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física
PINS	Programa de Integração dos Novos Servidores
PJ	Pessoa Jurídica
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS	Plano de Logística Sustentável
PMC	Pesquisa Mensal de Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNGEO	Política Nacional de Geoinformação
PNPD	Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicações
PPA	Plano Plurianual
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
PPSPS	Plano Previdenciário Suplementar à Previdência Social
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PROAP	Programas de Apoio à Pós-Graduação
PSI	Processos de Seleção Interna
R.CD.	Resolução do Conselho Diretor
RA	Taxa de Resultados Alcançados
RBE	Revista Brasileira de Estatística
RBMC	Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RCB	Revista Brasileira de Cartografia
REBEP	Revista Brasileira de Estudos de População
REES	Reunião Especializada de Estatística do Mercosul
REGCI	Estatísticas de Registro Civil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RH	Recursos Humanos
RIPSA	Rede Integrada de Informações para a Saúde
RJU	Regime Jurídico Único
RMA	Relatório Mensal de Almoarifado
RMB	Relatório Mensal de Bens
RN	Referência de Nível
SBC	Sociedade Brasileira de Computação
SBR	Supervisão Baseada em Riscos
SDA	Sistema de Dados Administrativos
SDDI	Setores de Documentação e Disseminação de Informações
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEAMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEP	Secretaria de Estado de Economia e Planejamento
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SIAD	Sistema Informatizado dos Atos Deliberativos do IBGE
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAS	Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Sistema de Informações de Custo
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal

SIEM	Security Intelligence Platform
SIG Brasil	Sistema de Informações Geográficas do Brasil
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPD	Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares
SIPEG	Sistema Integrado de Posicionamento para Estudos Geodinâmicos
SIRC	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil
Sisac	Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões
SISMAP	Sistema de Mapas
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
SISPEP	Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNIG	Sistema Nacional de Políticas de Gênero
SNIPC	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SQL	Structured Query Language
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCA	Termo Circunstanciado Administrativo
TCU	Tribunal de Contas da União
TDIEG	Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TRm	Tempo de Resposta
TSU	Taxa de Satisfação dos Usuários
UE	Unidade Estadual
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UG	Unidade Gestora
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNCEEA	<i>United Nations Committee of Experts on Environmental-Economic Accounting</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	<i>United Nations Population Fund</i>
UN-GGIM	United Nations Committee of Experts on Global Geospatial Information Management
UNSD	<i>United Nations Statistics Division</i>
UO	Unidade Orçamentária
VBA	<i>Visual Basic for Applications</i>
VoIP	<i>Voice over Internet Protocol</i>

INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 5878 de maio de 1973, o IBGE é o órgão responsável por “assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especificamente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional”.

Por ser a informação um recurso cada vez mais essencial na moderna sociedade do conhecimento e por ser o IBGE uma instituição que pauta pela qualidade da informação por ele gerada, o Instituto conta com o reconhecimento da sociedade pela importância de seu produto.

Nesse contexto o Relatório de Gestão vem a ser um dos principais instrumentos que viabilizam o princípio constitucional da transparência e da obrigatoriedade da prestação de contas do gasto público, apresentando e analisando os aspectos inerentes ao processo de gestão institucional e às práticas ocorridas no exercício que propiciaram a produção das informações.

A Instituição buscou nas disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 140 de 15 de outubro de 2014, da Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2013 e da Portaria CGU nº 650, de 28 de março de 2014, o embasamento teórico-normativo para a elaboração do Relatório de Gestão 2013.

O conteúdo do presente documento está apresentado conforme a estrutura definida no Anexo Único da Portaria Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2013, tendo sido dividido em duas partes: A – Conteúdo Geral; B – Conteúdo Específico.

Os itens ou subitens que não se aplicam ao IBGE ou que não possuem conteúdo a ser declarado no exercício de 2014 e com suas respectivas justificativas encontram-se listados a seguir:

Parte A

5.2.1 Programa Temático e 5.2.1.1 Análise Situacional: no PPA 2012-2015 o IBGE não consta como responsável por Programas Temáticos de governo;

5.2.2 Objetivo e 5.2.2.1 Análise Situacional: no PPA 2012-2015 o IBGE não consta como responsável por Programas Temáticos de governo;

5.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS: o IBGE é responsável integralmente pela execução da Ação;

5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI e 5.2.3.5 Análise Situacional: o IBGE não possui orçamento de investimento por não se tratar de empresa estatal;

2.5 Remuneração Paga a Administradores e seus subitens: o IBGE não efetua pagamento a administradores por não ser uma empresa estatal;

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa: A Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa não se aplica ao IBGE pelo fato da movimentação ser efetuada por uma única Unidade Jurisdicionada onde os créditos da UO são registrados contabilmente, na UG 114601, denominada Administração Central;

6.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ: não se aplica ao IBGE pelo fato de ser uma única Unidade Jurisdicionada onde os créditos da UO são registrados contabilmente, na UG 114601, denominada Administração Central;

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ: não se aplica ao IBGE pelo fato de ser uma única Unidade Jurisdicionada onde os créditos da UO são registrados contabilmente, denominada Administração Central;

4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos: no exercício de 2014 não houve registros de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse: Não se aplica ao IBGE, pois esta entidade não realizou nesse período Convênio ou Contrato de Repasse na qualidade de concedente de recursos;

6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ e seus subitens: o IBGE não gere sobre renúncias de receitas, ou seja, não recebe benefícios financeiros e creditícios, bem como não faz arrecadação tributária;

6.8 Gestão de Precatórios e seus subitens: os Precatórios são geridos pela Advocacia Geral da União – AGU;

12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008: o IBGE participa do SIAFI integralmente tendo suas Demonstrações Contábeis consolidadas diretamente no Sistema;

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976: o IBGE não se configura como uma companhia ou sociedade anônima.

Parte B

58 Órgãos e Entidades que Executam Acordos de Cooperação Internacional, com a Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”: no exercício de 2014, o IBGE não contratou consultores internacionais na modalidade produto;

No tocante às principais realizações da gestão institucional do IBGE em 2014, abordadas neste relatório, podem ser destacadas, dentre outros:

- ✓ divulgação das estimativas das populações residentes nos 5.570 municípios brasileiros;
- ✓ publicação dos resultados trimestrais de 2012, 2013 e dos 3 primeiros trimestres de 2014, relativos ao mercado de trabalho nos níveis Brasil e Grandes Regiões;
- ✓ publicação do 1º volume da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS;
- ✓ publicação “Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010”.
- ✓ disponibilização do conjunto de arquivos digitais vetoriais, resultado dos levantamentos sobre a cobertura e o uso da terra em Rondônia;
- ✓ divulgação dos mapas “Potencial de Agressividade Climática na Amazônia Legal” e “Logística dos Transportes no Brasil”;
- ✓ publicação da série “Redes e Fluxos do Território: Gestão do Território”;
- ✓ disponibilização da versão atualizada da Base Cartográfica Contínua do Brasil, ao milionésimo – BCIM;
- ✓ lançamento do Mapa Político do Brasil 1:2.500.000; e
- ✓ divulgação da Área Territorial oficial do Brasil – 2013 e da Malha Municipal – 2013.

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

a) Poder e Órgão de Vinculação

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é uma fundação pública do Poder Executivo, de direito público vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

b) Identificação da Unidade Jurisdicionada

O IBGE, constante na tabela institucional da Lei Orçamentária Anual – LOA, sob o código 47205, encontra-se cadastrado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG, sob o número 29813, e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, sob o número 11301, com todas as suas Unidades Gestoras - UG em funcionamento, tendo como principal atividade econômica a produção de informações geográficas e estatísticas - federal, estadual e municipal - classificada na Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE sob o código 8411-6/00.

A Presidência do IBGE está situada na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Franklin Roosevelt número 166, Centro, CEP 20021-120, de onde são articuladas, coordenadas e supervisionadas, por meio de suas Unidades Estaduais, as atividades da Fundação nas 27 unidades da federação e nas 584 agências espalhadas em todo o território nacional, podendo ser contatada pelos telefones (21)21424501, (21) 21424502 e 0800.7218181 e *fac-símile*: (21) 21420893.

O endereço da página institucional na internet é <http://www.ibge.gov.br> e está voltado para atender um conjunto diversificado de usuários, com canais de conteúdos direcionados aos jovens e adolescentes, canais de banco de dados e *downloads* de resultados de estudos e pesquisas, canais de conteúdo histórico e loja virtual.

c) Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas de Criação e Alteração

O IBGE foi instituído nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, e sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro. Rege-se pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, publicado no DOU 114, de 16 de junho de 2003, pelo Regimento Interno aprovado na Portaria MP nº 215, de 12 de agosto de 2004, e publicado no DOU nº156, de 13 de agosto de 2004, e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

Os atos normativos de criação do IBGE conferiram-lhe por missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”¹, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica e

¹ <http://www.ibge.gov.br>

socioeconômica, e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, sendo ainda de competência do IBGE propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG; atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico e no Sistema Estatístico Nacional, mediante a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas, em consonância com o PGIEG, sob sua responsabilidade, instituído pela Lei nº 5.878, de 1973, e aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, como também acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano.

Normas Relacionadas à Gestão e Estrutura do IBGE

O IBGE conta com o Sistema Informatizado dos Atos Deliberativos do IBGE - SIAD, disponível na intranet, que agrega os atos deliberativos, estabelecidos no seu Regimento Interno, classificados por data, assunto, órgão, tipo de ato e situação, conformando as normas regulamentadoras da gestão e estrutura organizacional da instituição.

Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades do IBGE

O portal do IBGE na internet² mantém disponibilizado, para toda a sociedade, os produtos e serviços da instituição, as informações sobre metodologias e tecnologias utilizadas nas diversas atividades que desenvolve, bem como dá transparência aos processos de contas anuais dos quais este Relatório de Gestão faz parte.

Em relação à gestão, cabe também informar que, paralelamente à distribuição aos líderes estratégicos do Órgão, todos os relatórios se encontram disponíveis a todos os servidores, na rede interna do IBGE, precisamente no portal da Diretoria-Executiva.

d) Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

A Fundação IBGE - Administração Central (RJ), cadastrada no SIAFI sob o número 114601, é a unidade gestora onde é centralizado o orçamento, cujo código de gestão é 11301 para todas as gestões relacionadas ao IBGE. A seguir são apresentadas todas as Unidades Gestoras relacionadas ao IBGE.

² <http://www.ibge.gov.br>

Quadro 1 - Identificação das Unidades Orçamentárias do IBGE

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código SIAFI da UGO
IBGE- Diretoria Executiva - ATUFOLHA	110325
Fundação IBGE - Administração Central (RJ)	114601
Unidade Estadual do IBGE em Rondônia	114602
Unidade Estadual do IBGE no Acre	114603
Unidade Estadual do IBGE no Amazonas	114604
Unidade Estadual do IBGE em Roraima	114605
Unidade Estadual do IBGE no Pará	114606
Unidade Estadual do IBGE no Amapá	114607
Unidade Estadual do IBGE no Maranhão	114608
Unidade Estadual do IBGE no Piauí	114609
Unidade Estadual do IBGE no Ceará	114610
Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Norte	114612
Unidade Estadual do IBGE na Paraíba	114613
Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco	114614
Unidade Estadual do IBGE em Alagoas	114615
Unidade Estadual do IBGE em Sergipe	114616
Unidade Estadual do IBGE na Bahia	114617
Unidade Estadual do IBGE em Minas Gerais	114618
Unidade Estadual do IBGE no Espírito Santo	114619
Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso Sul	114620
Coordenação de Recursos Materiais	114621
Unidade Estadual do IBGE em São Paulo	114622
Unidade Estadual do IBGE no Paraná	114623
Unidade Estadual do IBGE em Santa Catarina	114624
Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul	114625
Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso	114626
Unidade Estadual do IBGE em Goiás	114627
Unidade Estadual do IBGE no Distrito Federal	114629
Unidade Estadual do IBGE no Rio de Janeiro	114631
Presidência/IBGE	114632
Escola Nacional de Ciências Estatística	114633
Diretoria de Informática/IBGE	114634
Diretoria de Pesquisas/IBGE	114635
Diretoria de Geociências/IBGE	114636
Centro Documentação e Disseminação da Informações/IBGE	114637
Unidade Estadual do IBGE em Tocantins	114639
Reforma p/ setor Desenvolvimento Humano BIRD.	114640
Contrato de Empréstimo Ext. BID-991/OC/BR/BRA/97/013	114641

Fonte: SIAFI, 2014

1.2 Finalidade e Competências Institucionais do IBGE

A Fundação IBGE, conforme estabelecido pelo seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, tem por competências coordenar as atividades do sistema estatístico nacional, e as de natureza geográfica e cartográfica, bem como, realizar levantamentos e estudos nesses campos para assegurar informações necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País. Tais competências visam, especificamente, ao planejamento econômico e social e à segurança nacional, constituindo-se assim como principal provedor de dados e informações imprescindíveis ao diagnóstico e monitoramento da dinâmica econômica, demográfica, social, política e espacial da sociedade brasileira.

1.3 Organograma Funcional

O estatuto do IBGE define sua natureza, finalidade, estrutura organizacional e competências. A estrutura organizacional compreende: i) órgãos colegiados de direção superior; ii) órgão de assistência direta e imediata ao presidente; iii) órgãos seccionais; iv) órgãos específicos singulares, e v) órgãos descentralizados. Dos órgãos colegiados de direção superior fazem parte os conselhos técnico, diretor e curador. Suas atribuições e competências estão relacionadas à formulação e apreciação de proposições voltadas ao interesse institucional, coordenação das atividades dos órgãos, fiscalização, acompanhamento e controle da gestão patrimonial. O órgão de assistência direta e imediata ao presidente está representado, na estrutura organizacional, pelo gabinete cuja competência é prestar assistência ao presidente na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais. Ainda na função de assessoria estão os órgãos seccionais Auditoria Interna, Procuradoria Federal e Diretoria - Executiva. À Auditoria Interna compete fiscalizar o uso adequado dos recursos e comprovar a legalidade e legitimidade das ações administrativas. À Procuradoria Federal compete representar judicial e extrajudicialmente a instituição e prestar assessoria jurídica aos demais órgãos e à Diretoria-Executiva compete exercer as atividades de planejamento e coordenação geral, bem como a organização, a coordenação, a orientação e a execução das atividades relativas à administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, finanças e contabilidade, dando suporte às unidades descentralizadas na realização dessas atividades. Dos órgãos específicos singulares fazem parte as diretorias, o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas-ENCE. As competências destes órgãos encontram-se abaixo transcritas:

“Art. 18. À Diretoria de Pesquisas compete: I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País; e II - executar as ações que couberem à Fundação IBGE no âmbito da coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação em matéria estatística.

Art. 19. À Diretoria de Geociências compete: I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza geográfica, geodésica e cartográfica, bem como aqueles relativos a recursos naturais e condições do meio ambiente; e II - executar as ações que couberem à Fundação IBGE no âmbito da coordenação dos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, assim como em relação a convênios de cooperação em matéria geocientífica.

Art. 20. À Diretoria de Informática compete: I - planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades de processamento de dados e de informações científicas e administrativas, apoiando, promovendo e desenvolvendo os processos de informatização da Fundação IBGE; II - administrar o parque central de equipamentos e a infraestrutura básica de informática; III - administrar e zelar pela preservação e garantia da integridade das informações contidas na base de dados da Fundação IBGE, proporcionando apoio técnico para o acesso a essas informações; e IV - promover a prospecção de novas tecnologias, difundi-las e assessorar os demais órgãos da

Fundação IBGE em sua utilização.

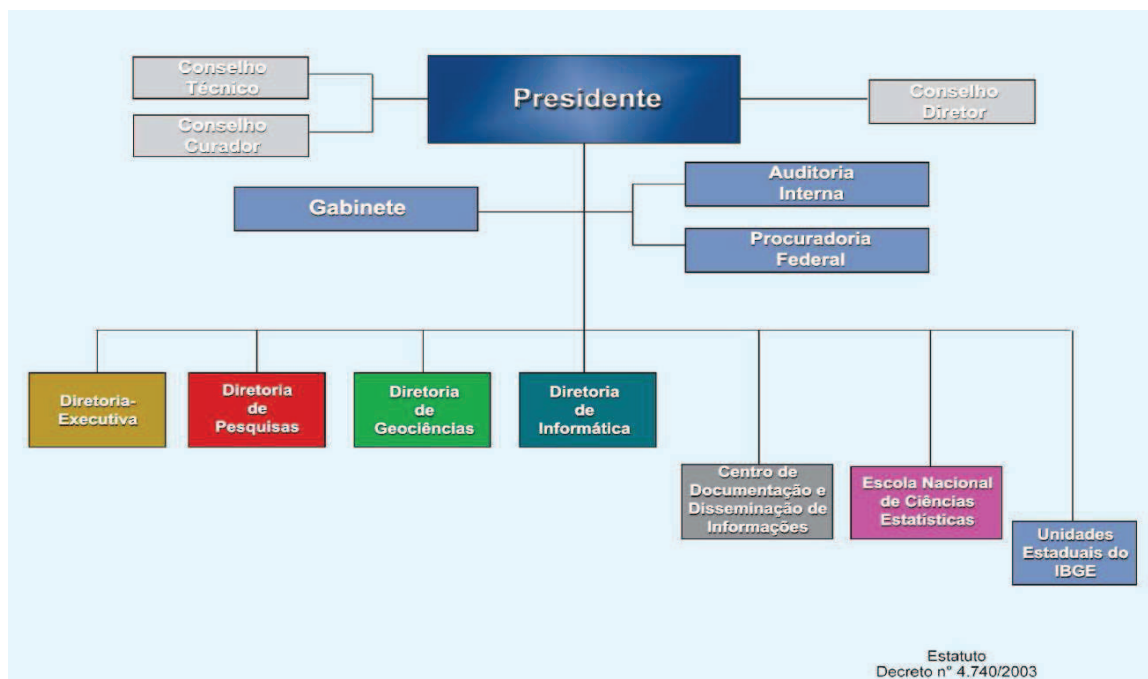
Art. 21. Ao Centro de Documentação e Disseminação de Informações compete: I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de documentação e de disseminação do acervo de informações; II - desenvolver produtos e serviços de informação adequados aos vários segmentos de usuários e promover sua divulgação e comercialização; III - divulgar a imagem e preservar a memória institucional; e IV - zelar pelos direitos intelectuais da Fundação IBGE quanto a seus produtos.

Art. 22. À Escola Nacional de Ciências Estatísticas compete planejar, orientar, coordenar, controlar e executar atividades de ensino e pesquisa em matéria estatística e geográfica, implementando as atividades relacionadas a treinamento, aperfeiçoamento, formação e pesquisa das diferentes áreas da Fundação IBGE, podendo manter cursos de graduação, de pós-graduação e de especialização, tanto para funcionários da Fundação IBGE quanto para o público em geral, observada a legislação educacional vigente.

Parágrafo único. A Escola terá autonomia de ensino, devendo, em sua atuação, articular-se com as demais unidades da Fundação IBGE.³

Os órgãos descentralizados compreendem as Unidades Estaduais sediadas em cada uma das capitais brasileiras. A elas compete planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da instituição no âmbito de sua jurisdição.

Figura 1 - Organograma Funcional do IBGE



³ Fonte: Estatuto/Decreto nº 4.740/2003

Quadro 2 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas Estratégicas	Titular	Data da Nomeação	Data da Exoneração
Presidência	Wasmalia Socorro Barata Bivar	14/9/2011 (Portaria nº1408 da C.Civil)	-
Gabinete	Mariana Martins Rebouças	23/01/2012 (Portaria nº44 do IBGE)	-
Auditoria Interna	Walid Nemer Damous Sobrinho	23/04/2009 (Portaria nº108 do IBGE)	-
Procuradoria Federal	Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque Junior	14/10/2005 (Portaria nº894 do MPO)	-
Diretoria-Executiva	Fernando Jose de Araújo Abrantes	08/07/2013 (Portaria nº502 da C.Civil)	-
Diretoria de Pesquisas	Márcia Maria Melo Quintslr	28/05/2011 (Portaria nº1469 da C.Civil)	04/06/2014 (Portaria nº445 da
	Roberto Luís Olinto Ramos	20/08/2014 (Portaria nº642 da C. Civil)	-
Diretoria de Geociências	Wadih João Scandar Neto	28/09/2011 (Portaria nº1470 da C. Civil)	-
Diretoria de Informática	Paulo Cesar Moraes Simões	07/08/2009 (Portaria nº385 da C. Civil)	-
Centro de Documentação e Disseminação de Informações	David Wu Tai	20/07/1995 (Portaria nº481 do IBGE)	-
	Denise Britz do Nascimento Silva	28/05/2011 (Portaria nº1469 do IBGE)	04/06/2014 (Portaria nº445 do
Escola Nacional de Ciências Estatísticas	Maysa Sacramento de Magalhães	27/08/2014 (Portaria nº962 do IBGE)	-

Fonte: IBGE, 2015

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O planejamento estratégico 2012-2015 do IBGE contempla oito macroprocessos relacionados às atividades primárias (de negócio) da Instituição, ou seja, à produção de bens ou serviços e à logística de entrega de seus estudos e levantamentos estatísticos e geocientíficos para o Governo e a sociedade.

A descrição desses macroprocessos, os produtos e serviços, os principais clientes e as unidades responsáveis encontram-se no Anexo 1.

Para o cumprimento de atividades relacionadas aos macroprocessos finalísticos, o IBGE contou com parcerias estratégicas e fundamentais em 2014. São elas:

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

A Agência auxiliou essa Fundação a realizar o Bloco de Vigilância Sanitária e a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC no âmbito da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC.

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ

A parceria visou regulamentar a cooperação técnico-científica entre o CEFET/RJ e a ENCE, respeitadas as legislações específicas de cada partícipe e que regulem a matéria, nos seguintes setores: Intercâmbio de conhecimentos técnico-científicos; atividades de pesquisa em temas de interesse em comum; cessão mútua de recursos laboratoriais; formação de pessoal em nível de pós graduação (mestrado e doutorado); intercâmbio de professores.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Por meio da cooperação entre os partícipes, houve a execução do Programa de Demanda Social - DS e do Programa de Apoio à Pós-Graduação - PROAP, segundo as normas contidas em seu regulamento vigente, no âmbito da Ação 0487 - Concessão de Bolsas de estudo no País, integrante do Programa de Governo 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, Escola da Advocacia-Geral da União - AGU, Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, Tribunal de Contas da União – TCU, Instituto Serzedello Correa, Academia Nacional de Polícia, Escola de Inteligência - ABIN, Escola da Previdência Social – INSS

A parceria visou a realização de ações conjuntas de capacitação de servidores públicos para o aperfeiçoamento da gestão pública e da qualidade dos serviços públicos.

Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN

Executada por intermédio da SEPLAN, a parceria visou auxiliar tecnicamente na Revisão Geral da Divisão Político Administrativa do Estado, proporcionando a atualização dos memoriais descritivos dos limites municipais com pontos descritos por coordenadas vinculadas ao sistema geodésico brasileiro, que permitam ao órgão técnico do Estado, se necessário, a materialização dos limites anteriormente representados por linhas imaginárias, visando consolidar os limites municipais. Para o IBGE é importante a identificação de ações que orientem a melhor representação e atualização da divisão territorial do país, tendo em vista a utilização de novas tecnologias nos processos e atividades de atualização da Base Territorial para os Censos e Pesquisas Estatísticas.

Estado do Espírito Santo

Foi realizada parceria de mútua cooperação entre o Estado do Espírito Santo, com órgãos públicos estaduais, federais - dentre eles o IBGE e empresas privadas, que integram o Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo - GEOBASES para composição, manutenção, operacionalização, uso, atualização, disponibilização, compartilhamento e intercâmbio das informações geoespaciais do Estado do Espírito Santo que formam a rede multi-institucional e multidisciplinar do GEOBASES.

As instituições que integram o GEOBASES são: a Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA, a Secretaria de Estado da Saúde - SESA, o Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo - DER-ES, a Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal de Espírito Santo - IDAF, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A - ESCELSA e a FIBRIA S/A.

Governo do Estado do Amapá, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN e a interveniência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA

A parceria com os Institutos visou restabelecer e densificar as Redes Geodésicas no Estado do Amapá conforme normas e especificações técnicas do IBGE em vigor, abrangendo a área estadual ao longo das principais rodovias estaduais e federais, no sentido de apoiar a Política Cartográfica e o Plano Cartográfico do Estado do Amapá, subsidiar a definição de políticas públicas adequadas à sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental, o mapeamento de risco e resposta a desastres, o apoio à implantação de Usinas Hidroelétricas e o apoio ao mapeamento do estado nas escalas de 1:50.000, 1:25.000 e 1:1.000.

Instituto Lemann

A parceria entre o IBGE e o Instituto propiciou a orientação, capacitação e treinamento de servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP em temas relacionados à crítica, imputação, disseminação e análise de dados educacionais produzidos pelo IBGE.

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

Juntamente com a JBRJ, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, deu-se continuidade aos estudos ambientais, através do amplo intercâmbio técnico e científico através de desenvolvimento de projetos de interesse das instituições, intercâmbio de dados, de informações técnicas e de pessoal, assistência e assessoria técnico científica, treinamento profissional e de desenvolvimento experimental. A realização deste estudo permitiu as pesquisas relativas à diversidade florística do Brasil e o enriquecimento mútuo dos respectivos acervos, além de fornecer informações atualizadas sobre as espécies de angiospermas brasileiras, através da identificação científica, elaboração e divulgação de pesquisas acadêmicas de grupos de plantas, consideradas relevantes à flora do país.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

Houve a realização de parceria de cooperação técnica, científica, educacional e cultural, visando o desenvolvimento e a execução de ações conjuntas para normalização, suporte a análise espacial, difusão e o fortalecimento das Indicações Geográficas - IG no Brasil, contribuindo para o acesso, o uso e o aprimoramento de informações e procedimentos relativos à delimitação da área geográfica da IG e

aspectos correlatos em conformidade com o Sistema Cartográfico Nacional e a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE.

Ministério da Saúde – MS

A parceria com o MS teve como escopo o planejamento da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PENSE.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

O Acordo de Cooperação Técnica visou à atualização do Sistema Nacional de Indicadores de Gênero - SNIG a partir das informações do Censo Demográfico 2010 e divulgação dos resultados por meio de uma publicação específica e sistema web desenvolvido para este fim, bem como a realização de um estudo específico a partir do SNIG, com foco nas mulheres rurais, para a formulação e gestão de políticas públicas com vistas à melhoria das condições de vida das mulheres, redução das desigualdades de gênero e equalização de oportunidades.

Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome – MDS

O MDS realizou diversas parcerias em conjunto com o IBGE, sendo essas:

- Cooperação na realização do Suplemento sobre Segurança Alimentar junto à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, a qual agregará insumos importantes para o acompanhamento e avaliação da efetividade das políticas do Ministério;
- Realização conjunta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, com o Suplemento Educação e Qualificação Profissional, Acesso a Programas de Inclusão Produtiva, Mobilidade Sócio-Ocupacional e Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- Realização conjunta do Suplemento de Inclusão Produtiva junto à Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, por meio de termo de cooperação;
- Colaboração para a realização da Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privadas sem fins lucrativos – PEAS;
- Assinatura de convênio visando o batimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CADÚNICO com o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE, que propiciará a inclusão do código do setor censitário no CADÚNICO – permitindo análises qualitativas importantes para o gerenciamento de programas do Ministério. Como benefício no convênio, o IBGE, através das atualizações do CADÚNICO, obterá informações que serão úteis no processo de melhoria do CNEFE.

Município de Juiz de Fora

Foi realizado entre o IBGE e o Município de Juiz de Fora, o intercâmbio técnico-metodológico, de dados e informações, o qual compreendia a cessão da versão mais recente do Cadastro Imobiliário Municipal, das imagens aéreas de 2007 e posteriores atualizações através de imagens de satélite, visando a atualização permanente das bases territorial e cadastral do IBGE, com vistas à realização da Contagem Demográfica e de outros eventos investigatórios subsequentes. Essa parceria contribuiu também para o apoio técnico nos processos de amostragem e tratamento de dados de interesse recíproco, na sistematização e sustentabilidade de canal para discutir, definir e normatizar os recortes territoriais setoriais do Município visando compatibilizá-los com as áreas de ponderação e os setores censitários do IBGE.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)

A parceria entre o NIC.br e o IBGE possibilitou realizar atividades de pesquisas amostrais sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação - TIC no Brasil e desenvolver ações de capacitação de pessoas e produção acadêmica nas áreas de metodologias de pesquisa e estudos estatísticos.

Rede Integrada de Informações para a Saúde - RIPSA

Juntamente com a RIPSA promoveu-se a elaboração e divulgação de uma série de estimativas das populações municipais, por sexo e idade, de 2000 até 2013, compatibilizadas com a Projeção da População para o Brasil e para as Unidades da Federação 2013, elaborada pelo IBGE. Serão produzidas duas séries de estimativas das populações municipais compatibilizadas: uma que obedecerá a estrutura político-administrativa vigente em 2013, e outra que obedecerá a estrutura político-administrativa vigente em cada ano estimado.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Juntamente com a SEPPIR, promoveu-se o intercâmbio e a difusão de informações de forma a implementar as ações conjuntas de interesses comuns, que compreendem as atividades de desenvolvimento de estudos sociodemográficos e de análises espaciais, com base nos resultados do Censo Demográfico 2010, referentes aos territórios titulados com a presença de comunidades quilombolas existentes no Brasil, e de inclusão da informação sobre territórios titulados e portariados com a presença de comunidades quilombolas na base territorial do IBGE.

Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM

O IBGE firmou com a SPM, o Termo de Execução Descentralizada cujo objetivo é a realização do Sistema Nacional de Indicadores de Gênero.

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

A parceria com a UFU visou a densificação da rede gravimétrica brasileira, no estado de Minas Gerais, para o contínuo refinamento do modelo geoidal, proporcionando ao IBGE o enriquecimento de sua base de dados de natureza geodésica e agilidade no processo de produção e aquisição de conhecimentos científicos sobre o Modelo de Ondulação Geoidal e a UFU o desenvolvimento adequado de atividades didáticas, sendo que os resultados obtidos serão aplicados diretamente nos seus programas de graduação, pós-graduação e outras atividades de pesquisa científica e de extensão na área da Geodésia.

2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

Em sua estrutura de governança e autocontrole da gestão, o IBGE tem em seu estatuto explicitado as seguintes instâncias:

- I. Órgãos colegiados de direção superior:
 - a. Conselho Técnico
 - b. Conselho Curador
 - c. Conselho Diretor
- II. Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete da Presidência
- III. Órgãos seccionais:
 - d. Auditoria Interna
 - e. Procuradoria Federal
 - f. Diretoria-Executiva
- IV. Órgãos específicos singulares:
 - g. Diretoria de Pesquisas
 - h. Diretoria de Geociências
 - i. Diretoria de Informática
 - j. Centro de Documentação e Disseminação de Informações
 - k. Escola Nacional de Ciências Estatísticas
- V. Órgãos descentralizados: Unidades Estaduais

A seguir, são apresentadas a base normativa, atribuições e forma de atuação de cada órgão da instituição:

Conselho Técnico

O Conselho Técnico do IBGE é um órgão colegiado destinado a acompanhar e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional.

Está previsto nos artigos 13º da Lei 5.878/73, de 11 de maio de 1973, e 5º do Estatuto do IBGE aprovado pelo Decreto 4.740, de 13 de junho de 2003. Além disso, rege-se pelas normas e disposições contidas em regimento próprio, elaborado e expedido em decorrência do disposto no inciso V, do artigo 8º, do mencionado Estatuto.

É composto pelo Presidente do IBGE, na qualidade de membro nato, que o preside, e por 10 conselheiros escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, dentre pessoas de reconhecida representatividade e competência técnica e profissional na área de produção ou utilização de informações estatísticas e geocientíficas.

Dentre os membros do conselho, quatro são indicados e representam, respectivamente, os titulares dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, do Trabalho e Emprego e da Defesa.

Ao **Conselho Técnico** compete:

- a. Formular propostas e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional da Fundação IBGE, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- b. Apreciar a proposta do Conselho Diretor referente aos planos de trabalho anuais e plurianuais, bem como em relação aos respectivos orçamentos, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação IBGE;
- c. Apreciar o relatório anual de atividades da Fundação IBGE e a execução de seus planos de trabalho, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação;
- d. Apreciar assuntos de natureza técnica que lhe sejam submetidos pelos seus membros, pelo Conselho Diretor, por órgãos governamentais ou instituições da sociedade civil, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação IBGE; e
- e. Elaborar seu Regimento Interno.

O Conselho Técnico se reúne ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Conselho Curador

O Conselho Curador do IBGE é um órgão colegiado destinado a exercer, em caráter permanente, a fiscalização, o acompanhamento e o controle de gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira da Instituição, cabendo-lhe também o exercício de atividades consultivas da Presidência do Instituto.

Está previsto nos artigos 13º da Lei 5.878/73, de 11 de maio de 1973, e 5º do Estatuto do IBGE aprovado pelo Decreto 4.740, de 13 de junho de 2003. Além disso, rege-se pelas normas e disposições contidas em regimento próprio, elaborado e expedido em decorrência do disposto no inciso VIII, do artigo 10º, do mencionado Estatuto.

É composto pelo Presidente do IBGE, que o preside, e por cinco membros de reconhecida competência em assuntos contábeis e financeiros designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo um representante do próprio Ministério; um da Secretaria do Tesouro Nacional, indicado pelo titular do Ministério da Fazenda; um representante do Banco Central, indicado pelo titular do órgão; e dois representantes do quadro de pessoal permanente do IBGE, escolhidos de lista composta dos seis nomes mais votados, em pleito de âmbito nacional, vedada a eleição de servidores que exerçam cargos em comissão.

Ao Conselho Curador compete:

- a. Apreciar os balancetes periódicos;
- b. Pronunciar-se sobre o balanço e a prestação anual de contas, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- c. Examinar ou mandar examinar a contabilidade, o caixa, os valores em depósitos e os relatórios de auditoria;
- d. Pronunciar-se sobre as propostas de aquisição, oneração, cessão ou alienação de bens imóveis e aceitação de doações com encargos;

- e. Formular representação ao Presidente da Fundação IBGE quanto a irregularidades que, de qualquer forma, chegarem ao seu conhecimento;
- f. Sugerir ao Presidente da Fundação IBGE medidas e providências que reputar úteis às atividades e ao conceito da entidade;
- g. Pronunciar-se sobre consultas que lhe forem dirigidas pelo Presidente da Fundação IBGE sobre matéria de sua competência;
- h. Elaborar seu Regimento Interno;
- i. Aprovar a nomeação e exoneração do titular da Auditoria Interna.
- j. As deliberações do Conselho Curador são tomadas por maioria simples de votos, presentes no mínimo quatro membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Conselho Diretor

O Conselho Diretor do IBGE é um órgão colegiado a quem cabe estabelecer as políticas reitoras da atuação da Instituição, dando publicidade de seus atos e deliberações.

Está previsto no artigo 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto 4.740, de 13 de junho de 2003, e rege-se pelas normas e disposições contidas no regimento do Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É composto pelo Presidente do IBGE, pelos Diretores e Coordenadores-Gerais do Centro de Documentação e Disseminação de Informações e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Ao Conselho Diretor compete:

- a. Estabelecer as políticas reitoras da atuação da Fundação IBGE, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- b. Submeter ao Conselho Técnico as propostas do programa de trabalho anual e plurianual e de orçamentos-programa;
- c. Avaliar periodicamente o desempenho dos diferentes órgãos da Fundação IBGE, estabelecendo metas e recomendações de atuação, a partir das deliberações adotadas;
- d. Coordenar a atuação dos órgãos da Fundação IBGE, garantindo sua integração e a adequada repartição dos meios necessários, determinando a adoção de medidas corretivas pertinentes;
- e. Estabelecer a política de recursos humanos, observadas as diretrizes fixadas pelas autoridades competentes;
- f. Estabelecer a distribuição dos cargos em comissão de Gerente e das funções gratificadas que serão alocados às Coordenações e Unidades Estaduais, mantidos os quantitativos fixados no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Fundação IBGE, bem como definir suas competências;
- g. Elaborar o relatório anual de atividades e a execução orçamentária, com o objetivo de estabelecer ações gerenciais;
- h. Elaborar e submeter ao Conselho Curador os balancetes periódicos, o balanço e a prestação anual de contas e as propostas de aquisição, cessão, oneração e alienação de bens imóveis ou de aceitação de doações com encargos;
- i. Pronunciar-se sobre a celebração de convênios e outros ajustes similares;

- j. Encaminhar ao Conselho Técnico propostas para revisão dos planos de trabalho anuais e plurianuais da Fundação IBGE;
- k. Pronunciar-se sobre propostas de modificações do Estatuto da Fundação IBGE; e
- l. Elaborar a proposta do Regimento Interno da Fundação IBGE e suas alterações.

As deliberações do Conselho Diretor são tomadas por maioria simples de votos, presentes no mínimo três membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Gabinete da Presidência

De acordo com no artigo 14 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto 4.740, de 13 de junho de 2003, e pelas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, o Gabinete da Presidência é o órgão que assiste ao Presidente na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais. A ele compete:

- a. Coordenar a elaboração da agenda e dos programas de viagens do Presidente, promovendo os meios para sua execução;
- b. Providenciar o atendimento a consultas e aos requerimentos recebidos;
- c. Preparar documentação referente às estimativas de população, tábua de mortalidade e afastamentos do país para publicação oficial na imprensa nacional;
- d. Preparar documentação oficial para publicação em Boletim interno, tais como Portarias e Resoluções (Presidente e Conselho Diretor), em matérias relacionadas à participação de servidores em cursos no país;
- e. Articular-se com órgãos em nível de governo federal, quando de solenidades conjuntas ou de visitas de autoridades (p. ex.: lançamento de pesquisa, divulgação de resultados, divulgação de resultados provenientes de projetos realizados em parceria, etc.);
- f. Articular-se com demais unidades organizacionais do IBGE, efetuando o intercâmbio de assuntos relacionados às decisões no âmbito da Presidência da Instituição;
- g. Receber, analisar e processar solicitações de audiências com o Presidente;
- h. Receber, encaminhar e responder correspondências dirigidas ao Presidente;
- i. Planejar, dirigir, orientar e coordenar a execução das atividades das áreas do Gabinete;
- j. Autorizar a participação de servidores subordinados às unidades organizacionais vinculadas à Presidência;
- k. Autorizar viagens a serviço, bem despesas com passagens, diárias e adicionais de deslocamento no país; e
- l. Desempenhar outras atribuições que lhes sejam conferidas.

Auditoria Interna

A atividade de auditoria interna tem como objetivo agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Seu objetivo primordial é o de garantir resultados operacionais na gerência da coisa pública, tendo por finalidade básica comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e

economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística. Para tanto, a auditoria interna do IBGE dispõe de um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais. Pela atividade de fiscalização é avaliada a execução de programas de governo inclusos nos orçamentos da União e no Plano Plurianual.

A Auditoria Interna do IBGE vincula-se administrativamente ao Conselho Curador, de acordo com artigo 15º do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Lei nº 10.180/2001; IN nº 01/2001 – Ministério da Fazenda/Secretaria Federal de Controle Interno).

Nos termos do artigo 15º do Estatuto do IBGE (Decreto nº 4.740, de 13/06/2003), compete à Auditoria Interna - AUD:

- a. Fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras da Fundação IBGE; e
- b. Comprovar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos.

Procuradoria Federal

A Procuradoria Federal no IBGE é um órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, nos termos do artigo 2º, parágrafo 3º, da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, conforme estabelecido pelo artigo 16º do Estatuto do IBGE (Decreto nº 4.740, de 13/06/2003), compete:

- a. Representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE;
- b. Prestar assessoria aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no artigo 11º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
- c. Apurar a liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da Fundação IBGE, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Diretoria-Executiva

A Diretoria-Executiva é a área responsável por exercer as atividades de planejamento e coordenação geral, de administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros, de registros e análises contábeis, e de atividades de suporte às unidades descentralizadas.

Está prevista no artigo 17º do Estatuto, aprovado Decreto nº 4.740, de 13/06/2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Diretoria de Pesquisas

A Diretoria de Pesquisas é responsável por levantar a realidade social e econômica do país, de forma sistemática, fundamentando o planejamento público e privado em suas políticas e estratégias de ação, por meio da realização de pesquisas e estudos estatísticos.

Para tanto, de acordo com o artigo 18º do Estatuto, aprovado Decreto nº 4.740, de 13/06/2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, compete à Diretoria de Pesquisas:

- a. Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País; e
- b. Executar as ações que couberem à Fundação IBGE no âmbito da coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação em matéria estatística.

Diretoria de Geociências

A Diretoria de Geociências do IBGE é responsável pela produção de informações territoriais básicas e sistemáticas, além de análises espaciais integradas, com o objetivo de representar o país em linguagem cartográfica com mapas e cartas que retratam a paisagem natural do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, elaborando e levantando informações geográficas, ambientais, cartográficas e geodésicas.

De acordo com o artigo 1º do Estatuto, aprovado Decreto nº 4.740, de 13/06/2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, compete à Diretoria de Geociências:

- a. Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza geográfica, geodésica e cartográfica, bem como aqueles relativos a recursos naturais e condições do meio ambiente; e
- b. Executar as ações que couberem à Fundação IBGE no âmbito da coordenação dos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, assim como em relação a convênios de cooperação em matéria geocientífica.

Diretoria de Informática

A Diretoria de Informática é responsável por prover a constante prospecção, integração e disponibilização da Tecnologia da Informação, assim como administra o acervo institucional de dados, em consonância à missão do IBGE de satisfazer as necessidades de informação da sociedade. Para tanto, é sua responsabilidade planejar, pesquisar, orientar, adquirir, desenvolver, integrar, implementar, disponibilizar, suportar e gerir o ambiente de informática da Instituição.

Desta forma, em cumprimento ao Estatuto do IBGE (Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003) e ao Regimento Interno (Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004), à Diretoria de Informática compete:

- a. Planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades de processamento de dados de informações científicas e administrativas, apoiando, promovendo e desenvolvendo os processos de informatização da Fundação IBGE;
- b. Administrar o parque central de equipamentos e a infraestrutura básica de informática;
- c. Administrar e zelar pela preservação e garantia da integridade das informações contidas na base de dados da Fundação IBGE, proporcionando apoio técnico para o acesso a essas informações; e
- d. Promover a prospecção de novas tecnologias, difundi-las e assessorar os demais órgãos do IBGE em sua utilização.

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

O Centro de Disseminação e Documentação de Informações busca desenvolver produtos e serviços de informações adequadas aos vários segmentos dos usuários do IBGE, divulgando e comercializando os produtos institucionais.

Em consonância com a competência estatutária (Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003) e regimental (Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004), ao Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, enquanto centro de referência de informações estatísticas e geográficas, compete:

- a. Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de documentação e de disseminação do acervo de informações;
- b. Desenvolver produtos e serviços de informação adequados aos vários segmentos de usuários e promover sua divulgação e comercialização;
- c. Divulgar a imagem e preservar a memória institucional; e
- d. Zelar pelos direitos intelectuais da Fundação IBGE quanto a seus produtos.

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE é uma instituição federal de ensino superior, que promove atividades de pesquisa e, além de responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE, atua em três níveis de ensino, oferecendo também cursos avulsos de atualização e extensão. Entre seus programas de trabalho destacam-se:

- Curso de Bacharelado em Estatística;
- Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território;
- Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais;
- Capacitação e treinamento de servidores do IBGE - Plano Anual de Treinamento – PAT.

A ENCE está prevista no Estatuto do IBGE aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições da Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, cabendo-lhe planejar, orientar, coordenar, controlar e executar atividades de ensino e pesquisa em matéria estatística e geográfica, implementando as atividades relacionadas a treinamento, aperfeiçoamento, formação e pesquisa das diferentes áreas da Fundação IBGE, podendo manter cursos de graduação, de pós-graduação e de especialização, tanto para funcionários da Fundação IBGE quanto para o público em geral, observada a legislação educacional vigente.

Unidades Estaduais

De acordo com o artigo 23º do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, o IBGE possui órgãos descentralizados em todo o território nacional, com a seguinte distribuição:

- 26 Unidades Estaduais - UEs situadas nas capitais do país e um no Distrito Federal;
- 26 Setores de Documentação e Disseminação de Informações - SDDIs situados nas capitais e 1 no Distrito Federal;
- 26 Supervisões de Base Territorial situadas nas capitais e um no Distrito Federal;
- 584 Agências de Coleta de dados nos principais municípios.

A essa estrutura compete planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Fundação IBGE no limite de suas jurisdições.

2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna – AUD do IBGE está administrativamente vinculada ao Conselho Curador, sendo diretamente subordinada à Presidenta do IBGE. Realiza suas atividades com treze servidores do quadro permanente, um Assistente Técnico, uma Secretária e um Auditor-Chefe.

As atividades de auditoria interna são orientadas segundo critérios como materialidade, relevância e criticidade. Pelo primeiro destaca-se a Administração Central que respondeu por cerca de 96% da execução orçamentária do exercício de 2014 – incluindo-se a despesa de pessoal e encargos sociais. As Unidades Estaduais (27), que executaram cerca de 4% da despesa anual, são ciclicamente visitadas em períodos não superiores a dois anos, tendo por base os outros dois critérios.

Foram realizadas 86% das ações de auditoria das 30 previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT 2014. Contribuíram para a não realização da totalidade das ações o redirecionamento de esforços em desenvolvimento e capacitação organizacional, como a implementação de ferramentas para automatização dos procedimentos de auditoria - projeto AUDGESTAO.

Como resultado das ações de auditoria realizadas em 2014 foram efetuadas 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) recomendações para encaminhamento de melhorias em procedimentos e rotinas administrativas. A maioria refere-se a questões pontuais e de baixo impacto à eficiência do controle interno. Eventuais situações adversas, ou críticas, são imediatamente comunicadas à Administração que, prontamente, adota as medidas adequadas ao caso.

A automatização dos procedimentos de auditoria visa realizar o objetivo do Plano Estratégico - PE 2012-2015 para a Auditoria Interna. O aplicativo em implantação permite avaliar o desempenho de fatores de controle e risco previamente catalogadas. Contempla o Plano de Providências Permanente do IBGE, ora em construção, oferecendo funcionalidades para acompanhamento efetivo da implementação de soluções para melhoria da gestão e das demandas de órgão de controle como Controladoria Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU.

O desenvolvimento e capacitação organizacional decorrentes da realização do objetivo estratégico mencionado, implicam em modificação de rotinas e procedimentos, modificando e atualizando o conhecimento ou habilidades requeridas. O quanto dessas habilidades se tornarão conhecimento organizacional está associado com redesenhos na estrutura organizacional da Auditoria Interna. Em 2014 este aspecto não foi objeto de estudo.

2.3 Sistema de Correição

O IBGE não dispõe em sua estrutura organizacional de uma unidade de Corregedoria. As atividades correcionais são desenvolvidas pela Gerência de Processos Administrativos Disciplinares – GEPAD, subordinada à Diretoria-Executiva, e tendo como base normativa a R.CD nº 15, de 04 de novembro de 2011.

Desta forma, à GEPAD compete:

- a. Orientar e emitir instruções técnico-normativas às Unidades Organizacionais e às Comissões de Processo Administrativo Disciplinar e de Sindicância, em âmbito nacional, quanto à matéria de processo administrativo disciplinar;
- b. Acompanhar, controlar e analisar os processos administrativos disciplinares e sindicâncias, instaurados no âmbito do IBGE, para atender à demanda de auditorias interna e externa;

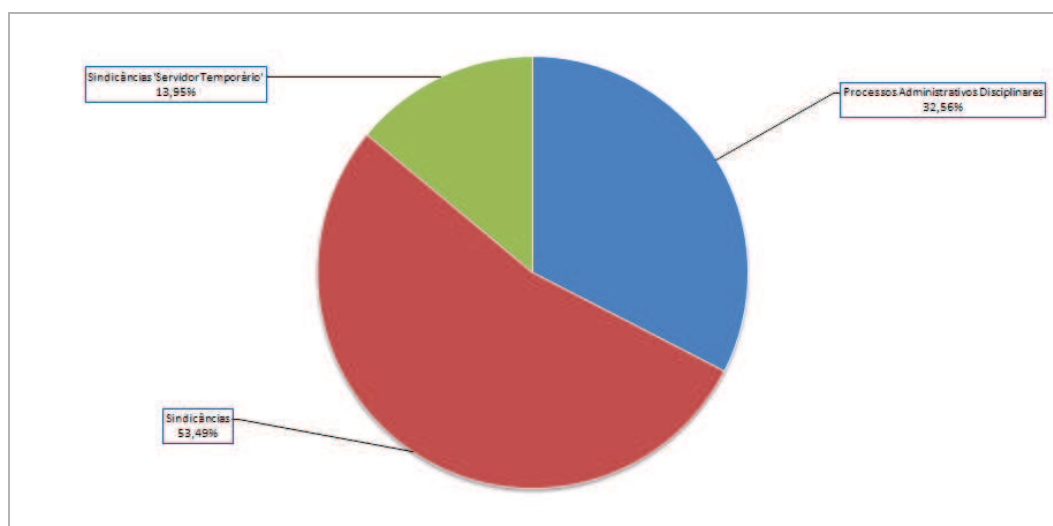
- c. Fornecer à Direção Superior e aos Órgãos Fiscalizadores informações gerenciais que retratem os resultados das ações desenvolvidas; e
- d. Coordenar, organizar, instrumentalizar, integrar e acompanhar a rede de colaboradores que atuam nos trabalhos referentes aos procedimentos disciplinares.

A seguir está apresentado o desenvolvimento dos procedimentos disciplinares no exercício 2014, compilando trabalhos desenvolvidos pelas Comissões de Processos Disciplinares do IBGE em todo o Brasil. Em alinhamento com a Controladoria Geral da União – CGU, as informações são oriundas do sistema CGU/PAD.

Procedimentos Instaurados

Em 2014 foram instaurados 43 procedimentos, dos quais, 14 Processos Administrativos Disciplinares, 23 Sindicâncias e 6 Sindicâncias, impostas a servidores temporários. Não houveram servidores submetidos ao Rito Sumário. O gráfico 1 ilustra, em percentual, a representatividade de cada tipo de procedimento.

Gráfico 1 – Distribuição Percentual por Procedimentos Disciplinares Instaurados

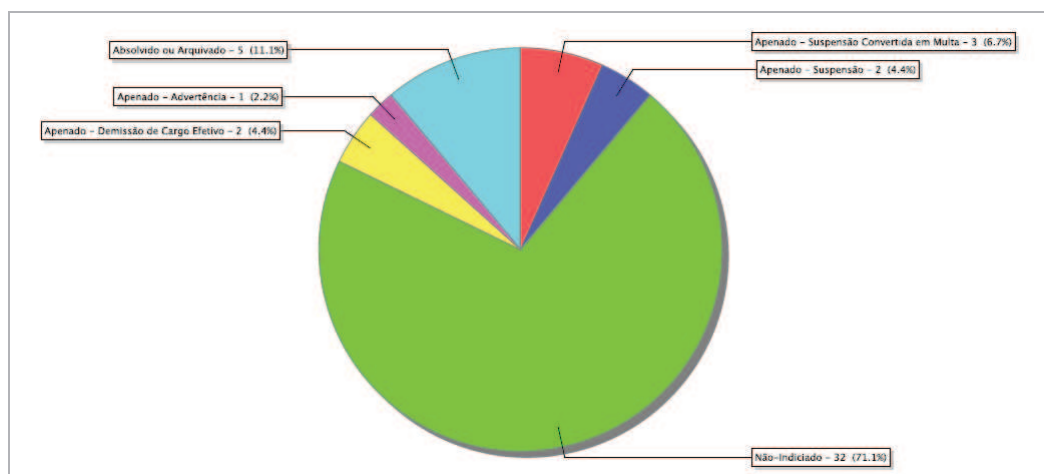


Fonte: CGU/PAD, dez 2014

Resultados de Julgamento por Situação

Com relação aos 45 casos julgados em 2014, 17,7% dos procedimentos resultaram em penas relativas a suspensões, advertência e demissão. 71,1% dos julgamentos resultaram no não-indiciamento dos servidores, e 11,1% resultaram em arquivamento ou absolvição. A diferença relativa a 2 procedimentos a maior do que aqueles apontados no quantitativo de procedimentos instaurados, se refere a processos que foram instaurados em exercícios anteriores, entretanto, julgados em 2014.

Gráfico 2 – Distribuição Percentual dos Resultados de Julgamento por Situação

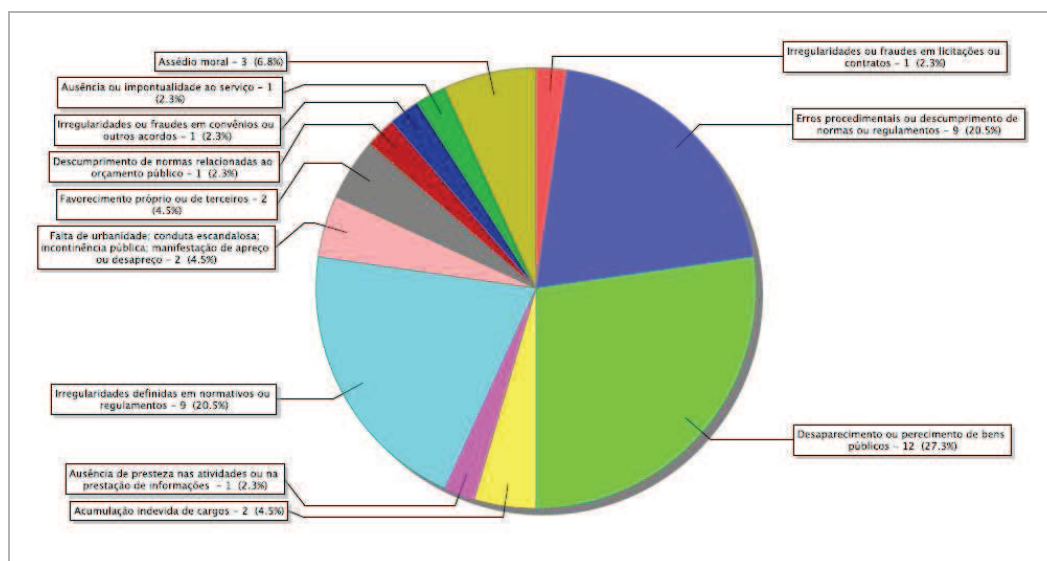


Fonte: CGU/PAD, dez 2014

Procedimentos por Assunto

Os procedimentos instaurados foram divididos em 12 grupos, conforme evidencia o gráfico 3.

Gráfico 3 – Distribuição Percentual dos Procedimentos Instaurados por Assunto



Fonte: CGU/PAD, dez 2014

Importa ressaltar que o quantitativo de procedimentos disciplinares relativos ao desaparecimento e/ou perecimento de bens públicos, abrangem em sua grande maioria *Personal Digital Assistant - PDAs* e computadores de bolso, utilizados, não só por servidores do quadro, como também, por contratados temporários em pesquisas. Entretanto, apesar de maior incidência, a quantidade desaparecida é pouco expressiva (0,2% em média), considerando que o IBGE possui, atualmente, aproximadamente, 110.000 (cento e dez mil) desses equipamentos.

Análise Crítica

O quantitativo de procedimentos disciplinares instaurados em 2014 mostra, mais uma vez, acentuada queda com relação ao exercício passado. O uso de ferramentas mais simples (TCA⁴ e a Investigação Preliminar), que alcançam os mesmos resultados de procedimentos mais complexos (Sindicâncias e PAD), ajudam a explicar essa redução.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

O quadro de avaliação do funcionamento dos controles internos encontra-se no Anexo 2.

2.5 Remuneração paga a Administradores

Este item não se aplica ao IBGE.

⁴ A Controladoria-Geral da União - CGU, mediante a Instrução Normativa nº 4 (IN/CGU 04/2009), instituiu o Termo Circunstanciado Administrativo -TCA como alternativa ao Processo Administrativo - PAD e à Sindicância para apuração de fatos, desde que em casos de danos ao erário inferiores a R\$8.000, 00. A decisão tem a ver com a busca da eficiência, da desburocratização e da racionalização de procedimentos com custo desproporcional em relação ao benefício.

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de acesso do cidadão

O provimento de informações pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é realizado por meio de suas unidades de disseminação, nas capitais, sinalizadas com a logomarca da Instituição, com áreas de atendimento imediato presencial, oferecendo um dos maiores acervos de publicações impressas e eletrônicas, bem como bases de dados com informações acerca das diversas áreas de sua atuação.

Por meio do Portal do IBGE na internet, <www.ibge.gov.br>, o seu principal canal de comunicação, são disponibilizados os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas e arquivos para *download* e banco de dados.

Os produtos do IBGE são comercializados nas principais livrarias do país e também na Loja Virtual. Além disso, todo o acervo institucional pode ser pesquisado no canal Biblioteca, disponível no portal do IBGE na internet.

O IBGE oferece, também, atendimento via e-mail ibge@ibge.gov.br, respondendo aos usuários em um prazo médio de três dias. Informações rápidas são prestadas por meio de seu *call center* (0800-721-8181), com tempo de espera da chamada de até 20 segundos. Sugestões e reclamações, dirigidas por telefone, correspondência ou pessoalmente, são registradas e encaminhadas à Coordenação Geral de Disseminação de Informações do IBGE, para posterior resposta ao cidadão.

Em 2014, os atendimentos à sociedade feitos pelo IBGE em todo o país, por meio dos serviços de atendimento e do Portal foram de 41,8 milhões de usuários atingindo 104,5% da meta prevista para o ano. O resultado mostra que o aumento real de usuários atendidos foi de 4,5% em relação ao previsto e é justificado pelo bem sucedido trabalho do IBGE de reformulação e atualização permanente do Portal do Instituto.

Para atendimento ao cidadão-usuário o correio eletrônico é um dentre os diversos canais disponibilizados pelo IBGE. O indicador Tempo de Resposta – Médio (TRm) é utilizado para avaliar a eficiência desse atendimento. Em 2014 o tempo médio de resposta foi de 3,9 dias.

Por fim, para o ano de 2015, antevemos um crescimento de 7,7%, aproximadamente, sobre a estimativa de 45 milhões.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta do IBGE de Serviços ao Cidadão informa sobre os serviços prestados, as formas de acesso e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

O acesso ao conteúdo da Carta é feito por meio do Portal do IBGE tendo o seguinte endereço direto:

<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/carta_servicos_cidadao.shtm>

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Orientado pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza anualmente uma Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizados no Distrito Federal e nas capitais dos estados brasileiros.

O indicador Taxa de Satisfação dos Usuários (TSU) permite uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. Os dados da pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição.

De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação em torno de 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.

3.4 Acesso às informações

Por meio do Portal do IBGE⁵, são disponibilizados os resultados das pesquisas do IBGE em páginas dinâmicas e arquivos para *download* e banco de dados.

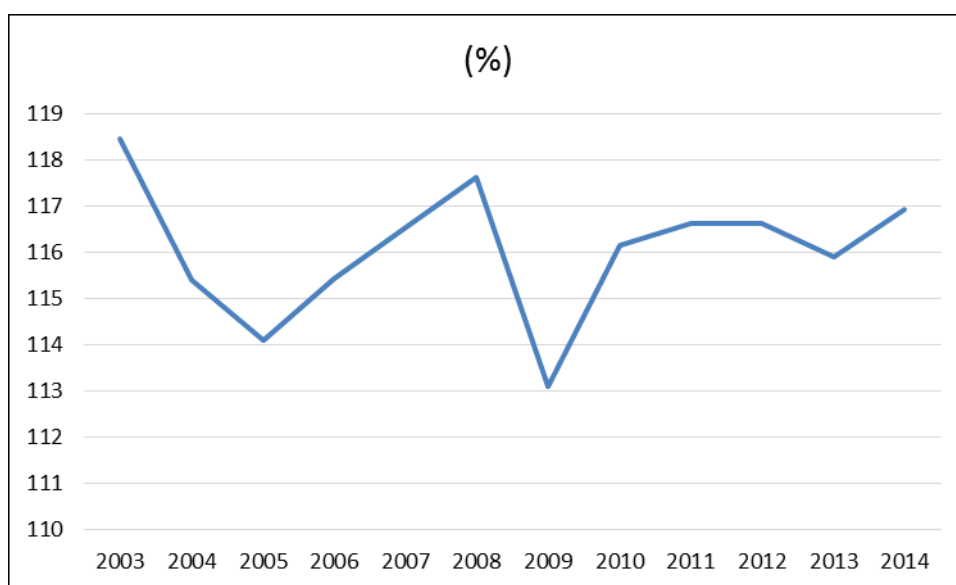
No Portal, também, é dado acesso à informação, em atendimento à Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, com o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas.

Ainda, no Portal, em cumprimento à determinação da Portaria CGU nº 262, de 30 de agosto de 2005, o IBGE divulga informações contidas nos seus Processos de Contas Anuais.

3.5 Avaliação do desempenho

Realizada desde 2003, a Pesquisa de Satisfação dos Usuários vem apresentando, como resultado, taxas variando entre 113,15% e 118,45%, indicando que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima das expectativas dos usuários, representado no gráfico 4. A pesquisa de 2014 apresentou uma Taxa Geral de Satisfação dos Usuários de 116,92%.

Gráfico 4 - Taxa de Satisfação dos Usuários de Informações Estatísticas e Geocientíficas - IBGE – 2003/2014



Fonte: IBGE/CDD/COATI, Pesquisa de Satisfação dos Usuários 2003-2014

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

O IBGE adota normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e o Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de/2004, dispensando atendimento prioritário, bem como, eliminando barreiras arquitetônicas e nas comunicações e informações.

⁵ www.ibge.gov.br

4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

O IBGE é o órgão oficial de informações estatísticas e geocientíficas do Brasil. Sua atuação está ligada fundamentalmente à produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas públicas, em escala nacional, sendo a única instituição com tal tipo de responsabilidade e foco de atuação.

A particularidade de seu papel institucional deve-se ao fato de a instituição produzir essas informações como bens públicos, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir seu provimento, e ao IBGE disponibilizá-la gratuitamente à toda a sociedade. Não por outra razão, a quantidade, diversidade e abrangência espacial das informações produzidas pelo IBGE não encontram similaridade relevante com produtos oferecidos por outras empresas e instituições, o que as tornam de essencial importância para, no contexto atual de desenvolvimento do país, dar suporte à concepção, desenvolvimento e acompanhamento de praticamente todas as políticas públicas e privadas, bem como dos programas governamentais.

Para tanto, o IBGE deve ter, no ato de produzir e disseminar estes bens públicos, independência técnica e institucional em relação aos organismos políticos e administrativos e a outras interferências externas, com a finalidade de garantir a qualidade e a credibilidade dos dados que disponibiliza ao governo e à sociedade.

No horizonte de atuação estratégica da instituição é inevitável mencionar as oportunidades que decorrem do crescente potencial de demanda pública e privada por informações, especialmente as georreferenciadas, conforme ganha complexidade a estrutura econômica e social do país, com a progressiva interiorização do desenvolvimento. Tal tendência contribui em muito para se consolidar a excelência de nossa rede de unidades descentralizadas, de forma a garantir a presença nacional da instituição e expandir o atendimento ao cidadão com a informações que usam e prestam ao IBGE. Permite, igualmente, com a relevância, consistência e abrangência de nossas pesquisas, que a instituição seja cada vez mais reconhecida e valorizada internacionalmente pelo que produz e dissemina.

Quanto aos riscos envolvidos no processo de produção de informações, caberia destacar aqueles decorrentes da quebra na segurança das informações (transmissão, armazenamento), erros de coleta e apuração das informações, erros de divulgação, quebra de não cumprimento de metas na maior parte das vezes por carência de recursos humanos, financeiros e tecnológicos. Na verdade estes aspectos levantados são relevantes de serem monitorados porquanto a preservação de uma cultura de excelência no relacionamento com os informantes e usuários, depende, fundamentalmente, de se preservar a garantia de sigilo e confidencialidade das informações prestadas que serão usadas exclusivamente para fins estatísticos.

Para mitigar tais riscos a instituição dispõe de algumas estratégias, tais como:

- Realização de procedimentos para o tratamento do sigilo das informações individualizadas e funcionamento do Comitê de Sigilo;
- Procedimentos de segurança física e eletrônica - segurança física das instalações, controle de acesso, defesa contra hackers, transmissão dos dados com criptografia, remoção de atributos de identificação e proteção contra adulteração dos arquivos de dados;
- Realização de testes dos instrumentos de coleta, testes dos sistemas de coleta e apuração, controle e supervisão das atividades de campo, treinamento das equipes avaliação e acompanhamento contínuo do processo e análise dos resultados;

- Investimento na relação com os informantes;
- Elaboração de manuais de procedimentos para lidar com erros de divulgação
- Aperfeiçoamento de metodologias, tecnologias e de processos de trabalho, visando a eficiência com redução de custos e desonerando os informantes. Investimentos em formas alternativas de obtenção dos dados, intensificação de ações para acesso aos registros administrativos;
- Realização de concurso para a reestruturação do quadro de pessoal, em função das aposentadorias e do uso de novas tecnologias.

Em relação às principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios, pelo menos duas delas merecem ser apontadas pela relevância que tiveram e ainda têm:

(i) as restrições orçamentárias que tiveram impacto em função das limitações de empenho, inviabilizando a Contagem da População 2016 e o Censo Agropecuário. Tais levantamentos são de extrema importância para a sociedade e o Estado, em seu processo de tomada de decisão, bem como para o IBGE, uma vez que seus resultados servem de base para diversas atividades de seu plano de trabalho. Diante dessa realidade, o IBGE agora concentrará seus esforços no planejamento do Censo Agropecuário 2016 e na redefinição do plano de trabalho da Base Territorial e do Cadastro de Endereços (CNEFE).

(ii) as limitações de recursos humanos já têm, há algum tempo, reduzido a capacidade institucional de entregar no tempo devido produtos de grande relevância para a política pública. As atividades do IBGE encontram-se severamente ameaçadas face à situação atual do quadro de pessoal permanente, a qual sugere fortemente que, na ausência de autorização de concurso para a incorporação de novos quadros, estaremos sujeitos ao não cumprimento de seu programa de trabalho, à ocorrência de erros nos resultados divulgados, a riscos concretos de cortes nas pesquisas, dentre outros.

Exemplificando: a aceleração de aposentadorias poderá comprometer a realização da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, importante fonte para monitoramento e estudos de políticas públicas relativas às condições de vida, e fundamentalmente para a revisão da estrutura de ponderação do Sistema Nacional de Índices de Preços. Ressalte-se, ainda, entre as pesquisas em risco de não realização, a manutenção da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, uma vez que esta pesquisa tem âmbito nacional e percorre cerca de 3.500 municípios a cada 3 meses, bem como, juntamente nesse momento, o IBGE passou finalmente a divulgar os resultados relativos ao mercado de trabalho mensal com cobertura nacional.

Os dados que se seguem dão a dimensão da magnitude do problema: o número de aposentadorias é crescente e apenas nesse ano já ocorreram 163; desde 2011 ocorreram 1.679 aposentadorias, enquanto no único concurso realizado no período entraram apenas 659 servidores (450 de nível médio e 209 de nível superior); some-se as saídas por motivos de aposentadoria aos 212 servidores que, neste período, solicitaram exoneração, chega-se a perda total 1891 servidores

Importante salientar que, apesar das dificuldades enfrentadas, o IBGE conseguiu alcançar os objetivos previstos em seu plano de trabalho ao longo de 2014.

5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da Unidade

O Planejamento Estratégico do IBGE foi elaborado visando à obtenção de um instrumento que desse consistência à atuação da Instituição, de forma que o atendimento às demandas, tanto dos governos quanto da sociedade em geral, esteja pautado em estratégias que direcionem a implementação de ações com foco na qualidade, na transparência, na economicidade e na modernização dos processos de trabalho, na Sede e, especialmente, nas Unidades Estaduais e Agências que constituem canais estratégicos privilegiados de pesquisa, conhecimento de território e disseminação de informações.

O Plano Estratégico, documento que é resultado desse processo maior de planejamento, estabelece os caminhos a serem percorridos pelo IBGE para o cumprimento da sua missão institucional, a consolidação de seus valores e o alcance da sua visão de futuro. Ele é composto de macroprocessos institucionais, aos quais foram atrelados associados objetivos estratégicos e metas correspondentes, que são anualmente revistos para possibilitar a sua atualização e contextualização aos condicionantes estratégicos existentes.

É digno de realce a vinculação do Plano com as suas competências constitucionais, legais e normativas. A Constituição Federal, em seu artigo 21, inciso XV, que compete à União organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional, cuja atividade foi atribuída ao IBGE, instituição oficial do governo brasileiro.

Dentre os objetivos estratégicos da instituição, destacam-se a implementação de uma política de comunicação integrada, voltada para os públicos interno e externo, tornando o relacionamento com os servidores e com a sociedade mais transparente e reforçando a credibilidade da instituição.

Em 2014, foram i) coordenados esforços para a implementação de uma nova intranet (<http://intranet.ibge.gov.br/>), que deverá entrar em operação em 2015, cuja importância reside na melhor comunicação entre os servidores durante o desempenho de suas atividades; e ii) realizado apoio e formação contínua nas Unidades Estaduais (UEs), tendo em vista a consolidação dos preceitos da Política de Comunicação Integrada do IBGE em todas as ações de relacionamento com a mídia. Nesse sentido, além dos constantes contatos, do acompanhamento, orientação e trabalho conjunto nas divulgações de todos os produtos do IBGE, houve um treinamento específico nas UEs, ocorrido em novembro, no Rio de Janeiro.

Ressalta-se que, o esforço de disseminação e atendimento à mídia regional nos estados também passou a ser objeto de registro e análise na Sede. No exercício, houve registros de solicitações de jornalistas por parte de 13 das 26 UEs consideradas. No ano de 2014, as UEs foram responsáveis pelo atendimento de praticamente 1 a cada 3 das solicitações de jornalistas registradas (ou 31,3% de um total de 4.950).

A relevante participação das UEs na disseminação para a mídia e atendimento a jornalistas nos estados reforça a necessidade de uma estrutura física e de equipamentos apropriados a essa tarefa, bem como torna imperativa a adequação das equipes responsáveis por disseminação às exigências do atendimento previsto na Política de Comunicação, com a incorporação de profissionais graduados em Comunicação/ Jornalismo aos quadros.

Outro objetivo estratégico de relevo é a implementação de estratégias para estimular e manter a cooperação do informante dos levantamentos realizados pelo IBGE, visando a minimizar a taxa de recusa e, conseqüentemente, à obtenção de maior qualidade dos resultados.

A relação com o informante é entendida como questão de natureza estratégica para o IBGE. Isso porque a eventual resistência à prestação de informações incide de forma crítica sobre os processos de trabalho da rede de coleta, tendo impactos diretos sobre suas atividades de planejamento, alocação de recursos e utilização de sua força de trabalho.

Para tanto, foi criada a Oficina de Relação com o Informante do IBGE, como instância propositiva responsável pela realização de estudos, consultas e levantamentos sobre temas afetos à relação com o informante. O horizonte dessa medida é a definição de ações institucionais que visem a prevenir a ocorrência de recusas na prestação de informações ao IBGE e que contribuam, ao mesmo tempo, para a sensibilização da sociedade brasileira acerca do papel desempenhado pelo instituto no conhecimento da realidade do País.

O desenvolvimento da cultura da gestão de risco no IBGE, com o aprimoramento da segurança nos processos de produção, armazenamento e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas é também objetivo estratégico crucial.

Para o alcance desse objetivo, foi constituído o Grupo de Trabalho sobre Segurança das Informações Estatísticas – GSIE, que teve como atribuições o exame e a proposição de processos de trabalho com vistas ao aprimoramento da segurança das informações de natureza estatística e à manutenção de seu sigilo.

Assim sendo, uma de suas principais atividades foi o mapeamento dos processos de trabalho e dos fluxos de informação vigentes referentes às pesquisas conjunturais produzidas pelo IBGE, cujo principal desdobramento foi a identificação de fragilidades e oportunidades de melhoria nos processos de trabalho praticados na instituição. Esse trabalho foi documentado em um Relatório Final, em outubro de 2014, documento que apresenta um diagnóstico sobre a segurança das informações estatísticas no IBGE e recomendações para o seu aprimoramento, permitindo a atuação dos gestores na realização de ajustes imediatos em suas rotinas de trabalho. Outras questões descritas no relatório foram incorporadas em outros instrumentos de planejamento correspondentes, tais como o Plano Diretor de Tecnologias de Informação – PDTI.

Com relação aos principais objetivos estratégicos da área de geociências do IBGE no exercício de 2014, elencam-se os seguintes: i) disponibilização de dados para o georreferenciamento, visando à atuação pública e privada no desenvolvimento de projetos que demandem o conhecimento preciso das coordenadas geográficas; ii) produção de dados geoespaciais de referência do território nacional, visando à atuação pública na gestão do território e no referenciamento das informações temáticas; iii) produção de informações geoespaciais referentes aos temas de geologia, geomorfologia, vegetação e solos de todo o território nacional, proporcionando conhecimento dos recursos naturais e ambientais para subsidiar o desenvolvimento sustentável; iv) caracterização e análise do território nacional, contribuindo para o processo de conhecimento e fornecimento de informações geográficas que auxiliem a gestão do território; v) aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e atualização da Base Territorial - BT e do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE, para apoio aos processos operacionais das coletas censitárias e das pesquisas do IBGE e representação do território.

Para o alcance desses objetivos, foram identificados, contudo, dificuldades como a limitação financeira e a ocorrência de aposentadorias de servidores. O problema dos limites financeiros impactam principalmente nas atividades de campo, uma vez que questões climáticas da região restringem a realização das pesquisas a apenas determinada época do ano. Para lidar esse risco, buscou-se estabelecer um cronograma de atividades de campo mais flexível dentro das possibilidades existentes. A questão das aposentadorias gera um impacto em diversas atividades, pois a recomposição dos quadros, pela realização de concursos, não acompanha o ritmo da entrada em inatividade. Para enfrentar esse risco, os projetos e atividades têm sido revisados em seu escopo e algumas equipes reformuladas, buscando a minimização do impacto.

Visando a realizar o objetivo estratégico de se ampliar a abrangência e a profundidade das atividades de auditoria interna, fortalecendo o controle interno e o processo de governança do IBGE, foram cumpridas três das cinco metas estabelecidas. Foram estas as metas para o exercício de 2014: plano de amostragem, metodologia para auditoria em folha de pagamento e automatização dos procedimentos operacionais da Presidência/Auditoria.

A realização dessas metas implicou em alteração ou criação de rotinas e de habilidades, sendo muito desse novo conhecimento ainda em sua forma tácita, como resultado do esforço em internalização mediante experimentação de técnicas e normas recentes de auditoria interna com o apoio, co-desenvolvimento e experimentação de aplicativos para suportá-la. Trata-se de estratégia para a criação de expertise organizacional da Presidência/Auditoria do IBGE, que requer revisão dos macroprocessos e processos e de trabalho, a fim de consolidar as novas técnicas, habilidades e ferramentas em inovado conhecimento organizacional, relacionado à atividade de avaliação do controle interno.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.1 Programa Temático

No PPA 2012-2015 o IBGE não consta como responsável por Programas Temáticos de governo, estando vinculado a dois Programas Temáticos, onde desenvolve as ações orçamentárias a seguir citadas:

- 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública; e
- 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

5.2.2 Objetivo

Como mencionado anteriormente, no PPA 2012-2015 o IBGE não responde diretamente por Objetivos.

5.2.3 Ações

As Ações pelas quais o IBGE responde estão estruturadas no orçamento da seguinte forma:

- Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública:
 - ✓ 20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos
 - ✓ 20U8 - Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos
 - ✓ 20U7 - Censos Demográfico e Agropecuário
 - ✓ 2230 – Gestão da Documentação e Disseminação de Informações

As Ações vinculadas ao Programa 2038 estão voltadas à obtenção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, necessárias à compreensão das realidades nacionais, por meio de pesquisas conjunturais, estruturais, mapeamentos, estudos e análises diversas de indicadores.

- Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão:
 - ✓ 20U5 - Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências

A Ação vinculada ao Programa 2032 está voltada para a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de profissionais das áreas de estatística e de geociências.

- Programa 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:
 - ✓ 2000 -Administração da Unidade
 - ✓ 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
 - ✓ 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares
 - ✓ 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares
 - ✓ 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares
 - ✓ 4641 - Publicidade de Utilidade Pública
 - ✓ 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União
 - ✓ 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
 - ✓ 00M1 – Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade
- Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União
 - ✓ 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
- Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
 - ✓ 00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
 - ✓ 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)
- Programa 0909 – Operação Especial: Outros Encargos Especiais
 - ✓ 0536 - Pensões decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais

Não se aplicam ao IBGE os seguintes subitens:

- ✓ **5.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS:** O IBGE responde integralmente pela execução de todas as Ações sob sua responsabilidade;
- ✓ **5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI:** O IBGE não possui Ações integrantes do Orçamento de Investimento

5.2.3.1 Ações – OFSS

5.2.3.1.1 Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos - Código: 20U6

Quadro 3 - Pesquisas e Estudos Estatísticos

Identificação da Ação						
Código	20U6		Tipo: Atividades			
Título	Pesquisas e Estudos Estatísticos					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Objetivo	0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.					
Programa	2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública		Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.974.207,00	31.074.207,00	30.278.293,21	27.579.357,48	27.573.530,12	5.827,36	2.698.935,73
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Resultado divulgado		Unidade	77	131	131	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.440.163,51	1.972.096,91	202.461,55	Resultado divulgado	Unidade	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

Como responsável, no país, pela produção de informações de natureza estatística, o IBGE divulga anualmente uma ampla gama de resultados referentes a pesquisas estruturais e conjunturais, cobrindo as áreas sociodemográfica e econômica. Em 2014, com a liberação dos créditos suplementares no segundo semestre, foi possível cumprir as metas de divulgação inicialmente previstas para o exercício: foram divulgados 131 resultados, sendo 122 de pesquisas conjunturais e 9 de pesquisas estruturais.

Com relação ao acompanhamento conjuntural da economia, os resultados divulgados garantiram a cobertura de diversos setores. Além das Contas Nacionais Trimestrais, foram disponibilizados resultados mensais para o comércio (Pesquisa Mensal de Comércio – PMC), para a indústria (Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física - PIM-PF e Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários - PIMES), para os serviços (Pesquisa Mensal de Serviços - PMS) e, ainda, para o setor agropecuário, com destaque para o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA e para

as Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Couro, do Leite e da Produção de Ovos de Galinha, além da Pesquisa Semestral de Estoques.

Na área de preços, foram publicados os índices mensais do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, que acompanham a variação dos preços na economia. A pesquisa é realizada nas regiões metropolitanas de Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Belém, Fortaleza, Curitiba, Campo Grande e Vitória, além do Distrito Federal e do município de Goiânia.

Ao lado dos índices relativos aos preços ao consumidor, o IBGE divulgou, também, os resultados mensais do Índice Nacional de Preços ao Produtor – IPP, para a indústria de transformação.

Foram divulgados, ainda, para todas as capitais do país, resultados provenientes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

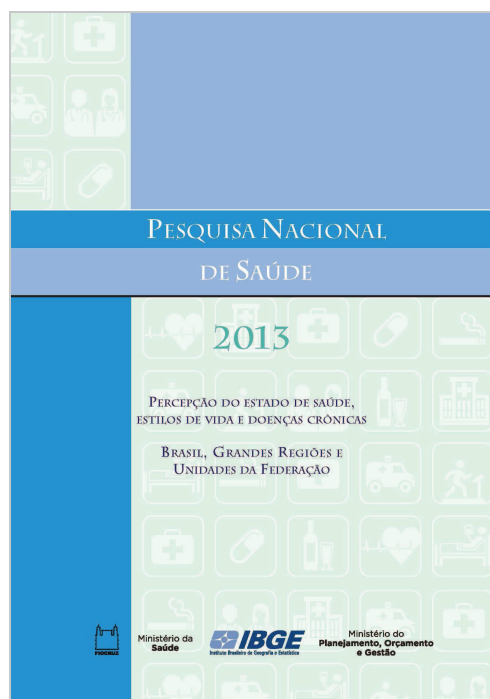
Para o acompanhamento da evolução estrutural do País nas áreas sociodemográfica e econômica, o IBGE desenvolveu uma gama de pesquisas contínuas, disponibilizando informações voltadas para os vários setores. No âmbito das informações de natureza econômica, foram divulgados os resultados da Pesquisa Anual de Comércio – PAC; da Pesquisa Anual de Serviços – PAS; da Pesquisa Industrial Anual – PIA / Empresa e Produto; da Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC; da Pesquisa da Agricultura Municipal –PAM; da Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM; e da Pesquisa da Extração Vegetal e da silvicultura – PEVS. Na área sociodemográfica, foram divulgados os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais / Municipais – ESTADIC / MUNIC e das Estatísticas do Registro Civil – REGCI.

Ademais, o IBGE divulgou, outros resultados derivados das pesquisas principais tais como: os Prognósticos de Safra, as Tábuas de Mortalidade e os diversos blocos temáticos da PNAD 2013.

Na área demográfica, merece destaque a divulgação das estimativas das populações residentes nos 5.570 municípios brasileiros, fundamentais para o cálculo de indicadores econômicos e sociodemográficos nos períodos intercensitários, além de ser um dos parâmetros utilizados na distribuição do Fundo de Participação de Estados e Municípios.

No intuito de se ampliar o conhecimento da realidade sobre o País, deu-se prosseguimento à implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, com a publicação dos resultados trimestrais de 2012, 2013 e dos 3 primeiros trimestres de 2014, relativos ao mercado de trabalho nos níveis Brasil e Grandes Regiões. Paralelamente, deu-se continuidade à etapa de preparação de novos indicadores dessa pesquisa, que possibilitarão o acompanhamento dos movimentos de curto prazo da taxa de desocupação, nível da ocupação, taxa de atividade e outros indicadores representativos de todo o território nacional, ao longo do ano. Ainda no âmbito do Projeto Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD, destaca-se a publicação do 1º volume da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, cuja coleta ocorreu em 2013, em parceria com o Ministério da Saúde, que investigou diferentes aspectos relacionados à saúde da população brasileira. A PNS também incluiu módulo de antropometria e, de forma inédita, promoveu a realização de exames laboratoriais em parte da população investigada.

Figura 2 - Pesquisa Nacional de Saúde – PNS



Importante ressaltar que, em 2014, além dos resultados obtidos com os recursos do orçamento autorizado, o IBGE realizou diversas outras pesquisas, que foram viabilizadas por parcerias firmadas com outros órgãos. Destaca-se, na área econômica, a publicação das Contas Regionais do Brasil 2012, que apresentou os resultados do Produto Interno Bruto - PIB segundo a ótica da produção. O projeto Contas Regionais é fruto de parceria firmada pelo IBGE com os órgãos estaduais de Estatística, secretarias estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

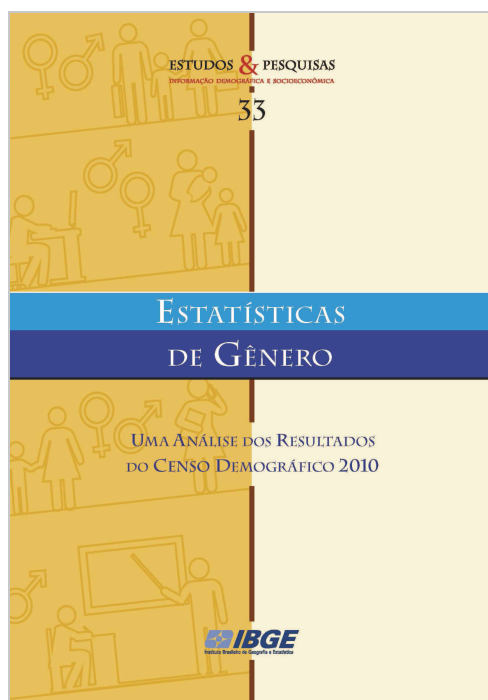
Figura 3 – Contas Regionais 2012



Na área sociodemográfica, parcerias com os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e da Educação – MEC possibilitaram a realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2014. Essa pesquisa, que investiga anualmente características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, em sua edição de 2014, com referência ao ano 2013, produziu dados sobre o tema Segurança Alimentar.

No rol das estatísticas sociais, cabe destacar a estruturação do Sistema Nacional de Políticas de Gênero – SNIG, no contexto do qual foi lançada a publicação “Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010”. Decorrentes de parcerias firmadas entre o IBGE, a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, esses produtos visam a contribuir para a produção de conhecimento sobre a realidade socioeconômica das mulheres no País. Nesse mesmo sentido, também a partir de demanda apresentada pela SPM, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2013 divulgou, além de temas gerais relacionadas à gestão pública, bloco específico relativo à Política de Gênero nos Municípios. As Pesquisas de Informações Básicas Municipais e Estaduais – MUNIC e ESTADIC e seus suplementos foram viabilizadas por parcerias com a Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Figura 4 - Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010



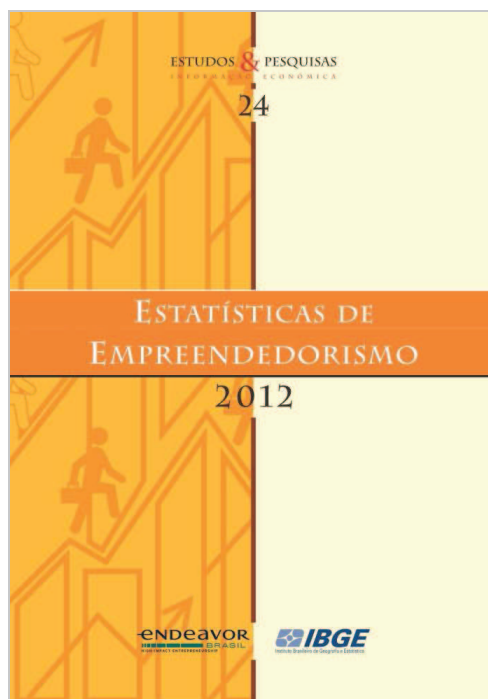
No âmbito da produção de resultados da área agropecuária, a Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM, referência 2013, investigou de forma inédita a atividade aquícola nacional, subdividida em piscicultura (criação de peixes e alevinos), carcinicultura (criação de camarões e suas larvas e pós-larvas), malacocultura (criação de ostras, vieiras e mexilhões e suas sementes) e criação de outros animais aquáticos (rãs, jacarés e outros). A introdução desta investigação na PPM é fruto de convênio firmado entre o IBGE e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Em relação à produção de informações da área econômica, deu-se prosseguimento, em 2014, ao projeto de implantação da Série de Contas Nacionais - referência 2010, atendendo às recomendações internacionais do manual das Nações Unidas, *System of National Accounts* – revisão 2008, e à necessidade de incorporação de nova classificação de atividades e produtos, de

novas fontes de dados disponibilizadas sobre a economia brasileira, bem como de resultados de pesquisas realizadas, visando ao estabelecimento de marcos estruturais.

Ainda em 2014, foram divulgados os resultados da publicação Estatísticas de Empreendedorismo 2012, realizada pelo IBGE com a colaboração técnica do Instituto *Empreender Endeavor* Brasil. As estatísticas apresentadas na publicação são provenientes do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE e das pesquisas econômicas anuais nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços, e contemplam informações sobre o segmento empresarial formalmente constituído da economia brasileira.

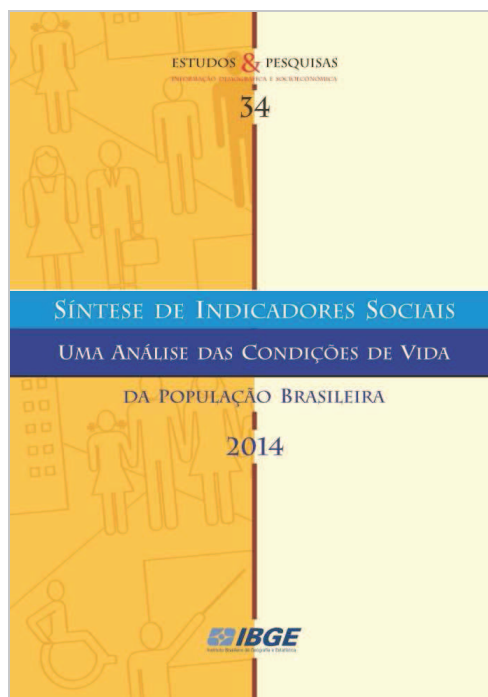
Figura 5 - Estatísticas de Empreendedorismo 2012



Ainda com base nas informações do CEMPRE foi divulgado o estudo sobre a Demografia das Empresas 2012, que analisa alguns aspectos da dinâmica demográfica do segmento formal das empresas brasileiras, em particular os movimentos de entrada, saída e sobrevivência dessas entidades no mercado.

Em dezembro, foi lançada a publicação Síntese de Indicadores Sociais - uma análise das condições de vida da população brasileira 2014, que apresenta indicadores atualizados sobre a realidade social do País, tendo como base informações de pesquisas produzidas pelo IBGE, em especial a PNAD 2013, e dados oriundos de bases externas.

Figura 6 - Síntese de Indicadores Sociais - uma análise das condições de vida da população brasileira 2014



Finalmente, é importante ressaltar que a injeção de recursos provenientes das diversas parcerias firmadas, permitindo maior racionalização e compartilhamento dos recursos próprios, foi fundamental para a realização da Pesquisa Mensal de Emprego – PME e a garantia da coleta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua nos doze meses do ano.

Na área internacional, o IBGE, na condição de órgão oficial de estatística e coordenador do Sistema Estatístico Nacional brasileiro, sediou a Quinta Reunião Técnica dos Institutos Nacionais de Estatística dos Países BRICS, no período de 10 a 11 de fevereiro de 2014, no Rio de Janeiro. O instituto coordenou as atividades relacionadas à produção da 5ª Publicação Estatística Conjunta dos Países BRICS, assumindo a tarefa de compilar dados obtidos a partir de consultas realizadas junto a instituições nacionais e aos institutos de estatística dos países que compõem os BRICS. A publicação foi lançada oficialmente durante a Cúpula dos Presidentes dos países BRICS, realizada em julho de 2014, na cidade de Fortaleza.

No âmbito dos projetos Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias (SNPA) e Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, as atividades previstas para os projetos em 2014 tiveram sua execução adiada em função das restrições orçamentárias impostas.

Em 2014, a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$ 31.074.207,00, toda na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

Foram liquidados R\$ 27.579.357,48, o que significa 88,75% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$ 2.698.935,73, o que totaliza a execução da Ação em R\$ 30.278.293,21 e eleva o percentual ao patamar de 97,44%.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no quadro 4, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 4 - Principais Despesas da Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Diárias no País	8.385.390,21	30,40	30,40
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	3.593.031,52	13,03	43,43
Manutenção e Conservação de Veículos	2.032.860,74	7,37	50,80
Locação de Meios de Transporte	2.006.163,47	7,27	58,08
Locomoção Urbana	1.764.261,68	6,40	64,47
Indenizações a Servidores Exec. Trab. Campo	1.614.163,60	5,85	70,33
Material para Manutenção de Veículos	1.010.566,68	3,66	73,99
Passagens para o País	856.137,37	3,10	77,10
Outras despesas	6.316.782,21	22,90	100,00
Total	27.579.357,48	100,00	

Fonte: SIOP BI, fev/2015

A extensão e complexidade das pesquisas e dos estudos realizados pelo IBGE requerem uma infraestrutura física de grande porte com representação em todas as Unidades da Federação, em 584 agências de coleta cobrindo todos os municípios brasileiros.

O levantamento dos dados das pesquisas exige um constante deslocamento dos agentes de coleta, o que faz incorrer em despesas com diárias, locomoção urbana e indenizações para trabalho de campo. Os gastos com combustível se justificam na medida em que parte dos deslocamentos é feita com a utilização da frota da Instituição.

Cabe mencionar que a implantação da PNAD Contínua tem provocado um maior desgaste da frota, levando a gastos mais expressivos com a manutenção dos veículos e tornando cada vez mais necessária a locação.

Os valores inscritos em restos a pagar e liquidados no exercício de 2014 referem-se, em sua maior parte, a faturas do exercício 2013 pendentes de pagamento por atraso na entrega do serviço ou do produto ou faturas ainda não entregues. Ressalta-se que os serviços de consultoria de pessoa física referem-se a produtos iniciados em 2013 com data prevista de entrega em 2014. Algumas despesas inscritas, cuja estimativa foi feita a maior, acarretaram cancelamento dos saldos.

5.2.3.1.2 Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos – Código: 20U8

Quadro 5 - Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos

Identificação da Ação						
Código	20U8		Tipo: Atividades			
Título	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Objetivo	0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.					
Programa	2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública		Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.782.633,00	6.212.633,00	4.808.518,07	4.271.303,33	4.271.303,33	0,00	537.214,74
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Informação disponibilizada ao público		Unidade	1.803	2.421	2.421	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
405.085,21	400.032,06	5.053,15	Informação disponibilizada ao público	Unidade	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

No campo das Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos, as informações geoespaciais de referência, por meio dos produtos gerados a partir de imagens e de mapas, aprimoram a utilização pelo usuário dos dados geoespaciais do IBGE, possibilitando um entendimento da dinâmica de ocupação do território. Para os gestores, tem facilitado sua compreensão, contribuindo para uma atuação de forma planejada e justa na tomada de decisão.

Em 2014, no âmbito das Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais deu-se continuidade, à produção de informações ambientais dos temas geologia, vegetação, geomorfologia, solos, recursos hídricos e uso da terra, com o objetivo de se constituir o Banco de Dados e Informações Ambientais - BDIA, e a análise das informações sobre a organização do território.

No que se refere à atividade de levantamento de recursos naturais, destacam-se os seguintes resultados: a disponibilização do conjunto de arquivos digitais sobre Hidrogeologia⁶ e

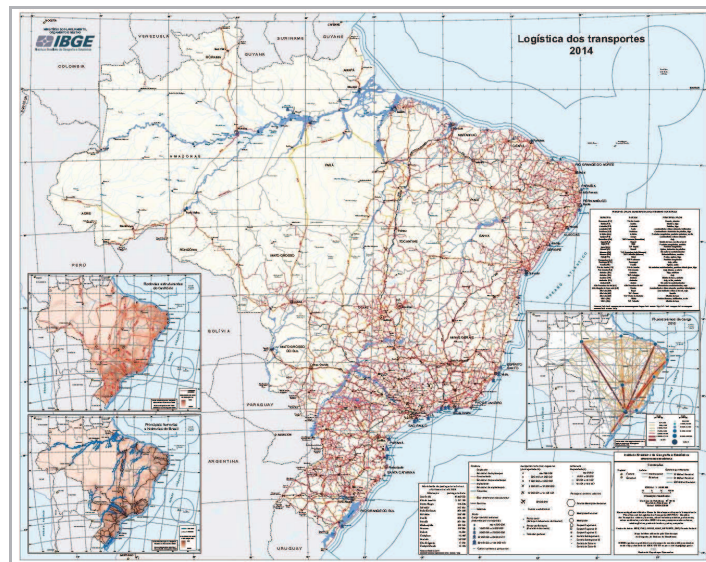
⁶ Hidrogeologia é o ramo das Geociências (ciências da terra) que estuda as águas subterrâneas quanto ao seu movimento, volume, distribuição e qualidade.

Hidroquímica⁷ de Superfície e Subterrânea da região Nordeste, trazendo informações sobre os aquíferos⁸ e a qualidade química das águas subterrâneas e superficiais dessa região, a mais carente de recursos hídricos do país, oferecendo subsídios para o planejamento de ações e para o uso racional dos recursos hídricos; e a disponibilização dos conjuntos de arquivos digitais com informações geoespaciais temáticas referentes a geologia⁹, geomorfologia¹⁰, pedologia¹¹ e vegetação correspondentes a 288 folhas na escala 1:250.000, proporcionando um maior conhecimento dos recursos naturais e ambientais e possibilitando subsidiar o desenvolvimento sustentável.

Quanto à atividade de levantamento e classificação da cobertura e do uso da terra, que objetiva recobrir o país em termos da classificação dos tipos de uso, a análise dos impactos e a definição dos indicadores da qualidade ambiental, destaca-se a disponibilização do conjunto de arquivos digitais vetoriais¹², resultado dos levantamentos sobre a cobertura e o uso da terra em Rondônia, identificando os tipos de uso, a análise dos impactos e a definição dos indicadores da qualidade ambiental do estado.

Destaca-se, ainda, a divulgação dos mapas “Potencial de Agressividade Climática na Amazônia Legal” e “Logística dos Transportes no Brasil”, ambas na escala 1:5.000.000. O primeiro conjuga a análise das variáveis climáticas, ajustadas às características do relevo e da cobertura vegetal da Amazônia Legal, que ameniza os efeitos do clima. O segundo mapa tem o objetivo apresentar as principais estruturas de transporte do país (rodovias, ferrovias, hidrovias etc.), bem como outros equipamentos associados à logística do transporte de cargas e pessoas, como armazéns, estações aduaneiras de interior (chamados “portos secos”), pontos de fronteira, aeródromos¹³ públicos e terminais hidroviários. Além dessa base da infraestrutura de transportes, são representados no mapa a densidade da rede de transportes no Brasil, os principais eixos rodoviários estruturantes do território e os fluxos aéreos de carga no Brasil.

Figura 7 - Potencial de Agressividade Climática na Amazônia Legal



⁷ Hidroquímica é um ramo da hidrogeologia que se dedica à componente química das águas subterrâneas.

⁸ Aquífero é uma formação ou grupo de formações geológicas que pode armazenar água subterrânea.

⁹ Geologia é a ciência que estuda a Terra, sua composição, estrutura, propriedades físicas, história e os processos que lhe dão forma.

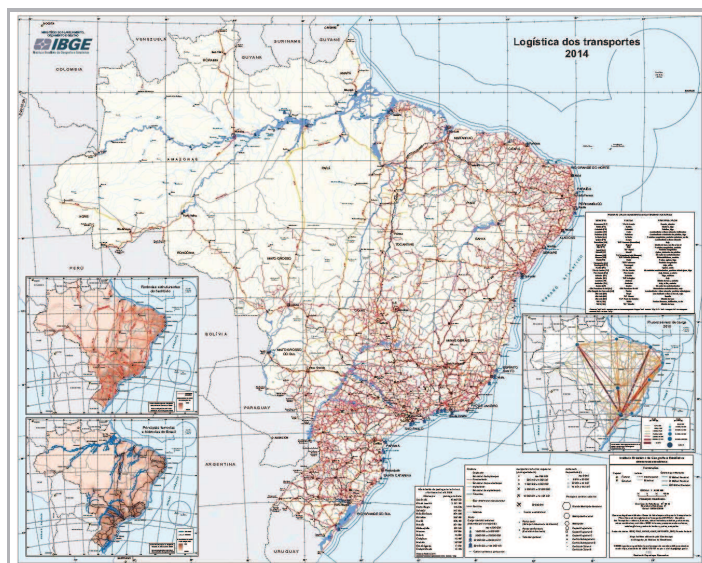
¹⁰ Geomorfologia é um ramo da Geografia que estuda as formas da superfície terrestre.

¹¹ Pedologia é o nome dado ao estudo dos solos no seu ambiente natural.

¹² Imagens vetoriais são desenhos técnicos de engenharia que podem ser redimensionadas sem perda de qualidade.

¹³ Aeródromo é qualquer superfície, terrestre ou aquática, que possua infraestrutura destinada à aterragem (inclusive amaragem), à decolagem e à movimentação de aeronaves sobre tal superfície.

Figura 8 - Logística dos Transportes no Brasil



Ainda no campo das pesquisas geográficas e ambientais, cabe mencionar a divulgação da publicação da série “Redes e Fluxos do Território: Gestão do Território”, publicação que mapeia o país do ponto de vista da centralização municipal das ligações entre sedes e filiais de empresas e entre instituições públicas de abrangência nacional.

Figura 9 - Redes e Fluxos do Território: Gestão do Território



No âmbito do Mapeamento Terrestre de Referência - base cartográfica de referência sobre as quais todas as outras informações, produzidas pelo IBGE e outros órgãos públicos, possam ser georeferenciadas, com vistas a ações de análise, planejamento, gestão e educação - destacam-se os seguintes resultados: a disponibilização da versão atualizada da Base Cartográfica Contínua do Brasil, ao milionésimo - BCIM (onde 1cm = 10km), em que foram priorizadas atualizações das

seguintes categorias: localidades (cidade e vila), hidrografia¹⁴ (trecho de massa d'água), limites (limite de município e área de desenvolvimento e controle), sistema de transportes (trecho de rodovia, pontes e travessias) e relevo (elemento fisiográfico natural). Cabe ressaltar que os dados da BCIM compõem os projetos de cooperação internacional Mapa Global - GM e Mapa Global das Américas - GMA, e suas principais aplicações e produtos são o planejamento e gestão de programas de governo com enfoque territorial; análises que demandem uma visão de conjunto (país, região e estados); elaboração de mapas em escalas menores (mapas da série Brasil, regionais, estaduais e Atlas); e representações de aspectos temáticos do território (estatística, recursos naturais e pesquisa ambiental).

Destaca-se, ainda, a disponibilização de produtos derivados da Base Cartográfica Contínua na escala 1:100.000 – BC100, sendo: 3 cartas imagem¹⁵ do Estado de Goiás; imagens ortorretificadas do Piauí e imagens que cobrem 88% do Ceará, ortorretificadas¹⁶ e mosaicadas¹⁷, obtidas pelo sensor AVNIR-2 do satélite ALOS; e disponibilização, em versão digital, de 30 cartas imagem do estado do Tocantins, correspondendo a 23% da área do estado, proporcionando uma visão atualizada do território, compatível com os requisitos de representação da escala, e apresentando a denominação dos elementos geográficos de maior relevância. Devido à característica simplificada desses produtos, a sociedade pode dispor das informações de forma mais rápida do que em relação à produção de uma folha topográfica¹⁸ completa, atendendo à demanda por informações atualizadas e compatíveis com a escala de representação 1:100.000.

Por fim, no âmbito do Mapeamento Terrestre de Referência, destaca-se o lançamento do Mapa Político do Brasil 1:2.500.000 (1cm=25km), que consiste em uma representação cartográfica de todo o território brasileiro, informando a distribuição espacial das capitais e cidades, com destaque para as de maior população. Esse mapa é utilizado como referência em projetos geocientíficos, fornecendo suporte aos tomadores de decisão para o macroplanejamento do país e para geração de diversos mapas em escalas menores.

No âmbito do Acompanhamento e Atualização da Estrutura Territorial do Brasil, que busca acompanhar a evolução dos limites político-administrativos e demais subdivisões do território brasileiro, avaliando os processos de criação e alteração de municípios, distritos e demais subdivisões, destacam-se em 2014 a divulgação da Área Territorial oficial do Brasil – 2013 e da Malha Municipal – 2013; e a atualização dos Mapas Municipais para Fins Estatísticos (MMEs) utilizados para a composição das Estimativas Populacionais, retratando as 166 alterações nos limites municipais ou distritais do Brasil, ocorridas em 2013 em diversos estados.

No âmbito do Sistema Geodésico Brasileiro, cuja finalidade é garantir a atualidade do referencial geodésico nacional e global, base para obras importantes de infraestrutura, apoio ao mapeamento, posicionamento de plataformas de petróleo, delimitação de pesquisas de geofísica e subsídio aos trabalhos de regularização fundiária, destacam-se resultados como o alcance de 112 estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo - RBMC em operação, que permitem obter coordenadas de alta precisão. O alcance desse número de estações é importante, pois amplia a oportunidade e a oferta de informações de coordenadas (latitude, longitude e altitude) com precisão de poucos centímetros para diversas aplicações e atividades profissionais que são realizadas em diferentes áreas, por exemplo, na engenharia, na navegação aérea e marítima, nos cadastros rural e

¹⁴ Hidrologia é a ciência que estuda a ocorrência, distribuição e movimentação da água no planeta Terra.

¹⁵ Carta imagem é carta ou mapa obtido através da correção geométrica de uma imagem de satélite.

¹⁶ Ortorretificação é o processo de remover os erros geométricos inerentes dentro das fotografias e das imagens.

¹⁷ Mosaico é o conjunto de fotos de uma determinada área, recortadas e montadas técnica e artisticamente, de forma a dar a impressão de que todo o conjunto é uma única fotografia.

¹⁸ Folha topográfica: subdivisão de uma carta topográfica, delimitada por linhas convencionais - paralelos e meridianos - com a finalidade de possibilitar a avaliação de pormenores, com grau de precisão compatível com a escala. A carta é a representação no plano, em escala média ou grande, dos aspectos artificiais e naturais de uma área tomada de uma superfície terrestre.

urbano, agricultura de precisão, entre outras. Cabe ressaltar que esse é um resultado não só do IBGE, mas também fruto de um trabalho conjunto de diversas instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e, mais recentemente, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, que utiliza os dados da RBMC, por exemplo, no Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial - EMBRACE, no Sistema Integrado de Posicionamento para Estudos Geodinâmicos - SIPEG e no Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC, para o cálculo dos modelos de previsão de tempo.

Destaca-se, ainda, a implantação de 530 referências de nível (RN) e nivelamento de cerca de 25% dessas estações para restabelecer e aprimorar as Redes Geodésicas no estado do Amapá, com o objetivo de obtenção de dados geoespaciais mais precisos e detalhados para apoio à gestão territorial do estado, visando à definição de políticas públicas adequadas à sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental; bem como ao mapeamento de risco e resposta a desastres, ao apoio à implantação de Usinas Hidroelétricas e ao mapeamento do estado.

No âmbito da Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, destaca-se a atividade de capacitação de atores como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Petrobrás, Receita Federal e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, entre outros. Estima-se que cerca de cento e quarenta servidores foram treinados. Durante o ano também foi realizado um mini-curso de seis horas sobre a INDE, para os participantes do XIX Encontro da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística – Anipes - ANIPES. O IBGE participou da organização da 2ª Jornada INDE Academia, realizada em maio, na Escola de Administração Fazendária - ESAF, com 200 participantes. Na ocasião, foram discutidas novas possibilidades de aplicação da INDE e sua interação com o futuro marco legal do setor, a Política Nacional de Geoinformação - PNGeo.

Atualmente, o projeto de implantação encontra-se no Ciclo II. Nessa fase, a meta é consolidar a adesão dos atores federais e prosseguir com a adesão de atores dos demais níveis de governo. O IBGE, como gestor da INDE, auxiliou os órgãos que aderiram a essa infraestrutura – aproximadamente 30 – na implantação das tecnologias necessárias à divulgação de seus dados e informações geoespaciais no Catálogo de Metadados, no Catálogo de Geoserviços e no Visualizador da INDE.

Em 2014, a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$6.212.633,00, sendo R\$4.912.633,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro) e R\$1.300.000,00 na fonte 0281 (recursos de convênio). Da dotação orçamentária final, foram liquidados R\$4.271.303,33, o que significa 68,75% dos recursos autorizados no exercício nas fontes 0100 e 0281. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$537.214,74, o que totaliza a execução da Ação em R\$4.808.518,07, ou seja, 77,40% do orçamento.

Sobre a execução do orçamento, cabe destacar dois fatos relevantes. O primeiro é que a dotação inicial era de R\$ 4.782.633,00 e o valor adicional de R\$1.430.000,00 foi concedido posteriormente, alterando o cronograma previsto para as atividades e com algumas campanhas não sendo realizadas. O segundo fato é que o orçamento previsto de convênio, firmado em abril, foi efetivamente liberado pelo governo do Amapá apenas no mês de agosto em R\$1.237.292,00 - valor menor do que o inicialmente previsto. Além disso, não houve tempo hábil para a execução do valor, uma vez que o planejamento das atividades sofre influência das condições climáticas da região, sendo devolvido no final do exercício o montante de R\$625.816,90. A não liberação dos recursos a tempo e a consequente não execução de algumas campanhas não impactou o cumprimento da meta física de 2014, pois os produtos referentes à meta foram, em grande parte, gerados a partir dos insumos adquiridos nas campanhas de campo do semestre anterior. Um impacto poderá ocorrer nas metas do ano seguinte, caso as atividades de campo não possam ser compensadas no primeiro semestre.

No que tange aos restos a pagar não processados inscritos em 2014, estes tiveram como maiores valores inscritos os relacionados com as viaturas de campo, envolvendo a aquisição de material e serviços para manutenção, bem como o pagamento de combustíveis e lubrificantes; e com despesas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na área de desenvolvimento, além de material de processamento de dados. A primeira classe de despesas é referente às viaturas utilizadas nas atividades de campo no final do exercício, não tendo havido tempo hábil para pagamento da fatura dentro do exercício. Já a segunda classe de despesas, associada à TIC, foi realizada com o objetivo de atender à necessidade de criação e manutenção de um ambiente para o armazenamento, compatibilização, integração e disponibilização dos dados e informações geoespaciais. A não liquidação da despesa em 2014 não impactou no cumprimento da meta no ano referência, uma vez que produtos referentes à meta física não dependiam diretamente da liquidação dessas despesas. A manutenção das viaturas era preventiva e só poderia ser feita quando as atividades de campo tivessem sido concluídas, e as despesas de TIC seguem um cronograma de desenvolvimento estabelecido previamente.

Pode-se citar, ainda, o caso dos restos a pagar não processados – exercícios anteriores. Dentro desse campo, os valores supracitados referem-se, em sua maior parte, a conclusão dos processos de licitações para aquisição de equipamentos de geoprocessamento, dentre os quais se destacam: os níveis digitais automáticos, os receptores GPS¹⁹ geodésicos para RBMC e as estações *Workstation*. A aquisição desses equipamentos tem o objetivo de atender à necessidade de modernizar o processo de produção de informações geoespaciais, na atividade de levantamento, tratamento e processamento dos insumos, buscando reduzir os custos e os prazos de produção.

Por fim, com relação à execução da meta física, cabe justificar a sua reprogramação. Isso ocorreu pois o valor da meta foi definido, inicialmente no momento da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária - PLOA, em função de um orçamento muito baixo. Após uma negociação entre o IBGE e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, a proposta recebeu um aporte de recursos chegando ao valor atual aprovado em LOA. Entretanto, não houve a atualização da meta física para o orçamento correspondente, sendo necessário ajustá-la por meio da reprogramação.

O quadro 6 mostra as despesas de maior expressividade financeira, bem como a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação no IBGE.

Quadro 6 - principais Despesas da Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Diárias no País	1.439.098,61	33,69	33,69
Serviços Técnicos Profissionais de T.I.	643.866,90	15,07	48,77
Estagiários	586.429,55	13,73	62,50
Passagens para o País	511.068,89	11,97	74,46
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	200.504,12	4,69	79,16
Material para Manutenção de Veículos	175.084,71	4,10	83,25
Outras despesas	715.250,55	16,75	100,00
Total	4.271.303,33	100,00	

Fonte: SIOP BI, fev/2015

Os gastos com diárias e passagens, combustíveis e lubrificantes automotivos e material para manutenção de veículos se justificam pela necessidade de deslocamento dos técnicos da Instituição para realizar as atividades em campo, de manutenção e implantação das estações geodésicas, levantamento de dados geoespaciais para a elaboração das bases cartográficas, bem como do levantamento de informações territoriais relativas a recursos naturais e meio ambiente, cobrindo

¹⁹ *Global positioning system* ou Sistema de posicionamento global.

amplas e diversas áreas do país. Além dos gastos com as atividades de campo, destacam-se também os gastos com o objetivo de participar de eventos (exposições, congressos, conferências, seminários, *workshops*), reuniões técnicas (nas Unidades Estaduais e em instituições públicas) e treinamentos.

Quanto às despesas de informática, estas referem-se, principalmente, a serviços técnicos profissionais de TI para desenvolvimento de sistemas computacionais, que tem o objetivo de ampliar o uso da geotecnologia aplicada à coleta, ao tratamento e à disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente), modernizando os procedimentos de produção da informação geoespacial e reduzindo os custos e os prazos de produção.

No que se refere aos gastos com estagiários de ensino superior e ensino médio no IBGE, estes vêm sendo realizados em convênio com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, com base na nova Portaria nº 07, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, instrumento que regulamenta a realização de estágios nos Órgãos da Administração Pública Federal. Os estagiários apresentam formação específica para atuação nos projetos desenvolvidos na Ação, ou seja: engenharia cartográfica, geografia, análise de sistema e informática.

5.2.3.1.3 Ação Censos Demográfico e Agropecuário - Código: 20U7

Quadro 7 - Identificação da Ação Censos Demográfico e Agropecuário

Identificação da Ação						
Código	20U7		Tipo: Atividades			
Título	Censos Demográfico e Agropecuário					
Iniciativa	029O - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Objetivo	0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.					
Programa	2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública		Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
214.419.041,00	187.040.669,00	28.457.500,44	4.343.071,93	4.333.735,01	9.336,92	24.114.428,51
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Censo divulgado			Unidade	2	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.524.536,15	1.484.468,71	5722,44	Censo Divulgado	Unidade	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

A Ação compreende três planos orçamentários desenvolvidos: Contagem da População 2015, Censo Agropecuário 2015 e o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE. Sua evolução não ocorreu dentro do previsto para o exercício, devido aos problemas orçamentários ocorridos ao longo de 2014. De forma resumida, no início do ano não houve liberação de recursos, gerando atrasos e impedindo a realização de diversas atividades. No início do segundo bimestre, o IBGE recebeu, como definitiva, a informação da restrição orçamentária, limitando o orçamento do ano a menos de 5% do valor orçado. Como resultado, impossibilitado de seguir com as atividades planejadas, o IBGE se viu obrigado a reprogramar as operações censitárias, adequando o novo cronograma à nova realidade. Esse fato motivou o adiamento da coleta de dados da Contagem da População de 2015 para 2016 (2º semestre), na sequência da coleta do Censo Agropecuário, cujo início foi antecipado de abril para janeiro do mesmo ano. Com isso, as atividades de 2014 nessa Ação ficaram limitadas àquelas que pudessem ser comportadas pelo limite orçamentário definido ou que dependiam, exclusivamente, de atividades cotidianas da força interna de trabalho do IBGE, sem custos adicionais. Entre essas atividades destacam-se a realização da Segunda Prova Piloto da Contagem da População, a realização da Primeira Prova Piloto do Censo Agropecuário e a atualização da Base Territorial.

Como resultado desse contingenciamento o IBGE, ao longo do exercício, recebeu apenas R\$28,5 milhões como limite alocado ao Plano Orçamentário Contagem da População. Nesse contexto, informa-se que, até o final do ano corrente, foi necessário dar prosseguimento às atividades técnicas que já se encontravam em pleno desenvolvimento, sem perder os gastos já realizados, sobretudo em Tecnologia da Informação. Vale aqui citar a preservação dos trabalhos da Base Territorial (mapeamento), tendo em vista que seus resultados (mapas e cadastros atualizados) atendem, além dos censos, a diversas outras pesquisas do IBGE, assegurando a boa qualidade de suas coberturas. Essas medidas explicam os valores contidos nos Restos a Pagar Não Processados.

Destaca-se, ainda, que em setembro de 2014, o IBGE foi informado de que o orçamento para as duas operações censitárias foi zerado para o ano de 2015. Sendo assim, caso essa situação persista, antecipamos que o IBGE não realizará atividades censitárias e, conseqüentemente, não atingirá as metas estratégicas previstas com essa Ação.

Em 2014, a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$ 187.040.669,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

Foram liquidados R\$ 4.343.071,93, o que significa 2,32% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$ 24.114.428,51, o que totaliza a execução da Ação em R\$ 28.457.500,44 e eleva o percentual ao patamar de 15,21%.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro 8, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 8 - Principais despesas da Ação Censos Demográfico e Agropecuário em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Diárias no País	1.298.088,81	29,89	29,89
Serviços Técnicos Profissionais de T.I.	577.117,06	13,29	43,18
Locação de Equipamentos de Proc. de Dados.	420.004,24	9,67	52,85
Manutenção de <i>Software</i>	275.000,00	6,33	59,18
Passagens para o País	230.018,32	5,30	64,48
Comunicação de Dados	143.367,12	3,30	67,78
Outras Despesas	1.399.476,38	32,22	100,00
Total	4.343.071,93	100,00	

Fonte: SIOP BI, fev/2015

5.2.3.1.4 Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações - Código: 2230

Quadro 9 - Identificação da Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações

Identificação da Ação						
Código	2230		Tipo: Atividades			
Título	Gestão da Documentação Disseminação de Informações					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Objetivo	0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública		Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.982.279,00	4.982.279,00	4.407.653,89	3.547.693,18	3.547.693,18	0,00	859.960,71
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Usuário atendido		Unidade	28.000.378	40.000.000	41.785.436	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.225.991,96	809.038,68	243.713,67	Usuário atendido	Unidade	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

Em 2014, a ação de Gestão da Documentação e Disseminação de Informações possibilitou a superação da meta física, em 4,5%, para o ano. A meta reprogramada foi prevista para 40 milhões de acessos de usuários aos serviços de informações estatísticas e geocientíficas. O resultado é justificado, em especial, pelo bem sucedido trabalho do IBGE de reformulação e atualização permanente do Portal do Instituto.

No que diz respeito especificamente à disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, foram registrados 41.730.858 de acessos, excetuando-se os atendimentos realizados por meio do canal "Mapas interativos".

Com relação ao Sistema de Informações Geográficas do Brasil – SIG Brasil, alcançou-se a marca de 54.578 acessos ao canal "Mapas interativos", do Portal do IBGE na internet.

Em 2014, a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$ 4.982.279,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

Foram liquidados R\$ 3.547.693,18, o que significa 71,21% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$ 859.960,71, o que totaliza a execução da Ação em R\$ 4.407.653,89 e eleva o percentual ao patamar de 88,47 %.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro 10, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao executado na Ação.

Quadro 10 - Principais Despesas da Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Material para Manutenção de Bens Móveis	648.694,00	18,28	18,28
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	563.978,70	15,90	34,18
Material de Processamento de Dados	526.032,00	14,83	49,01
Manutenção de <i>Software</i>	389.540,24	10,98	59,99
Locação de Equipamentos de Proc. de Dados.	332.930,39	9,38	69,37
Exposições, Congressos e Conferências	262.497,05	7,40	76,77
Serviços Gráficos e Editoriais	189.290,50	5,34	82,11
Outras Despesas	634.730,30	17,89	100,00
Total	3.547.693,18	100,00	

Fonte: SIOP BI, fev/2015

5.2.3.1.5 Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências – Código: 20U5

Quadro 11 - Identificação da Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências

Identificação da Ação						
Código	20U5		Tipo: Atividades			
Título	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências					
Iniciativa	0391– Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados					
Objetivo	0803 – Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	1.000.000,00	824.641,25	786.653,37	786.653,37	0,00	37.987,88
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aluno Matriculado		Unidade	430	366	366	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
48.678,43	46.763,28	1.909,81	Aluno matriculado	Unidade	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

No que diz respeito ao **Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística**, o curso de graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE - contou, em 2014, com 30 professores em seu quadro permanente e 19 professores colaboradores. No conjunto, foram oferecidas 8 turmas com 46 disciplinas em cada semestre a 236 alunos, no primeiro semestre, e a 259 alunos, no segundo, totalizando 6.228 horas-aula nos dois semestres, (manhã e noite), integralizando uma média de **248 alunos regularmente matriculados** no curso em 2014.

Para o ano letivo de 2014, foram oferecidas 120 vagas. Graduaram-se 19 alunos no primeiro semestre de 2014 e 8 no segundo semestre do mesmo ano.

A Coordenação de Graduação tem centrado esforços na divulgação da carreira de Estatística e da ENCE. Ao longo do ano de 2014, alguns *folderes* sobre o Curso de Graduação foram distribuídos em escolas de ensino médio no Rio de Janeiro.

A ENCE conta com o Projeto Ação Afirmativa – Inclusão Social, cujo objetivo é propiciar condições de permanência do aluno carente e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar, por meio de bolsas auxílio e de apoio pedagógico.

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos de graduação, a ENCE ofereceu bolsas de monitoria, garantindo, assim, a participação dos discentes em atividades de apoio didático e científica.

No primeiro semestre de 2014, 19 alunos participaram do projeto, enquanto, no segundo semestre 8 alunos gozaram do incentivo.

No intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, a ENCE mantém o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, que conta atualmente com 15 bolsistas, sendo 8 bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e 7 bolsas do IBGE.

Como parte das atividades ligadas ao PIBIC, em 15 de agosto, a ENCE promoveu a VII Jornada de Iniciação Científica. O evento contou com uma conferência de abertura e com a apresentação dos trabalhos desenvolvidos nos respectivos projetos de iniciação científica, os quais envolveram 11 alunos supervisionados por Professores da ENCE.

São relevantes, ainda:

- Realização anual de Cursos de Verão nos meses de janeiro e fevereiro: em 2014 foram oferecidos os cursos de Excel Avançado com VBA e Banco de Dados e Linguagem SQL;
- Ciência sem Fronteiras: a ENCE conta com 5 alunos de graduação no Programa Ciência sem Fronteiras para realização de graduação-sanduiche²⁰ nos EUA;
- Comemoração do Dia do Estatístico: organizado pela ENCE, este evento apresentou no dia 10 de junho de 2014 a palestra “Estatístico – Áreas de atuação e mercado de trabalho” e a mesa redonda “Me formei. E agora?”, esta coordenada por ex-alunos da ENCE;
- Estágio supervisionado: trinta e quatro alunos de graduação realizaram estágio supervisionado durante o ano de 2014. A remuneração média observada para estágios de 6h/dia foi de R\$ 1.042,92 além dos benefícios;
- Convênio com o CEFET: estabelecido pelo prazo de 5 anos, a partir de julho de 2014, visando ao intercâmbio de conhecimentos técnico-científicos, atividades de pesquisa em temas de interesse comum, cessão mútua de recursos laboratoriais, formação de pessoal (mestrado e doutorado) e intercâmbio de professores.

No âmbito da Coordenação de Graduação, a ENCE proporcionou, ainda, a participação de docentes e alunos nos seguintes eventos científicos da área da Estatística, entre outros:

- *Pan-American Advanced Study Institute on Spatio – Temporal Statistics*, Búzios – RJ, de 16 a 26 de junho;
- 21º Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística, Natal – RN, de 27 a 25 de julho;
- III Fórum Mineiro de Probabilidade e Estatística, Belo Horizonte – MG, de 20 a 23 de agosto;
- XLVI Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional, Salvador – BA, de 17 a 19 de setembro;

²⁰ Modalidade de Curso Superior em que o universitário realiza um período da faculdade fora do país de origem.

- XXIV Congresso Brasileiro de Engenharia Biomédica, Uberlândia - MG, de 12 a 17 de outubro;
- Curso sobre elaboração de Projeto Pedagógico de Curso, Belo Horizonte - MG, dias 19 e 20 de outubro;
- IV Simpósio de Modelagem de Casos de Dengue, São Paulo - SP, de 12 a 14 de novembro.

Além das atividades de docência em sala de aula, os professores da ENCE participaram de comitês, comissões, produções bibliográficas, na orientação de monografias/dissertações e na organização de eventos pertinentes à Estatística e ao IBGE.

O IBGE, por meio da ENCE, também executa ações relativas à realização de Programas de Pós-Graduação *Stricto* e *Lato Sensu*. A ENCE oferece, desde 1998, um mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais nota quatro na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES na área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia com mais de 285 dissertações defendidas; e, desde 1997, oferece a especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, com mais de 167 monografias concluídas. A partir de 2014, o Programa mudou de denominação para Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas, alinhado com a criação do curso de doutorado, com primeira turma tendo início em março de 2015.

O curso de pós-graduação *Stricto Sensu*, que exige período integral, tem como objetivo a formação de pessoal qualificado para atividades de docência e pesquisa e de profissionais que possam desenvolver abordagens teóricas, métodos e práticas para a produção, análise, interpretação, preservação e disseminação de estatísticas e informações que ampliem o conhecimento da realidade demográfica, econômica, social, territorial e ambiental do País.

Em 2014, ainda somente com mestrado, o curso teve 21 alunos regularmente matriculados, ingressantes naquele ano, o que, somado aos 28 alunos da turma de 2013 e 11 alunos da turma de 2012, totalizam **60 alunos regularmente matriculados no curso de mestrado ao longo do ano de 2014**.

O curso oferece bolsas de estudos a todos os alunos que estejam aptos a recebê-la. Em 2014, foram treze bolsistas com Bolsa de Demanda Social oferecida pela CAPES e doze alunos bolsistas com recursos recebidos, em algum momento ou todo o ano, com recursos do IBGE, além de alunos com afastamento remunerado de seus trabalhos. Cabe ressaltar que a presença de alunos em tempo integral é muito importante para um Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, pois é um facilitador para que o aluno conclua suas atividades nos prazos recomendados pela CAPES. Nesse sentido, a bolsa de estudo é fundamental para manter os alunos com dedicação em tempo integral.

Ressalta-se que, ao todo, ocorreram em 2014 um total de 11 defesas de dissertações dos alunos ingressados em 2012 e uma defesa de aluno ingressado em 2011. As versões finais das dissertações encontram-se disponíveis, em texto completo, na biblioteca da ENCE e no Portal da instituição.

Todos os anos é lançado um edital para seleção de novos candidatos. Em 2014 foram oferecidas 24 vagas para o mestrado e 8 vagas para o primeiro ano de doutorado; ao fim do processo seletivo, foram selecionados 23 e 5 alunos, respectivamente, para o curso que terá início em março de 2015.

Em 2014, foi implementado o Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes – PNPd, com um bolsista selecionado. Adicionalmente, foi solicitada e aprovada uma bolsa de Pós-Doutorado do CNPq.

O corpo docente do Programa de mestrado foi formado por 19 professores permanentes e seis colaboradores no mestrado. Do quadro permanente, grande parte teve publicações em pelo menos

um periódico classificado pelo Qualis21 da CAPES. Ainda com relação ao corpo docente, vale destacar:

- Participação em 20 congressos e seminários, com pelo menos um trabalho apresentado em cada evento, financiados pelo Programa, bem como outras participações em eventos internacionais com financiamento da Capes, do CNPq e da Faperj²² ou do próprio organizador do evento;
- Participação no planejamento e na organização de eventos internacionais, tais como o 60º Congresso Mundial de Estatística - ISI 2015, VI Congresso Latino Americano de População, realizado em Lima-Peru e 2º Seminário de Metodologia do IBGE com o *Inter-American Statistical Institute* - IASI;
- Editoração das publicações Revista Brasileira de Estatística – RBES e Revista Brasileira de Estudos de População - REBEP;
- Membresia do Comitê Editorial da Revista Latino Americana de Estudos de População da Associação Latino Americana de População – ALAP e do Comitê Editorial da Revista de Cartografia Brasileira - RCB;
- Participação em associações científicas (ALAP, ABEP²³, ISI, IASI, ABER²⁴, ASA²⁵, SBC²⁶ dentre outras);
- Participação no projeto Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE.

Adicionalmente, cabe destacar que foi dada continuidade à implementação do planejamento estratégico do IBGE, em que o Programa de Pós-Graduação tem objetivos e metas específicos.

Nesse sentido, o Programa que passou a se chamar Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas, vem passando por revisões e ajustes, cujo reflexo já se deu em 2014, com a abertura do curso de mestrado já reformulado. Para 2015, já foi aberto o processo seletivo de doutorado e mestrado para início do curso em 2015.

No que se refere aos processos administrativos, em 2014 entrou em vigor o novo regulamento da Pós-Graduação, já incorporando questões relativas ao curso de doutorado; o credenciamento de professores permanentes, colaboradores e visitantes já seguiu as novas diretrizes da CAPES. Por fim, com relação à administração e disponibilização de informações, deu-se continuidade à informatização do Sistema Acadêmico de Atos Escolares para o mestrado. Além disso, empreendeu-se a modernização e a atualização da página da Pós Graduação no Portal da ENCE, promovendo uma integração entre internet e intranet.

Outra atividade de ensino da Pós-Graduação é o curso de Especialização, cujo objetivo é contribuir para o aprimoramento da formação e da qualificação profissional daqueles que pretendem atuar ou que já atuam como planejadores nas esferas pública e privada. O curso é desenvolvido com ênfase em questões pertinentes à formação de gestores ambientais, que serão trabalhadas considerando-se uma clientela multidisciplinar.

Com relação ao curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, durante o ano de 2014 foram mantidas as recomendações contidas no diagnóstico/avaliação realizado no ano de 2012.

²¹ Sistema brasileiro de avaliação de periódicos, mantido pela CAPES.

²² Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

²³ Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

²⁴ Associação Brasileira de Estudos Regionais

²⁵ *American Statistical Association*.

²⁶ Sociedade Brasileira de Computação.

Em 2014, houve 16 alunos regularmente matriculados ingressantes nesse ano, o que somado aos e 24 alunos matriculados da turma de 2013 e 18 da Turma de 2012, totaliza **58 alunos regularmente matriculados no curso de Especialização**.

No ano de 2014, foram apresentadas 16 monografias dos alunos da Turma de 2012, 6 monografias de alunos que ingressaram em 2013. Em 2015 serão apresentadas no mês de março 5 monografias dessa mesma turma, concluindo assim o curso 11 alunos da Turma de 2013.

Por fim, observa-se que em virtude de ingressos e desligamentos de alunos, o número de alunos regularmente matriculados sofre alterações ao longo do ano, o que é considerado normal. Assim, o número de **366 alunos inscritos em 2014** nos cursos de graduação, especialização e mestrado da ENCE ficou abaixo do previsto.

Em 2014, a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$ 1.000.000,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

Foram liquidados R\$ 786.653,37, o que significa 78,67% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$ 37.987,88, o que totaliza a execução da Ação em R\$ 824.641,25, ou seja, 82,46% do orçamento.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no quadro 12, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 12 - Principais Despesas da Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Serviço de Seleção e Treinamento	317.414,05	40,35	40,35
Estagiários	203.346,59	25,85	66,20
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	97.258,84	12,36	78,56
Locação de Equipamentos de Proc. de Dados.	60.714,28	7,72	86,28
Outras Despesas	107.919,61	13,72	100,00
Total	786.653,37	100,00	

Fonte: SIOP BI, fev/2015

A contratação de professores colaboradores para a graduação, especialização e mestrado foi essencial para a atualização e manutenção dos Cursos de Bacharelado em Estatística, Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território e Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas da ENCE, o que demandou gastos com serviços de seleção e treinamento.

As despesas com estagiários são referentes à concessão de bolsas de estudo. O objetivo dessas bolsas é garantir a participação dos discentes da graduação e do mestrado da ENCE em atividades de apoio didático aos demais alunos e de iniciação científica.

Os gastos referentes a bolsas de estudo no país objetivaram propiciar condições de permanência de alunos carentes da graduação e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar.

As demais despesas referem-se a gastos com apoio administrativo, técnico e operacional, indispensáveis para viabilizar o funcionamento das diversas atividades de manutenção da ENCE, tais como inspetoria de alunos, manutenção do sistema acadêmico da ENCE, atividades da secretaria e da biblioteca da Escola.

5.2.3.1.6 Ação Administração da Unidade – Código: 2000

Quadro 13 - Identificação da Ação Administração da Unidade em 2014

Identificação da Ação						
Código	2000		Tipo: Atividades			
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
130.586.788,00	145.286.788,00	132.878.017,66	115.657.271,67	115.634.459,37	22.812,30	17.220.745,99
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
13.927.192,96		11.141.060,27	806.979,28	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

A Ação compõe as atividades de apoio à gestão, que compreende a manutenção da infraestrutura e dos sistemas informatizados, a capacitação dos servidores e a coordenação dos sistemas nacionais de informações estatísticas e geocientíficas.

No campo da informática, foi elaborada a Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC do IBGE, junto ao Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC, e documentos complementares dessa Política. Esta POSIC e seus documentos complementares definem diretrizes estratégicas e operacionais, responsabilidades e competências para garantir a confidencialidade, autenticidade e disponibilidade das informações, além de outros princípios, difundindo as boas práticas e a cultura de segurança da informação no corpo de colaboradores do IBGE.

Foi realizada prospecção de novas tecnologias que atendam às demandas de Tecnologias de Informação - TI do IBGE. Como parte desse processo de avaliação de novas tecnologias que atendam à Instituição, temos a realização de provas de conceito, que incluem a implantação do ambiente, temporariamente no ambiente IBGE, para realização de testes. Dentre as realizadas, destacam-se: *Software Service Manager Orchestrator*; *Software IBM Q Radas SIEM* - concentrador de logs; *Software de Virtualização de desktop*; *Appliance SAP HANA*; *Appliance GREENPLUN*.

Para a melhoria na gestão do Parque Computacional da Instituição, migrou-se para versão 2012 o *software* de gestão *Microsoft System Center* (criação/distribuição de pacotes de *software*, auditoria, monitoramento e virtualização). Esse projeto visa atualizar a versão do *software* para garantir suas novas funcionalidades e ampliar a capacidade de gestão dos ativos de tecnologia da informação (equipamentos de informática) da rede do IBGE.

A cobertura das redes sem fio foi ampliada em alguns complexos da Sede, nas Unidades Estaduais e nas Agências, sendo concluído o projeto de instalação de roteadores sem fio e de ramais de Voz

sobre IP²⁷ em todas as agências do IBGE, possibilitando uma economia nos custos em ligações telefônicas e viabilizando a transmissão de dados de aplicações diretamente dos PDAs²⁸, através da rede sem fio da agência.

O projeto Redes Sem Fio e Telefonia IP das Agências de Coleta recebeu o prêmio TI & Governo 2014 da revista Fórum Editorial como um dos projetos de governo mais importantes de 2014, por suas inovação e por ter possibilitado uma significativa redução nos gastos com ligações telefônicas entre Agências e Unidades Estaduais. Esse projeto integrou os ramais corporativos das Agências a toda a rede corporativa de voz do IBGE.

A contratação do serviço de *Webinar*²⁹, para atender às demandas atuais de transmissão de áudio e vídeo em tempo real, para a realização de reuniões virtuais entre Unidades Estaduais e Agências, ensino a distância e divulgação de resultados de pesquisas, tem apresentado resultados excelentes. Durante o encontro realizado no Rio de Janeiro com os chefes das Unidades Estaduais, foi possível a participação das Agências em dois momentos importantes do encontro, criando a oportunidade para uma maior aproximação do Conselho Diretor com as Agências.

Além disso, a solução contratada permitiu a transmissão de três eventos importantes para o IBGE: Seminário sobre Registros Administrativos e Pesquisas Amostrais no Monitoramento & Avaliação de Políticas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social; o 3º Seminário de Metodologia do IBGE e da divulgação “Brasil em Números”.

O IBGE ficou com o 1º lugar em governança de TI dentre as 15 fundações avaliadas segundo o Índice de Governança de TI - iGovTI, do Tribunal de Contas da União- TCU.

O Instituto também teve posição de destaque, ocupando o terceiro lugar entre as 229 organizações que fazem parte do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP e a nona colocação geral, levando-se em conta todas as 372 organizações dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, além do Ministério Público da União e empresas do Terceiro Setor analisadas pelo TCU.

Dentre os quatro níveis de capacidade em governança e gestão de TI indicados pela pesquisa do TCU, o IBGE encontra-se no nível máximo (Aprimorado), um reconhecimento das ações do instituto no sentido de aumentar sua maturidade na gestão dos recursos computacionais, que se tornam exemplo de boa conduta dentro do Governo Federal.

O iGovTI foi criado em 2010, com o propósito de orientar as organizações públicas no esforço de melhoria da governança e da gestão de TI. O índice também permite ao TCU avaliar a efetividade das ações adotadas para induzir a melhoria da situação de governança de TI na administração pública federal.

Em relação à Gestão de Recursos Humanos, destacam-se dois Processos de Seleção Interna - PSI para chefe de Unidade Estadual do IBGE: um para as Unidades do Mato Grosso e da Paraíba e outro para a Unidade do Amazonas. O primeiro contou com trinta e nove servidores inscritos e, o segundo, com dezoito. Em ambos os processos, o IBGE contou com a participação de consultorias

²⁷ Voz sobre IP, também chamada de VoIP (*Voice over Internet Protocol*), telefonia IP, telefonia internet, telefonia em banda larga ou voz sobre banda larga é o roteamento de conversação humana usando a internet ou qualquer outra rede de computadores baseada no Protocolo de Internet, tornando a transmissão de voz mais um dos serviços suportados pela rede de dados.

²⁸ *Personal digital assistants* - computador de dimensões reduzidas, dotado de grande capacidade computacional, cumprindo as funções de agenda e sistema informático de escritório elementar, com possibilidade de interconexão com um computador pessoal e uma rede informática sem fios — Wi-Fi — para acesso a e-mail e internet.

²⁹ Tipo de webconferência no qual a comunicação é de uma via apenas, ou seja, somente uma pessoa fala e as outras assistem. A interação entre os participantes é limitada apenas ao *chat*, de modo que eles podem conversar entre si ou enviar perguntas ao palestrante.

especializadas nas etapas de Dinâmica e/ou Entrevista por Competências, realçando, assim, a sua imparcialidade e a integridade.

Foi realizado o Programa de Integração dos Novos Servidores – PINS. O programa aconteceu em duas fases, consistindo a primeira em eventos receptivos de apresentação do IBGE (abril de 2014) e, a segunda, na integração/ambientação presencial (julho de 2014).

Foi realizado o Programa de Integração dos Novos Servidores – PINS. O programa aconteceu em duas fases, consistindo a primeira em eventos receptivos de apresentação do IBGE (abril de 2014) e a segunda na integração/ambientação presencial (julho de 2014).

A primeira fase do programa – Cerimônia de Investidura e Termo de Aceite da Vaga - consistiu em dois eventos receptivos, antes do efetivo exercício dos servidores, quais sejam: transmissão de informações sobre a missão e objetivos institucionais do IBGE; e orientações quanto ao Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, os direitos e deveres dos servidores e demais normas e regulamentos.

O evento de ambientação, que aconteceu no auditório da FIRJAN, no Rio de Janeiro, nos dias 23 e 24 de julho de 2014, consistiu em 02 (dois) dias de palestras, objetivando apresentar informações institucionais acerca da missão, visão, valores e diretrizes estratégicas, bem como sobre os processos de trabalho das diversas áreas do IBGE, suas pesquisas, seus produtos e serviços, os recursos tecnológicos, as ferramentas institucionais, o inter-relacionamento entre as áreas produtoras e disseminadoras das informações e entre o IBGE, entre outros.

Em outra ocasião, nos dias 26 e 27 de maio de 2014, também foi realizado o PINS para os ocupantes de cargo de nível médio. O Programa foi planejado para acontecer de forma descentralizada e simultaneamente nas sedes das 26 Unidades Estaduais com vagas no Concurso Público. Contudo, em função da greve dos servidores do IBGE, algumas Unidades Estaduais tiveram sua participação adiada para uma outra oportunidade. Assim, das 26 Unidades, apenas 17 realizaram o evento presencial na data sugerida. Ao longo do ano de 2014, outras sete Unidades realizaram o evento, totalizando assim, 22 Unidades Estaduais onde o PINS foi realizado. Apenas quatro não realizaram o evento. O evento, que foi planejado e elaborado pelos membros do Comitê de Concurso Público, foi executado pelo corpo gerencial das Unidades Estaduais e teve como público alvo os novos servidores que seriam lotados nas diversas Agências e seus chefes imediatos.

Além disso, foi retomado o Programa IBGE Solidário para o Dia das Crianças. A campanha contabilizou uma arrecadação total, em âmbito nacional, de mais de 1.500 brinquedos, 150 jogos, 900 peças de vestuário, 350 livros, 150kg de alimento, entre outras doações. A iniciativa contou com a participação da Sede e de doze Unidades Estaduais.

Outro programa desempenhado foi o de Parcerias e Descontos. Nesse período, renovaram-se 49 parcerias e realizaram-se 6 novas contratações, dentre as quais se destaca a parceria estabelecida, em nível nacional, com a wPós³⁰: pós-graduação a distância, possibilitando o desenvolvimento dos servidores do IBGE para a manutenção da qualidade dos produtos oferecidos à sociedade. A realização do Programa de Parcerias e Descontos baseia-se na participação ativa do servidor do IBGE que, por meio das indicações das empresas, agrega valores a serem compartilhados com todos da comunidade Ibgeana.

Na área informacional, foi feita a atualização do sistema de Gratificação por Serviço Extraordinário - GSE, de uma tecnologia dos anos 80, para Tecnologia *Web*, com uma interface mais intuitiva e amigável, que ofereceu ganho de produtividade por ser um Sistema Integrado ao Banco de Dados de Recursos Humanos do IBGE.

³⁰ <http://www.wpos.com.br>.

No que diz respeito ao cuidado com a saúde, podemos destacar que a Campanha de Vacinação vem tendo uma adesão consideravelmente satisfatória a cada ano. Tivemos em 2014 um percentual de 75,73% de servidores vacinados contra a gripe em todo o IBGE. A vacina contra gripe vem sendo de grande importância em benefícios para a Instituição como também para o servidor, além de reduzir sensivelmente o absenteísmo. A vacinação tem o grande propósito de reduzir a incidência da gripe e até sua intensidade, evitando despesas para o servidor com tratamentos da doença; amenizando situações que comprometem sua performance e produtividade, criando o risco de infecção dos companheiros, e também, evitando que o mal-estar decorrente de uma simples gripe ocasione doenças mais sérias e contagiosas.

Também vale ressaltar a contratação de médicos para atender aos servidores lotados no Rio de Janeiro e homologar processos de Unidades Estaduais, o que possibilitou a recomposição parcial do quadro de pessoal necessário ao cumprimento dos Programas de Promoção, Prevenção e Perícias Singulares. Além disso, a contratação desses profissionais foi imprescindível para a realização de análises de adicionais em saúde, perícias singulares, homologação de laudos e atestados médicos.

Em relação à capacitação, o IBGE retomou, no primeiro semestre de 2014, o Programa Educação Básica, com o objetivo de oferecer aos servidores ativos do quadro efetivo do IBGE, especialmente nas Unidades Estaduais, uma oportunidade de concluir o Ensino Médio. Dos 49 servidores que, inicialmente, se mostraram interessados em participar, 12% concluíram o Ensino Médio; 43% encontram-se matriculados em Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJAs ou em escolas particulares; e 8% aguardam o resultado do ENEM 2014 ou de provão supletivo feito nos respectivos Estados.

Para aqueles com maior tempo de casa, o Programa Novo Tempo veio trazer uma reflexão sobre aposentadoria, tendo sido realizado em duas edições, uma em cada semestre. No total, participaram do programa 140 servidores, dos quais 69% recebem abono permanência. A participação dos servidores do IBGE como palestrantes, alguns deles, inclusive, já aposentados, pode ser considerada como um indicador positivo da importância desse trabalho dentro da instituição.

Dentro da mesma seara, cabe mencionar a capacitação de 4.052 servidores no exercício. Na modalidade presencial, foram realizados 26 eventos de capacitação, destacando-se os cursos de Geoestatística com noções de estatística espacial, em que novas tecnologias, metodologias e informações foram apresentadas e incorporadas aos saberes da área de geociências; e o curso Princípios Fundamentais das Estatísticas, um evento de suma importância para todos os servidores da Instituição, por apresentar ao servidor-aluno os princípios que regem as Estatísticas Oficiais e sua aplicabilidade, essencial para as atividades pertinentes à missão institucional do IBGE. Destaca-se, também, o Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa, que fornece aos participantes uma visão abrangente de todo o processo de planejamento e execução de uma pesquisa domiciliar por amostragem, sendo um curso em horário integral com duração de 45 dias.

Com relação aos cursos oferecidos na modalidade à distância, vale mencionar que eles se destinaram principalmente aos treinamentos de pesquisas desenvolvidas pelo IBGE. O desenvolvimento de treinamentos utilizando a internet possibilita aos servidores o recebimento homogêneo de instruções para a coleta de dados, bem como uma diminuição dos custos relativos às ações de treinamento, alcançando toda a rede de coleta do IBGE. Por intermédio da Escola Virtual IBGE, foram capacitados 3772 servidores, com destaque para o Treinamento das Pesquisas Econômicas (1461 concluintes) e Base Territorial (799).

No que se refere à coordenação dos sistemas nacionais de informações estatísticas e geocientíficas, o IBGE sediou diversos eventos internacionais, quais sejam:

- **V Reunião Técnica dos Institutos Nacionais de Estatística dos Países BRICS³¹**, organizada pelo IBGE e realizada no CIC, no período de 10 a 12 de fevereiro de 2014, teve como objetivo preparar a 5ª Edição da Publicação Conjunta dos Países BRICS;
- **Reunião do Comitê Executivo do *International Statistical Institute* – ISI**, realizada no CIC, no período de 19 a 22 maio de 2014, teve como objetivo discutir as diretrizes relativas à preparação do 60º Congresso Mundial de Estatísticas do ISI, que ocorrerá nas dependências do RIOCENTRO, em julho de 2015, sob a responsabilidade do IBGE. O evento tem o apoio formal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;
- **Primeira Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio Exterior de Serviços**, no âmbito do Encontro da Reunião Especializada de Estatísticas do MERCOSUL - REES, realizada nos dias 9 e 10 de outubro de 2014, na Sala de Reuniões da Diretoria de Pesquisas, na Avenida Chile. Essa reunião, que foi apresentada a situação atual das Estatísticas de Comércio Exterior de Serviços, em cada um dos países do MERCOSUL, objetivou definir as atividades de serviços a serem harmonizadas, além da elaboração de um cronograma de trabalho de médio e longo prazos e compromissos a serem assumidos pelos INEs dos países membros;
- **Seminário sobre o Uso de Registros Administrativos – O Papel dos Registros Administrativos e Levantamentos Amostrais Complexos no Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas**, nos dias 3 e 4 de novembro de 2014, e **Seminário sobre Metodologia do IBGE – Desafios e Oportunidades para a Coleta de Dados**, nos dias 6 e 7 de novembro de 2014, organizados pelo IBGE e realizados no Auditório Teixeira de Freitas, no CDDI. O objetivo do **Seminário sobre o Uso de Registros Administrativos** foi oferecer uma oportunidade para a apresentação, discussão e troca de experiências internacionais relativas à produção de informação estatística e de indicadores para o monitoramento e a avaliação de políticas, programas e estratégias multisetoriais voltadas para a superação da pobreza com o uso de registros públicos, registros administrativos e pesquisas com levantamentos amostrais complexos. No **Seminário sobre Metodologia do IBGE**, o tema central foi “Desafios e Oportunidades para a Coleta de Dados”;
- **VI Reunião dos Diretores dos Institutos Nacionais de Estatística dos Países BRICS**, organizada pelo IBGE e realizada no CIC, no período de 17 a 19 de novembro de 2014, que objetivou dar continuidade ao processo de cooperação entre os Institutos Nacionais de Estatística dos Países BRICS e teve como tema principal “metodologias conjuntas para indicadores sociais”, em atendimento ao parágrafo 7, da Declaração estabelecida na VI Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos Países BRICS, ocorrida em 15 de julho de 2014, no Brasil, na cidade de Fortaleza.

O IBGE custeou a participação de servidores nos seguintes eventos internacionais:

- **Nova Iorque/Estados Unidos da América** - Participação do IBGE, como representante do órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, nos seguintes eventos promovidos pela Divisão de Estatística das Nações Unidas: i) *Managing the Data Revolution*, no dia 28 de fevereiro de 2014; ii) *High Level Forum on Official Statistics*, no dia 3 de março de 2014 e iii) *45ª Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas*, entre os dias 4 e 7 de março de 2014;

³¹ BRICS é um acrônimo que se refere aos países membros fundadores (o grupo BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que juntos formam um grupo político de cooperação.

- **Nova Iorque/Estados Unidos da América – 28ª Sessão do Grupo de Peritos em Nomes Geográficos das Nações Unidas**, promovida pela Divisão de Estatística das Nações Unidas, entre os dias 28 de abril e 2 de maio de 2014;
- **Nova Iorque/Estados Unidos da América – *Global Forum on the Integration of Statistical and Geospatial Information e Fourth Session of the UN Committee of Experts on Global Geospatial Information Management (UN-GGIM)***, no período de 4 a 8 de maio de 2014;
- **Buenos Aires/Argentina – Reunião do Grupo de Trabalho sobre Inventário de Operações Estatísticas (IOE) da Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul (REES)**, entre os dias 20 e 22 de agosto de 2014;
- **Montevideu/Uruguai – Reunião do Grupo de Trabalho de Classificações e Nomenclaturas da REES**, entre os dias 29 e 30 de outubro de 2014;
- **Buenos Aires/Argentina – IV Encontro da Comissão Permanente de Contas Nacionais (CPCN) da Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul (REES)**, promovida pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos – INDEC da Argentina, entre os dias 10 e 12 de novembro de 2014;
- **Buenos Aires/Argentina – VIII Encontro da Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul (REES)**, entre os dias 12 e 13 de novembro de 2014.

Dada a importância da instituição no cenário internacional, o IBGE participou também em diversos eventos de natureza estatística e geocientífica promovidos por outros órgãos, tais como: Agência Brasileira de Cooperação - ABC, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Banco Mundial, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD), *International Statistical Institute (ISI)*, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Associação Internacional de Pesquisas de Uso do Tempo (IATUR), Associação Latino-americana de População (ALAP), Instituto Geográfico Venezuelano Simon Bolívar (IGVSB), Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) da Colômbia, Instituto Nacional de Geografia, Estatística e Informática (INEGI) do México, Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC) da Costa Rica, entre outros.

Destacamos algumas dessas participações internacionais:

- **Porto Príncipe/Haiti – Missão de Planejamento do V Recenseamento Geral de População e Habitação do Haiti**, no período de 3 a 6 de fevereiro de 2014;
- **Dublin/Irlanda – *European Working Conditions Survey and non EU countries***, entre os dias 6 e 7 de março de 2014;
- ***First Meeting of the Expert Group on Environment Statistics***, no período de 26 a 28 de março de 2014;
- **Quebec/Canadá – *UIS Cultural Employment Pilot Survey Meeting***, entre os dias 14 e 16 de maio de 2014;
- **Washington, Estados Unidos da América – *Workshop on Computerized Assisted Personal Interviewing (CAPI) by Survey Solutions Software***, no período de 27 a 31 de maio de 2014;
- **San José/Costa Rica – Taller regional sobre a política de difusão de micro dados**, entre os dias 4 e 5 de junho de 2014;
- **Beijing/China – *International Workshop on Integrating Geospatial and Statistical Information***, no período de 9 a 12 de junho de 2014;

- Nova Iorque/Estados Unidos da América – *Ninth Meeting of the United Nations Committee of Experts on Environmental-Economic Accounting (UNCEEA)*, entre os dias 25 e 27 de junho de 2014;
- Turku/Finlândia - **36ª Conferência da Associação Internacional sobre o Uso do Tempo (IATUR)**, no período de 30 de julho a 1 de agosto de 2014;
- Santiago/Chile – **Seminário Anual de Contas Nacionais para a América Latina e o Caribe**, no período de 4 a 7 de agosto de 2014;
- Lima/Peru – **VI Congresso da Associação Latino-americana de População (ALAP)**, no período de 12 a 15 de agosto de 2014;
- Montevideú/Uruguai - *VII Seminario Regional de los Indicadores ODM – Más alla del monitoreo de los Objetivos del Milenio: retos estadísticos para la evaluación de la agenda de Desarrollo después de 2015*, no período de 30 de setembro a 2 de outubro de 2014;
- Lima/Peru – **XII Reunião de Estatísticas Públicas e Curso de Capacitação – Projeto IASI-ISI**, no período de 19 a 24 de outubro de 2014;
- *Beijing/China – Third High Level Forum on UN Global Geospatial Information Management*, no período de 22 a 24 de outubro de 2014;
- *Quebec/Canada – 2014 International Methodology Symposium*, no período de 29 a 31 de outubro de 2014;
- Aguascalientes/México – **8º Encontro do Grupo de Especialistas em Estatísticas de Gênero, 5º Fórum Global de Estatísticas de Gênero e 15º Encontro Internacional de Estatísticas de Gênero**, no período de 2 a 7 de novembro de 2014;
- Bogotá/Colômbia – **3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Indicadores do Mercado de Trabalho da Conferência de Estatística das Américas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEA-CEPAL)**, entre os dias 18 e 20 de novembro de 2014;
- Bogotá / Colômbia – *Taller de Seguimiento a la implementación del Código Regional de Buenas Prácticas (CRBP) en Estadísticas para América Latina y el Caribe*, entre os dias 26 e 28 de novembro de 2014;
- Porto Príncipe/Haiti – **Participação de Missão de Cooperação Técnica ao Instituto Haitiano de Estatística e Informática (IHSI)**, no período de 1 a 12 de dezembro de 2014;
- Caracas, Santa Elena do Uiarén, Maracaibo, Mérida, ciudad Bolívar, Puerto Ayacucho, Santa Ines, Maturim, El Calvario e Elorza/Venezuela – **Missão de Atividades Gravimétricas na Venezuela**, no período de 1 a 17 de dezembro de 2014.

Por fim, cabe ressaltar que o IBGE sediará, em 2015, os seguintes congressos, cujas atividades já demandaram ações de planejamento em 2014.

- **Congresso Mundial de Estatística – ISI2015 – o 60º Congresso Mundial de Estatística (World Statistics Congress)** promovido pelo Instituto Internacional de Estatística (*International Statistical Institute – ISI*). Trata-se da mais importante conferência internacional sobre Estatística do mundo e ocorre a cada dois anos. Uma das características marcantes desse congresso é a participação de grande número de dirigentes e técnicos dos órgãos de estatísticas oficiais dos países, pois se trata do maior fórum mundial de debate dos problemas e questões, das práticas e dos desenvolvimentos ligados às atividades de produção, análise e disseminação de estatísticas oficiais.
- **Conferência Mundial de Cartografia – ICC2015** – dada a importância que o mapeamento assume atualmente, seja para fins de planejamento, regulação, tributação ou preservação do

meio ambiente, a Associação Cartográfica Internacional (ICA) realizará, em 2015, a Conferência Internacional de Cartografia, com o tema principal: *Maps connecting the World* – Mapas conectando o Mundo, para mostrar a Cartografia como uma ciência, ferramenta e tecnologia, capaz de contribuir em todas as áreas do conhecimento, para o desenvolvimento científico, tecnológico e social, em todos os níveis de gestão. O IBGE é uma das instituições na organização desse evento, sendo um dos principais atores de apoio com atuação em diversas frentes.

Em 2014, a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$ 145.286.788,00, sendo R\$ 126.935.816,00 na fonte 0100 (Recursos do Tesouro), R\$ 15.191.527,00 na fonte 0250 (Recursos Próprios não Financeiros), R\$ 750.098,00 na fonte 0280 (Recursos Próprios Financeiros), R\$ 2.409.347,00 na fonte 0650 (Recursos Próprios não Financeiros arrecadados no ano anterior).

Foram liquidados R\$ 115.657.271,67, o que significa 79,61% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$ 17.220.745,99, o que totaliza a execução da Ação em R\$ 132.878.017,66, ou seja, 91,46%.

Do montante autorizado, foram descentralizados R\$ 903.257,72, referentes ao pagamento de despesas condominiais da sede da Unidade Estadual de Pernambuco, compartilhado com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no quadro 14 mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação no IBGE.

Quadro 14 - Principais Despesas da Ação Administração da Unidade em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Locação de Imóveis	15.424.831,90	13,34	13,34
Comunicação de Dados	10.035.587,59	8,68	22,01
Limpeza e Conservação	8.813.460,45	7,62	29,63
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	8.147.191,95	7,04	36,68
Contribuição para o Pis/Pasep	7.354.089,16	6,36	43,04
Serviço de Seleção e Treinamento	7.257.180,03	6,27	49,31
Condomínios	6.356.348,13	5,50	54,81
Locação de <i>Softwares</i>	6.181.545,37	5,34	60,15
Serviços de Energia Elétrica	5.568.643,83	4,81	64,97
Locação de Imóveis	4.463.316,27	3,86	68,83
Serviços Técnicos Profissionais de T.I.	4.346.756,77	3,76	72,58
Vigilância Ostensiva	3.004.278,27	2,60	75,18
Serviços de Telecomunicações	2.829.693,57	2,45	77,63
Desenvolvimento de <i>Software</i> .	2.177.370,36	1,88	79,51
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.512.330,83	1,31	80,82
Outras Despesas	22.184.647,19	19,18	100,00%
Total	115.657.271,67	100,00	

Fonte: SIOP BI, fev/2015

A estrutura do IBGE abrange todos os estados da União, o que acarreta elevados custos com locação de imóveis, sendo que o Rio de Janeiro, onde está localizada a Sede, responde pela maior parcela dos gastos. Da mesma forma ocorre com as despesas relacionadas aos imóveis locados e próprios, como condomínio e serviços de energia elétrica.

Outros serviços que elevam os gastos com a administração são os de terceiros, como limpeza e conservação, apoio administrativo e técnico e operacional.

As despesas com comunicação de dados englobam as contratações da Rede MPLS (rede multiprotocolo com comutação por rótulos), que permite a comunicação entre todos os complexos do Rio de Janeiro e as Unidades Estaduais nas capitais de Estados e possibilita a utilização de multisserviços como telefonia, internet, intranet e aplicativos interativos em tempo real; recepção da TV IBGE, videoconferências e treinamento a distância. Adicionalmente, existe a contratação da solução de internet corporativa, instalada nos complexos Canabarro e Chile, na cidade do Rio de Janeiro, englobando soluções de segurança e controle de conexões com proteção contra invasões em servidores do nó central da rede. Complementarmente, também são contratadas conexões tipo banda larga via satélite para utilização em Agências onde não há outro tipo de tecnologia de comunicação.

As despesas com *softwares* visam atender, principalmente, às necessidades essenciais da instituição direcionadas aos *softwares* de processadores, tanto de grande porte (*mainframe*) quanto de outras plataformas, sendo responsáveis pelo processamento de pesquisas e pelo gerenciamento da segurança do acervo de dados do IBGE.

Os gastos realizados com serviços técnicos profissionais de TI e desenvolvimento de *software* destinam-se ao atendimento institucional em diversas Ações, apoiado no desenvolvimento dos sistemas computacionais de coleta e apuração, implementação de pesquisas estatísticas, nas atividades de geociências e nos sistemas de gestão administrativa.

As despesas inscritas em restos a pagar e liquidadas no exercício de 2014 referem-se a gastos com serviços continuados como serviços de comunicação de dados, prestação de serviços técnicos profissionais de TI, serviços de desenvolvimento de *software*, serviços de locação e manutenção de *software* e serviços de impressão e de locação de impressoras.

5.2.3.1.7 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes – Código: 2004

Quadro 15 - Identificação da Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Identificação da Ação						
Código	2004		Tipo: Atividades			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.714.984,00	20.671.200,00	18.368.944,50	18.368.944,50	18.368.944,50	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Pessoa beneficiada	Unidade	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

Para controlar a concessão do benefício, o IBGE conta com a utilização de um sistema, a ser alimentado mensalmente com os comprovantes de pagamento, parcialmente reembolsados aos servidores conforme valores preestabelecidos.

Foram atendidos, em média, 15.817 servidores por mês, em 2014. Esse quantitativo representa um aumento de 2,36% em relação ao ano de 2013.

No que se refere aos exames periódicos, apesar de ter havido previsão orçamentária pelo Governo Federal, a direção do IBGE decidiu não realizá-lo devido à impossibilidade de licitar este tipo de serviço para as mais de 600 unidades do IBGE.

Em 2014 a Ação contou com dotação orçamentária final de R\$20.671.200,00, dos quais foram liquidados R\$18.368.944,50, o que representa 88,86% dos recursos autorizados no período.

Quadro 16 - Principais Despesas da Ação Identificação da Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Ressarcimento Assistência Médica e Odontológica	18.353.991,24	99,92	99,92
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos da A.P.F	14.953,26	0,08	100,00
Total	18.368.944,50	100,00	

Fonte: SIOP BI, fev/2015

5.2.3.1.8 Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares – Código: 2010

Quadro 17 - Identificação da Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: Atividades			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
970.140,00	1.040.140,00	1.026.417,40	1.026.417,40	1.026.417,40	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Criança atendida	Unidade	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

A Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$1.040.140,00, dos quais foram liquidados R\$1.026.417,40, o que corresponde a 98,68% dos recursos autorizados no período.

Foram atendidos, em média, 1.084 servidores por mês, no ano de 2014.

Quadro 18 - Principais Despesas da Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Auxílio-Creche Civil	552.773,54	53,85	53,85
Auxílio-Creche	473.643,86	46,15	100,00
Total	1.026.417,40	100,00	

Fonte: SIOP BI, fev/2015

5.2.3.1.9 Ação Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares – Código: 2011

Quadro 19 - Identificação da Ação Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: Atividades			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.696.000,00	9.696.000,00	9.388.561,33	9.388.561,33	9.388.561,33	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Pessoa beneficiada	Unidade	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

Foram atendidos, em média, 7.224 servidores por mês no ano de 2014, o que corresponde a um aumento de 25,68% em relação ao ano de 2013.

A Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$9.696.000,00, dos quais foram liquidados R\$9.388.561,33, o que corresponde a 96,83% dos recursos autorizados no exercício.

Quadro 20 - Principais Despesas da Ação Identificação da Ação Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Auxílio-Transporte	5.419.925,00	57,73	57,73
Auxílio-Transporte Civis	3.957.933,82	42,16	99,89
Outras Despesas	10.702,51	0,11	100,00
Total	9.388.561,33	100,00	

Fonte: SIOP BI, fev/2015

5.2.3.1.10 Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – Código: 2012

Quadro 21 - Identificação da Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código	2012		Tipo: Atividades			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
47.220.000,00	48.370.000,00	48.181.092,11	48.181.092,11	48.181.092,11	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Pessoa beneficiada	Unidade	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

Foram atendidos, em média, 11.212 servidores mensalmente, no ano de 2014. Isso evidencia 4,86% de aumento em relação ao ano de 2013.

A Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$48.370.000,00, dos quais foram liquidados R\$48.181.092,11, o que corresponde a 99,61% dos recursos autorizados no exercício.

Quadro 22 - Principais Despesas da Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Auxílio-Alimentação Civis	27.000.089,54	56,04	56,04
Auxílio-Alimentação	21.163.282,66	43,92	99,96
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos da A.P.F.	17.719,91	0,04	100,00
Total	48.181.092,11	100,00	

Fonte: SIOP BI, fev/2015

5.2.3.1.11 Ação Publicidade de Utilidade Pública – Código: 4641

Quadro 23 - Identificação da Ação Publicidade de Utilidade Pública

Identificação da Ação						
Código	4641		Tipo: Atividades			
Título	Publicidade de Utilidade Pública					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão				Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

Em 2014, a execução da Ação ficou inviabilidade por conta de limites orçamentários.

5.2.3.1.12 Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Código: 09HB

Quadro 24 - Identificação da Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo: Operações especiais			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Tipo: Operação Especial Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
149.897.537,00	149.897.537,00	142.604.059,90	142.602.719,86	142.602.719,86	0,00	1.340,04
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

A contribuição previdenciária é Ação obrigatória e ocorre de forma automática por meio do sistema SIAPE.

A Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$149.897.537,00, dos quais foram executados R\$142.604.059,90, o que representa 95,13%.

Quadro 25 - Principais Despesas da Ação Identificação da Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Contribuição Patronal para o RPPS	142.596.153,32	99,995	99,995
Outras Despesas	6.566,54	0,005	100,000
Total	142.602.719,86	100,00	

Fonte: SIOPI BI, fev/2015

5.2.3.1.13 Ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis – Código: 0181

Quadro 26 - Identificação da Ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Identificação da Ação						
Código	0181		Tipo: Operações especiais			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
677.149.634,00	793.576.852,00	791.285.035,05	791.285.035,05	790.823.720,61	461.314,44	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00		0,00	0,00	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

A Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$793.576.852,00, dos quais foram executados R\$791.285.035,05, o que representa 99,71%.

Quadro 27 - Principais Despesas da Ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Proventos - Pessoal Civil	506.953.054,55	64,07	64,07
Pensões Civis	137.217.359,11	17,34	81,41
Outras Despesas	147.114.621,39	18,59	100,00
Total	791.285.035,05	100,00	

Fonte: SIOP BI, fev/2015

5.2.3.1.14 Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – Código: 00G5

Quadro 28 - Identificação da Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

Identificação da Ação						
Código	00G5		Tipo: Operações especiais			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Tipo: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.156.499,00	1.156.499,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

O valor de R\$ 1.156.499,00 autorizado na Ação foi descentralizado em sua totalidade aos Tribunais Regionais do Trabalho.

5.2.3.1.15 Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) – Código: 0005

Quadro 29 – Identificação da Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)

Identificação da Ação						
Código	00G5		Tipo: Operações especiais			
Título	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Tipo: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16.832.179,00	16.987.081,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

O valor de R\$ 16.987.081,00 autorizado na Ação foi descentralizado em sua totalidade aos Tribunais Regionais do Trabalho.

5.2.3.1.16 Ação Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais – Código: 0536

Quadro 30 – Identificação da Ação Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais

Identificação da Ação						
Código	0536		Tipo: Operações especiais			
Título	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais Tipo: Operações Especiais: Outros Encargos Especiais					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
37.050,00	37.050,00	34.752,00	34.752,00	34.752,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

Observa-se que 93,80% da dotação final foi efetivamente executada no que diz respeito a Ações de Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais. Isso corresponde a R\$34.752,00 pagos, de um total de R\$37.050,00.

5.2.3.1.17 Ação Pagamento de Pessoal Ativo da União – Código: 20TP

Quadro 31 – Identificação da Ação Pagamento de Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação						
Código	20TP		Tipo: Atividades			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
797.766.881,00	797.766.881,00	795.252.323,06	795.240.944,18	794.006.556,61	1.234.387,57	11.378,88
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

A Folha de Pagamento de Pessoal Ativo foi liquidada na cifra de R\$795.252.323,06, representando 99,68% da dotação do período. Efetivamente, foram pagos R\$794,006,556,61.

Quadro 32 - Principais Despesas da Ação Pagamento de Pessoal Ativo da União em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Vencimentos e Salários	285.610.106,14	35,91	35,91
Gratificação por Exercício de Cargo Efetivo	278.447.176,64	35,01	70,93
Salário de Contrato Temporário - Lei 8.745/93	53.503.200,27	6,73	77,66
13º Salário	52.514.503,44	6,60	84,26
Outras Despesas	125.165.957,69	15,74	100,00
Total	795.240.944,18	100,00	

Fonte: SIOP BI, fev/2015

5.2.3.1.18 Ação Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade – Código: 00M1

Quadro 33 – Identificação da Ação Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade

Identificação da Ação						
Código	00M1		Tipo: Operações Especiais			
Título	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
895.669,00	1.080.669,00	1.080.669,00	1.014.573,64	1.014.573,64	0,00	66.095,36
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

Para o atendimento aos benefícios assistenciais decorrentes de auxílio-funeral e natalidade foram executados R\$1.080.669,00.

Quadro 34 - Principais Despesas da Ação Identificação da Ação Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade em 2014

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Auxílio-Funeral Inativo Civil	860.441,59	84,81	84,81
Auxílio-Funeral Ativo Civil	99.206,56	9,78	94,59
Auxílio Natalidade Ativo Civil	54.925,49	5,41	100,00
Total	1.014.573,64	100,00	

Fonte: SIOP BI, fev/2015

5.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS

Não se aplica. O IBGE responde integralmente pela execução de todas as Ações sob sua responsabilidade.

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

5.2.3.3.1 Pesquisas Estruturais da Área Econômica

Quadro 35 – Restos a Pagar – Pesquisas Estruturais da Área Econômica

Identificação da Ação					
Código	4228			Tipo: Atividades	
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.				
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Código SIAFI: 114601				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
128.457,91	680,98	23.874,32	Resultado divulgado	Unidade	-

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

As despesas inscritas em restos a pagar referem-se a serviços de telefonia, cujas estimativas foram feitas a maior, visto que houve uma redução na utilização deste serviço devido a estratégias mais eficientes de transmissão de dados. A liquidação do valor acima não afetou a realização da meta física.

5.2.3.3.2 Gestão e Administração do Programa

Quadro 36 – Restos a Pagar – Gestão e Administração do Programa

Identificação da Ação					
Código	2272			Tipo: Atividades	
Programa	Informações Estatísticas e Geocientíficas			Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Código SIAFI: 114601				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
201.663,50	137.416,08	13.098,89	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial, fev/2015

A ação que compunha o Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas até 2011, a partir de 2012, com a reestruturação do PPA e a extinção do Programa, não faz mais parte do rol de Ações desenvolvidas pelo IBGE.

No que se refere as despesas inscritas em restos a pagar e liquidadas em 2014, as mesmas se deveram, principalmente, a substituição de equipamentos elétricos em uma das unidades da Instituição.

5.2.3.4 Ações – Orçamentos de Investimento – OI

Não se aplica. O IBGE não possui Ações integrantes do Orçamento de Investimento.

5.2.3.5 Análise Situacional

As Ações de natureza contínua, parte essencial do plano de trabalho da instituição foram implementadas dentro da normalidade. Por essa razão, conclui-se que as atividades regulares desenvolvidas pelo IBGE apresentaram em 2014 um bom desempenho. Entretanto, cabe salientar que para que essas atividades fossem desenvolvidas foi preciso repensar alguns projetos, por conta dos limites orçamentários impostos no exercício.

Dentre os projetos que tiveram andamento previsto em 2014, pode-se citar: a PNAD Contínua, com a publicação dos resultados trimestrais de 2012, 2013 e dos 3 primeiros trimestres de 2014, relativos ao mercado de trabalho nos níveis Brasil e Grandes Regiões, tendo ainda – esse mesmo projeto - registrado a continuidade da etapa referente a preparação de novos indicadores; a Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, com a publicação do 1º volume, cuja coleta ocorreu em 2013, em parceria com o Ministério da Saúde.

Pode-se mencionar como projetos que não puderam ser desenvolvidos devido às restrições orçamentárias em 2014: Pesquisa de Orçamento Familiar Contínua - POF Contínua, Implantação do Novo Modelo de Índice de Preços ao Consumidor, Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias – SNPA e Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Especiais – INDE. Inclusive a Contagem da População 2015, que obteve dotação orçamentária, sofreu o impacto dos limites ocorridos no decorrer do exercício, permitindo desempenhar apenas as atividades que não demandaram maiores recursos.

No âmbito administrativo, em 2014, o grande número de requerimento de aposentadorias e a greve ocorrida também influenciaram o desempenho das atividades ibgeanas. No primeiro caso, tal impacto nem sempre afeta diretamente os resultados das metas das Ações, contudo prejudicam as rotinas de trabalho, gerando atrasos e perda da qualidade em alguns processos administrativos.

Visando a atenuação dessa questão através da busca contínua de reposição do quadro permanente, o IBGE protocolou pedido para a realização de novo concurso público de nível médio e superior ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e aguarda autorização, em 2015, para a realização do concurso. Em relação ao segundo caso, a greve iniciada em 26/05/2014 e finalizada em 12/08/2014 teve como consequências o atraso na divulgação da Pesquisa Mensal de Emprego e da PNAD Contínua em algumas regiões do país, tendo as mesmas sido divulgadas após o final da greve sem maiores prejuízos à sociedade brasileira.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Com relação aos resultados no âmbito da governança institucional, cumpre relevar que o IBGE vem envidando esforços no sentido da implementação de novo modelo de gestão institucional que garanta a excelência na produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, visando ao atendimento efetivo das demandas do governo e da sociedade, em escala nacional.

Nesse sentido, algumas ações foram desenvolvidas em 2014, com prosseguimento fundamental em 2015, sendo elas: a proposição de nova arquitetura organizacional para as Unidades Estaduais, com vistas ao alinhamento de estrutura organizacional, processos de trabalho e competências dos servidores às estratégias da Instituição; o fomento a ações de planejamento, implantando sistemas e ferramentas que permitam a articulação e a integração das estratégias do IBGE ao orçamento e à execução de suas atividades e projetos; e a melhoria nos processos operacionais automatizados referentes a auditoria interna.

No campo da gestão administrativa, o IBGE buscou fomentar a inovação e incentivar a busca da melhoria da qualidade de sua gestão, por meio da implementação de sistemas de gerenciamento, avaliação e monitoramento organizacional e da introdução de metodologias e tecnologias modernas, alinhadas à nova concepção de gestão pública. Desse modo, em 2014, deu-se prosseguimento à automação de diversos processos de trabalho, com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços da área administrativa, em especial aqueles que são direcionados aos próprios servidores.

Observa-se ainda no macroprocesso infraestrutura, metodologia e qualidade para a produção de informações, a realização do Programa de Gestão da Qualidade das Informações Geocientíficas empreendido pelo IBGE, por meio da área de Geociências. Este projeto, com início em 2014 e final previsto para 2016, tem como finalidade contribuir para a gestão da rotina e para a introdução de melhorias contínuas em produtos e processos, com base em medições objetivas, ampliando a satisfação de usuários e demais partes interessadas. O Programa engloba diversas etapas que vão desde mobilização e autoavaliação das Gerências de Geodésia e Cartografia até a implementação e avaliação do plano de ação definido em conjunto entre direção e servidores competentes.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Para avaliar o desempenho da gestão, quanto à eficácia, eficiência e efetividade, o IBGE utiliza quatro indicadores, conforme mostra o quadro 37 - Indicadores de Desempenho.

Os indicadores ‘Taxa de Resultados Alcançados’ e ‘Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas’ objetivam a mensuração do fator eficácia. O cálculo da Taxa de Resultados Alcançados é de responsabilidade da Coordenação de Planejamento e Supervisão/Diretoria-Executiva – DE/CPS, que o executa a partir dos resultados de cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional. A responsabilidade pelo cálculo da ‘Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas’ é do Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI que o executa a partir do número de usuários atendidos pela Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas, informado pelo próprio CDDI.

Foi implantado, a partir de 2004, o indicador ‘Tempo Médio de Resposta’ que permite o acompanhamento da eficiência da Instituição no atendimento às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico no endereço ibge@ibge.gov.br. O cálculo desse indicador é de responsabilidade da Coordenação de Atendimento Integrado do CDDI, cujos resultados são obtidos com as correspondências de usuários que tiveram uma resposta final e conclusiva.

Temos ainda, conforme citado no item 3.5 (Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada) do presente relatório, o indicador Taxa de Satisfação dos Usuários - TSU que permite uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. O cálculo desse indicador é de responsabilidade do Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI que o executa com base na relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.

Quadro 37 - Indicadores de Desempenho

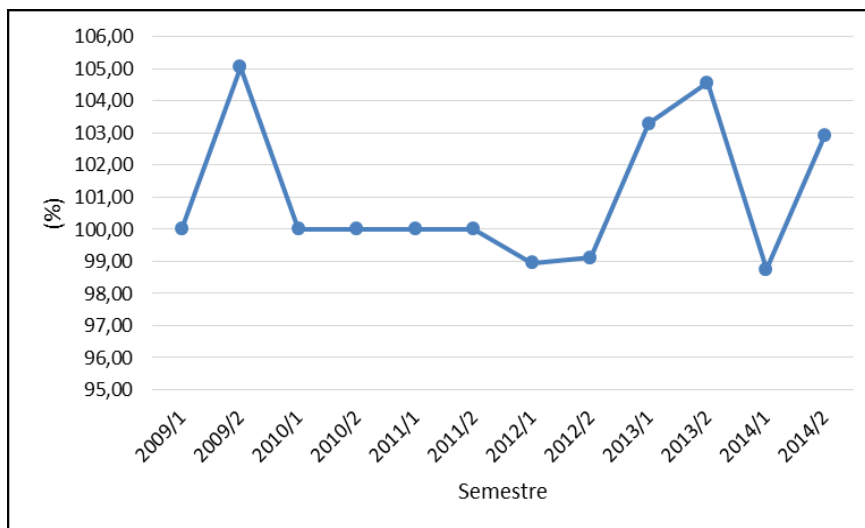
	INDICADOR / DESCRIÇÃO	ATRIBUTOS		
		Fórmula de cálculo	Unidade	Periodicidade
E F I C Á C I A	<p>Taxa de Resultados Alcançados - RA A composição desse indicador tem como base as metas das Ações Orçamentárias do IBGE, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional, e é dado pela média aritmética do conjunto de resultados obtidos.</p>	$\overline{RA} = \frac{\sum \left(\frac{M_R}{M_P} \times 100 \right)}{n}$ <p>M_R = metas realizadas M_P = metas prevista n = n° de resultados obtidos</p>	%	Semestral
	<p>Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas - TDIEG A partir da obtenção do número índice e da variação percentual do número de usuários que buscaram acesso às informações publicadas pelo IBGE, no ano em análise, em relação ao ano anterior ao do início do quadriênio do PPA, é possível acompanhar a evolução do IBGE no que diz respeito a demanda por informações estatísticas e geocientíficas.</p>	$TDIEG = \left(\frac{NU_n}{NU_{n-1}} \times 100 \right) \times 100$ <p>NU_n = n° de usuários atendidos no ano NU_{n-1} = n° de usuários atendidos no ano anterior ao do início do PPA</p>	%	Anual
E F I C I Ê N C I A	<p>Tempo de Resposta - TR Tempo médio de resposta (atendimento) às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico. Esse indicador permite avaliar mês a mês o desempenho do atendimento a essas demandas.</p>	$\overline{TR} = \frac{\sum T_i}{n}$ <p>$\sum T_i$ = somatório dos tempos de resposta a cada usuário atendido no mês n = n° de atendimentos realizados no mês</p>	Dias	Mensal
E F E T I V I D A D E	<p>Taxa de Satisfação do Usuário - S Percentual alcançado pela avaliação do serviço em relação à expectativa de serviço, onde valores abaixo de 100 indicam insatisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi pior do que o esperado, e valores maiores ou igual a 100 indicam satisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi melhor ou igual ao esperado.</p>	$S = \frac{\bar{A}}{\bar{E}} \times 100$ <p>\bar{A} = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>avaliação</i> \bar{E} = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>expectativa</i></p>	%	Anual

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

No exercício de 2014, no que se refere a Taxa de Resultados Alcançados, a Instituição atingiu o patamar de 98,75% no primeiro semestre e 102,91% no segundo semestre do exercício, mantendo assim a eficácia no alcance das metas estabelecidas.

O gráfico 5 apresenta uma série histórica que permite a visualização do cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional no período 2009-2014.

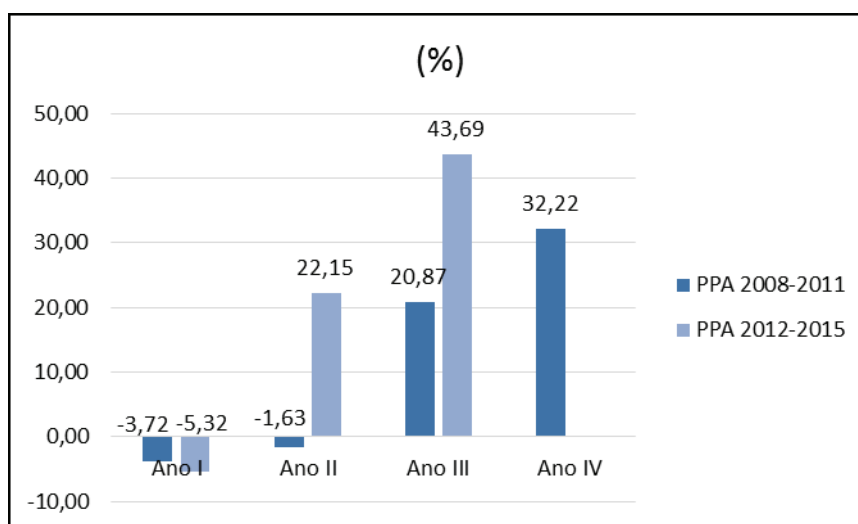
Gráfico 5 - Resultados do Indicador Taxa de Resultados Alcançados – IBGE 2009-2014



Fonte: Diretoria Executiva do IBGE, mar/2015

A Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas-TDIEG deste novo quadriênio do Plano Plurianual - PPA 2012-2015 alcançou o valor de 43,69%, considerando o número acumulado de usuários que buscaram acesso às informações publicados pelo IBGE nos anos de 2011 e 2014, 29.081.173 e 41.785.436, respectivamente.

Gráfico 6 - Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas, para os Planos Plurianuais 2008-2011 e 2012-2015 – IBGE



Fonte: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI, jan/2014.

Vale destacar que o IBGE vem tendo um elevado número de usuários de informações estatísticas e geocientíficas, revelando a eficácia do seu trabalho, devido ao seu Portal na internet que conta com uma grande oferta de informações sempre com novidades a cada semana. Esse resultado de aumento real de usuários atendidos, também é justificado pelo bem sucedido trabalho do IBGE de

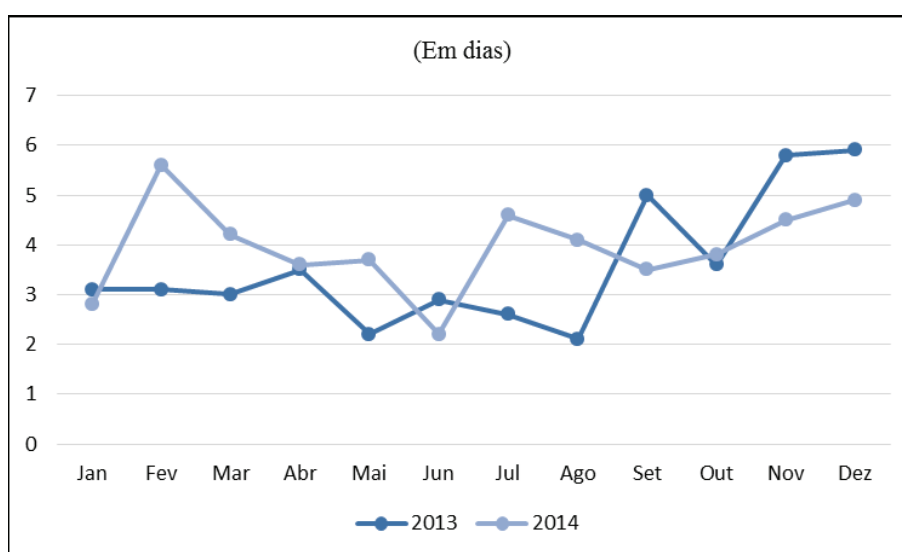
reformulação e atualização do Portal do Instituto, o que mostra já no final de 2013 a superação da TDIEG almejada de crescimento para o final do período do PPA no nível de 4.5%.

Para atendimento ao cidadão-usuário o correio eletrônico é um dentre os diversos canais disponibilizados pelo IBGE. O indicador Tempo de Resposta – Médio - TRM é utilizado para avaliar a eficiência desse atendimento.

Na comparação dos resultados alcançados em 2014 em relação a 2013 observa-se, em uma análise global, no gráfico 7, uma pequena perda da eficiência no Atendimento por Correspondência, pois o tempo médio de resposta anual passou de 3,6 dias em 2013 para 3,9 dias em 2014.

Parte do aumento do tempo médio de atendimento por correspondência em 2014 deve-se ao novo perfil da demanda que vem se tornando cada vez mais seletivo, em função da grande oferta de informações no Portal do IBGE, na internet.

Gráfico 7 - Tempo de Resposta - Médio em dias do Serviço de Atendimento por Correspondência - IBGE – JAN 2012 / DEZ 2014



Fonte: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI, jan/2014.

No que tange ao Indicador de efetividade utilizado - TSU, as informações e o respectivo gráfico, conforme escrito acima, encontram-se expostos no item 3.5 referente à avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada.

5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

Em novembro de 2014, o Conselho Diretor do IBGE aprovou a adesão ao Sistema de Informações de Custo – SIC, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, entendendo ser a melhor forma de alcançar o custo da produção das pesquisas estatísticas e dos estudos geocientíficos do IBGE. Em seguida, foram realizados os primeiros contatos com o Ministério do Planejamento visando o apoio a esta adesão, intervindo no agendamento de uma reunião específica com a Diretoria de Custo da STN.

Em 2015 se estará, internamente no órgão, estudando a definição dos centros de custos do IBGE, que espelhem da melhor forma possível, a estrutura de produção das pesquisas estatísticas e estudos geocientíficos, tarefa indispensável para a efetiva adesão.

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Programação e Execução das Despesas

6.1.1 Programação das Despesas

Quadro 38 – Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: IBGE		Código UO: 47205		UGO: 114601	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		1.640.990.014,00		331.806.186,00	
CRÉDITOS	Suplementares	117.427.218,00		29.623.473,00	
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados		1.589.510,00		32.666.217,00	
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)		1.756.827.722,00		328.763.442,00	
Dotação final 2013(B)		1.664.194.718,00		256.730.870,00	
Variação (A/B-1)*100		5,57		28,06	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização Da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		130.285.321,00	10.000,00		-
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					-
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)		130.285.321,00	10.000,00		
Dotação final 2013(B)		17.811.516,00	10.000,00		
Variação (A/B-1)*100		631,47	-	-	-

Fonte: Siafi, 2015

6.1.1.1 Análise Crítica

Os créditos iniciais aprovados na LOA para o cumprimento dos programas de trabalho do IBGE no exercício de 2014 totalizaram R\$2.215.886.485,00 (Dois bilhões, duzentos e quinze milhões, oitocentos e oitenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais). Deste montante, R\$2.085.591.164,00 (Dois bilhões, oitenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e um mil e cento e sessenta e quatro reais) foram destinados à Categoria Econômica Despesas Correntes e R\$130.295.391,00 (Cento e trinta milhões, duzentos e noventa e cinco mil e trezentos e noventa e um reais) à Categoria Econômica Despesas de Capital.

Durante o decorrer do exercício, houve algumas suplementações para suprir necessidades de créditos nas Ações: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no valor de R\$757.273,00 (setecentos e cinquenta e sete mil e duzentos e setenta e três reais); Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis no valor de R\$117.427.218,00 (cento e dezessete milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e duzentos e dezoito reais); Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares no valor de R\$1.150.000,00 (um milhão e cento e cinquenta mil reais); Administração da Unidade no valor de R\$14.700.000,00 (quatorze milhões e setecentos mil reais); Pesquisas e Estudos Estatísticos no valor de R\$7.100.000,00 (sete milhões e cem mil reais); Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos no valor de R\$1.430.000,00 (um milhão e quatrocentos e trinta mil reais); Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes no valor de R\$4.231.200,00 (quatro milhões, duzentos e trinta e um mil e duzentos reais); Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade no valor de R\$185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais); Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares no valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais), totalizando R\$147.050.691,00 (cento e quarenta e sete milhões, cinquenta mil e seiscentos e noventa e um reais), sendo R\$117.427.218,00 (cento e dezessete milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e duzentos e dezoito reais), para atender as despesas relacionadas à Pessoal e Encargos Sociais, R\$29.623.473,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e vinte e três mil e quatrocentos e setenta e três reais) para atender as Outras Despesas Correntes.

Foram cancelados créditos no total de R\$34.255.727,00 (trinta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e vinte e sete reais). Na Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) foram cancelados R\$589.510,00 (quinhentos e oitenta e nove mil e quinhentos e dez reais) no grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, e R\$12.861,00 (doze mil e oitocentos e sessenta e um reais) no grupo “Outras Despesas Correntes“. Na Ação Censo Agropecuário 2015 e Contagem da População 2016, no grupo “Outras Despesas Correntes” foram cancelados R\$17.730.000,00 (dezessete milhões e setecentos e trinta mil reais) para suplementar a Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos, e Administração da Unidade; e na Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes o cancelamento foi no valor de R\$2.274.984,00 (dois milhões, duzentos e setenta e quatro mil e novecentos e oitenta e quatro reais) referente a exames periódicos não realizados. Na Ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis foi cancelado o valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e na Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis o valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).

Em 31 de dezembro de 2014, na Ação Administração da Unidade foi cancelado o valor de R\$9.648.372,00 (nove milhões, seiscentos e quarenta e oito mil e trezentos e setenta e dois reais).

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

A Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa não se aplica ao IBGE pelo fato da movimentação ser efetuada por uma única Unidade Jurisdicionada onde os créditos da UO são registrados contabilmente, na UG 114601, denominada Administração Central.

Quadro 39 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	
Movimentação Externa	Concedidos	80009	47205.28.846.0901.0005	2.907.617,00	-	283.365,00
	Concedidos	90031	47205.28.846.0901.0005	1.246.445,00	-	0,00
	Concedidos	90032	47205.28.846.0901.0005	368.206,00	-	142.585,00
	Concedidos	90033	47205.28.846.0901.0005	2.340.797,00	-	533.399,00
	Concedidos	90034	47205.28.846.0901.0005	7.566.888,00	-	1.505.006,00
	Concedidos	533014	47205.04.122.2125.2000	0,00	-	903.257,72
	Concedidos	90031	47205.28.846.0901.00G5	120.879,00	-	0,00
	Concedidos	90032	47205.28.846.0901.00G5	35.708,00	-	0,00
	Concedidos	90033	47205.28.846.0901.00G5	266.083,00	-	0,00
	Concedidos	90034	47205.28.846.0901.00G5	733.829,00	-	0,00
	Total Créditos Concedidos			15.586.452,00	-	3.367.612,72
	Recebidos	200016	64101.14.122.2102.2000	0,00	-	1.008.665,48
	Recebidos	200021	65101.14.422.2016.8843	0,00	-	468.803,01
	Recebidos	200021	65101.14.422.2016.210A	0,00	-	400.000,00
	Recebidos	110008	58101.20.125.2052.20Y2	0,00	-	1.922.781,62
	Recebidos	154003	26291.12.364.2032.0487	0,00	-	25.765,28
	Recebidos	201002	47101.04.122.2125.2000	0,00	-	8.194,79
	Recebidos	201002	47101.04.127.2038.20U4	0,00	-	3.072.440,00
	Recebidos	420030	42101.13.392.2027.20ZM	0,00	-	0,00
	Recebidos	257001	36901.10.305.2015.20YJ	0,00	-	80.000,00
	Recebidos	550005	55101.08.121.2122.4923	0,00	-	2.460.235,04
	Recebidos	550005	55101.08.306.2069.8624	0,00	-	1.469.973,15
	Recebidos	550005	55101.08.126.2019.6000	0,00	-	635.570,20
	Recebidos	550005	55101.08.121.2122.4923	0,00	-	1.610.998,86
	Recebidos	550007	55101.08.126.2019.6414	0,00	-	410.000,00
	Recebidos	550017	55101.08.121.2122.4923	0,00	-	895.303,04
	Recebidos	253002	36212.10.304.2015.8719	0,00	-	854.445,78
	Recebidos	152734	26101.12.363.2031.6380	0,00	-	4.304.423,90
	Recebidos	238012	67101.14.122.2103.2000	0,00	-	13.998,14
Total Créditos Recebidos			0,00	-	19.641.598,29	

Fonte: Siafi, 2015

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Quadro 40 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: IBGE	Código UO: 47205		UGO: 114601	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada*		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	67.617.072,40	60.827.819,99	76.736.838,17	59.883.989,72
a) Convite	3.832,44	131.279,39	3.832,44	131.279,39
b) Tomada de Preços	492.650,28	74.908,00	492.650,28	-
c) Concorrência	995.083,58	737.684,06	995.083,58	737.684,06
d) Pregão	66.125.506,10	70.863.842,56	75.245.271,87	69.901.065,85
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	48.414.477,94	43.202.172,29	49.103.383,10	43.145.971,37
h) Dispensa	31.433.339,93	26.411.189,83	31.583.520,44	26.381.330,09
i) Inexigibilidade	16.981.138,01	16.790.982,46	17.519.862,66	16.764.641,28
3. Regime de Execução Especial	5.950.967,47	5.991.706,38	6.033.524,77	5.991.437,29
j) Suprimento de Fundos	5.950.967,47	5.991.706,38	6.033.524,77	5.991.437,29
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.840.623.173,96	1.743.298.441,92	1.743.915.473,03	1.742.082.460,50
k) Pagamento em Folha	1.829.001.411,35	1.732.955.981,29	1.727.432.997,08	1.731.743.081,14
l) Diárias	11.621.762,61	10.342.460,63	16.482.475,95	10.339.379,36
5. Outros	17.195,39	12.585,50	83.530.952,18	12.585,50
6. Total (1+2+3+4+5)	1.962.622.887,16	1.853.332.726,08	1.960.889.208,57	1.851.116.444,38

Fonte: Siafi Gerencial, 2015

Nota: Os valores indicados na coluna “despesa liquidada”, referente exercício de 2013, diferem dos apresentados no Relatório de Gestão de 2013, porque, equivocadamente, no relatório anterior foram consideradas despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar não Processados.

6.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não se aplica ao IBGE pelo fato de ser uma única Unidade Jurisdicionada, onde os créditos da UO são registrados contabilmente na UG 114601, denominada administração Central.

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro 41 - Despesas por Grupo e Elementos de Despesa – Créditos Originários - Total

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: IBGE		Código UO: 47205				UGO: 114601			
Despesas Correntes									
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
1 - Despesas de Pessoal	1.729.141.418,01	1.633.154.442,72	1.729.128.699,09	1.633.154.442,72	12.718,92	-	1.727.432.997,0	1.631.949.164,31	
11-Venc. e Vantag. Fixas	711.846.940,10	715.252.247,74	711.835.561,22	715.252.247,74	11.378,88	-	711.835.561,22	715.252.247,74	
01-Aposentadorias e Reformas	628.602.721,86	556.830.490,98	628.602.721,86	556.830.490,98	-	-	628.141.407,42	556.830.490,98	
03-Pensões, exclusive do RGPS	158.265.398,80	145.610.326,44	158.265.398,80	145.610.326,44	-	-	158.265.398,80	145.610.326,44	
Demais elementos do grupo	230.426.357,25	215.461.377,56	230.425.017,21	215.461.377,56	1.340,04	-	229.190.629,64	214.256.099,15	
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	
21-Juros s/a Dívida p/Contrato	-	-	-	-	-	-	-	-	
22-Outros Encargos s/ a Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	
3 - Outras Despesas Correntes	249.088.277,85	230.245.256,69	231.911.414,00	217.569.862,19	17.176.863,8	12.675.394,5	231.873.437,42	216.558.858,90	
39-Out. Serv. De Terc. - PJ	96.435.032,65	86.386.891,77	83.986.840,30	76.767.867,08	12.448.192,3	9.619.024,69	83.972.391,81	75.838.935,74	
04-Contratação p/Tempo Determinado	27.056.851,52	17.291.782,87	27.056.851,52	17.291.782,87	-	-	27.056.851,52	17.291.782,87	
46-Auxílio-Alimentação	27.000.089,54	34.807.724,54	27.000.089,54	34.807.724,54	-	-	27.000.089,54	34.807.724,54	
Demais elementos do grupo	98.596.304,14	91.758.857,51	93.867.632,64	88.702.487,70	4.728.671,50	3.056.369,81	93.844.104,55	88.620.415,75	
Despesas de Capital									
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
4 - Investimentos	29.836.298,29	8.766.607,99	1.582.774,07	2.608.421,17	28.253.524,2	6.158.186,82	1.582.774,07	2.608.421,17	
52-Equip. e Mat. Permanente	23.228.213,94	3.965.512,37	1.277.906,48	1.940.947,89	21.950.307,4	2.024.564,48	1.277.906,48	1.940.947,89	
51-Obras e Instalações	5.569.712,72	3.515.412,04	302.568,59	567.004,70	5.267.144,13	2.948.407,34	302.568,59	567.004,70	
39 - Out. Serv. De Terc. - PJ	1.035.536,28	1.285.683,58	-	100.468,58	1.035.536,28	1.185.215,00	2.299,00	100.468,58	
Demais elementos do grupo	2.835,35	-	2.299,00	-	536,35	-	-	-	
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	
71-Principal da Dívida p/Cont.	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (1+2+3+4+5+6)	2.008.065.994,15	1.872.166.307,40	1.962.622.887,16	1.853.332.726,08	45.443.106,99	18.833.581,32	1.960.889.208,57	1.851.116.444,38	

Fonte: Siafi, 2015

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados diretamente pela UJ

Não se aplica ao IBGE pelo fato de ser uma única Unidade Jurisdicionada onde os créditos da UO são registrados contabilmente, denominada Administração Central.

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 42 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada*		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	9.152.126,69	10.979.894,02	9.152.126,69	10.960.947,58
a) Convite				
b) Tomada de Preços		74.908,00		74.908,00
c) Concorrência				
d) Pregão	9.152.126,69	10.904.986,02	9.152.126,69	10.886.039,58
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	693.285,94	899.362,91	693.285,94	898,288,08
h) Dispensa	154.455,12	167.453,20	154.455,12	166.399,08
i) Inexigibilidade	538.830,82	731.909,71	538.830,82	731.889,00
3. Regime de Execução Especial	82.557,30	464.425,59	82.557,30	464.425,59
j) Suprimento de Fundos	82.557,30	464.425,59	82.557,30	464.425,59
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	16.484.229,85	7.898.652,94	16.482.475,95	7.897.764,21
k) Pagamento em Folha		1.558.309,59		1.558.309,59
l) Diárias	16.484.229,85	6.340.343,35	16.482.475,95	6.339.454,62
5. Outros	4.987.222,60	18.207,32	4.987.222,60	18.207,32
6. Total (1+2+3+4+5)	31.399.422,38	20.260.542,78	31.397.668,48	20.239.632,78

Fonte: Siafi Gerencial, 2015

Nota: Os valores indicados na coluna “despesa liquidada”, referente exercício de 2013, diferem dos apresentados no Relatório de Gestão de 2013, porque, equivocadamente, no relatório anterior foram consideradas despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar não Processados.

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 43 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Despesas Correntes								
Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 - Despesas de Pessoal	-	1.558.309,59	-	1.558.309,59	-	-	-	1.558.309,59
01- Aposentadorias e Reformas	-	1.558.309,59	-	1.558.309,59	-	-	-	1.558.309,59
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
21-Juros s/a Dívida p/Contrato	-	-	-	-	-	-	-	-
22-Outros Encargos s/ a Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	16.565.543,90	20.195.054,23	14.915.192,53	18.627.325,19	1.650.351,37	1.567.729,04	14.913.438,63	18.606.415,19
39 - Out. Serv. De Terc. - PJ	6.962.836,01	7.523.529,61	6.019.826,75	6.996.285,17	943.009,26	527.244,44	6.019.826,75	6.994.650,90
14-Diárias - Pessoa Civil	4.862.467,24	6.336.613,74	4.862.467,24	6.335.921,25		692,49	4.860.713,34	6.335.032,52
33-Passagens e Despesas com Locomoção	2.360.951,67	2.003.214,32	2.010.122,36	1.854.583,74	350.829,31	148.630,58	2.010.122,36	1.854.563,03
Demais elementos do grupo	2.379.288,98	4.331.696,56	2.022.776,18	3.440.535,03	356.512,80	891.161,53	2.022.776,18	3.422.168,74
Despesas de Capital								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 – Investimentos	3.072.440,00	374.540,00	-	74.908,00	3.072.440,00	299.632,00	-	74.908,00
51-Obras e Instalações	-	374.540,00	-	74.908,00	-	299.632,00	-	74.908,00
52-Equip. e Mat. Permanente	3.072.440,00	-	-	-	3.072.440,00	-	-	-
39 - Out. Serv. De Terc. - PJ	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
71-Principal da Dívida p/Cont.	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (1+2+3+4+5+6)	19.637.983,90	22.127.903,82	14.915.192,53	20.260.542,78	4.722.791,37	1.867.361,04	14.913.438,63	20.239.632,78

Fonte: Siafi, 2015

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

A programação orçamentária do IBGE de 2014, comparada com a de 2013, sofreu alterações no grupo “Pessoal e Encargos” devido ao aumento salarial concedido pelo governo e pela entrada de novos servidores, oriundos do Concurso Público realizado em 2013.

Com relação ao grupo “Outras Despesas Correntes”, o aumento verificado no elemento 04 – Contratação por Tempo Determinado – espelha gastos com os auxílios alimentação, escola e transporte, decorrente do número de contratos temporários (Lei nº 8.745/93) para atender ao levantamento de informações do programa de trabalho anual, na rede de coleta do IBGE.

Finalizando, com relação ao grupo de “Investimentos”, o aumento significativo decorre da existência do gasto em infraestrutura, nas despesas em obras, equipamentos de TI, e, na ação Contagem da População, com a compra de veículos para atender aos deslocamentos necessários na rede de coleta.

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro 44 - Despesas com Publicidade

Valores em R\$ 1,00

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	2125 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ 2000 – Administração da Unidade.	534.617,41	440.116,79
Legal	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública / 20U6 – Pesquisas e Estudos Estatísticos.	232.517,04	112.314,74
Legal	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública / 20U7 – Censos Demográfico e Agropecuário.	56.258,02	56.258,02
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: Siafi, 2015

6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

No exercício de 2014 não houve registro de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 45 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	20.700.942,36	17.380.320,48	-1.016.701,87	2.303.920,01
2012	1.032.362,20	102.387,36	-583.198,58	346.776,26
2011	297.423,67	137.416,08	-13.098,89	146.908,70
2010	72.837,43			72.837,43
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	2.237.191,70	2.206.335,28	-30.655,33	201,09
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	2.459,14	2.459,14	0,00	0,00
2010	3.742,39	3.742,39	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial, 2015

6.4.1 Análise Crítica

No quadro 45, para Restos a Pagar não Processados, verifica-se no exercício de 2013 um efetivo pagamento, resultando em inscrição de apenas 10% (dez por cento) do montante inicial.

Especificamente no caso de 2010, o valor de R\$72.837,43, inscrito em Restos a Pagar não Processados, trata-se de pendência da Unidade Estadual no Rio Grande do Sul, com a concessionária OI decorrente de divergência no faturamento, mas que sinalizam uma solução para o exercício de 2015, justificando a permanência em Restos a Pagar - Transferências de Recursos.

6.5 Transferências de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 46 – Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística									
CNPJ: 33.787.094/0001-40					UG/GESTÃO: 114601				
Informações sobre Transferência									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
3	01/2012	Ministério do Meio Ambiente - MMA	3.350.000,00	-	-	-	09/11/12	21/12/13	4
3	s/ nº.	SUDENE	903.257,72	-	903.257,72	-	01/01/14	31/12/14	4

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Siafi, 2015

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 47 - Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
CNPJ:	33.787.094/0001-40					
UG/GESTÃO:	114601					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	1	1	903.257,72	912.000,00	3.350.000,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	1	1	903.257,72	912.000,00	3.350.000,00

Fonte: Siafi, 2015

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro 48 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
CNPJ: 33.787.094/0001-40			UG/GESTÃO: 114601		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	Termos de Cooperação
2014	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	2
		Montante Repassado	-	-	R\$ 4.253.257,72
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	1
		Montante Repassado	-	-	R\$ 912.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Siafi, 2015

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não se aplica ao IBGE, pois esta entidade não realizou nesse período Convênio ou Contrato de Repasse na qualidade de concedente de recursos.

O IBGE não tem como prática firmar parcerias na qualidade de Concedente. Em razão disso, diante da inexistência de convênio ou contrato de repasse para concessão de recursos pelo IBGE, o quadro “Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse” não foi reproduzido.

6.5.5 Análise Crítica

Nota-se que, nos últimos anos, foi celebrado apenas um instrumento em cada exercício, visando a atender situações pontuais. Para tanto, foram celebrados acordos mediante termo de cooperação (agora denominado termo de execução descentralizada, nos termos do Decreto nº. 8.180/2013), conforme segue:

- Ano de 2012 – Termo de Cooperação firmado com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, pelo período de 09/11/2012 a 21/12/2013, visando à contratação compartilhada de serviço de fornecimento de imagens de acervo, orbitais multiespectrais e ortorretificadas, coletadas no ano

de 2011, de todo o território nacional, totalizando 8.5141.877 km², evitando-se a sobreposição de dispêndios com obtenção de produtos iguais ou muito semelhantes para as atividades comuns do IBGE e do MMA e demais órgãos da esfera federal, cuja prestação de contas se deu no início de 2014.

- Ano de 2013 – Termo de Cooperação Simplificado firmado com a SUDENE, visando à descentralização de créditos para rateio das despesas condominiais, pela utilização compartilhada do imóvel situado na Praça Ministro João Gonçalves de Souza s/nº - Eng. Do Meio – Recife – PE.
- Ano de 2014 – Termo de Execução Descentralizada não formalizado, com vigência de 01/01/2014 a 31/12/2014, pelo qual se repassou à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE o montante total de R\$ 903.257,72, visando à descentralização de créditos para rateio das despesas condominiais, pela utilização compartilhada do imóvel situado na Praça Ministro João Gonçalves de Souza s/nº - Eng. Do Meio – Recife - PE. Referido termo, por se tratar de ressarcimento de despesas entre entes da Administração Pública Federal, dispensa formalização, nos termos do art. 12-A, §2º, do Decreto nº. 6.170/2007, com redação dada pelo Decreto nº. 8.180/2013.

6.6 Suprimento de Fundos

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

A informação relativa a Suprimento de Fundos encontra-se no Anexo 3.

6.6.2 Utilização do Suprimento de Fundos

A informação relativa a Suprimento de Fundos encontra-se no Anexo 4.

6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

A informação relativa a Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos encontra-se no Anexo 5.

6.6.4 Análise Crítica

No IBGE, a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF se dá, única e exclusivamente, por meio de processo de concessão de Suprimento de Fundos, obedecidas as normas atinentes à matéria.

O processo é automatizado, permitindo o acompanhamento de toda a tramitação, bem como a extração de relatórios gerenciais.

Outrossim, registramos que não há no IBGE despesas realizadas em caráter sigiloso. Ao contrário, todo o processo é acompanhado pelo sistema interno Banco de Dados Administrativo, com aplicação para a internet, utilizando a ferramenta PHP³², que permite a qualquer cidadão obter informações dos gastos realizados, quer com saques, quer com fatura, através da página do IBGE (www.ibge.gov.br, no link "Transparência CPGF").

Ressalta-se que a concessão de Suprimento de Fundos no IBGE, conforme Anexo 5, atende prioritariamente as atividades finalísticas, com a rede de coleta.

Ademais, é preciso considerar que as atividades do IBGE são singulares e embora haja outros órgãos com estrutura similar, não podem ser indicados como paradigmas na utilização do CPGF, uma vez que

³² Acrônimo recursivo para "PHP: *Hypertext Preprocessor*", originalmente *Personal Home Page*). É uma linguagem de estrutura de programação para web.

os agentes do IBGE é que se deslocam na busca da informação do usuário, enquanto que nos outros órgãos ocorre o oposto, ou seja, o usuário é que se dirige às instalações do ente público.

Com efeito, as despesas identificadas no CPGF, em especial na modalidade de saque, destacam-se nos itens locomoção, gasolina, limpeza e manutenção (das agências de coleta), em que, dada a sua natureza, não se consegue realizar o processo normal de contratação para suprir as necessidades do IBGE.

Nesse tocante, importa esclarecer que o IBGE possui 584 agências, muitas localizadas no interior dos estados e distantes entre si, de modo que a contratação de serviços na capital para atender as necessidades das agências no interior se mostra inviável, o que dá ensejo ao constante uso do CPGF para despesas pontuais ou urgentes.

Essa situação explica os valores constantes no Anexo 5, onde se verifica expressivo gasto nos itens acima mencionados (locomoção, gasolina, limpeza e manutenção).

No caso específico da sede (114601), o gasto de maior expressividade está relacionado à manutenção de bens imóveis/instalação, dado que as Unidades que compõem a Administração Central estão distribuídas em 06 (seis) imóveis, sendo que os 05 (cinco) próprios têm as construções há mais de 30 (trinta) anos, o que demanda gastos recorrentes com manutenção do imóvel, quer pelo desgaste natural, quer decorrentes das intempéries ocasionais.

Vale ressaltar, por fim, que o IBGE já adota uma política de redução do uso do CPGF, estimulando, sempre que viável, a formalização de contratos, inclusive para transporte urbano intermunicipal, o que pode ser constatado tendo em vista que o percentual de gastos com CPGF em 2014 é inferior ao do exercício de 2013.

6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ

O IBGE não gere sobre renúncias de receitas, ou seja, não recebe benefícios financeiros e creditícios, bem como não faz arrecadação tributária.

6.8 Gestão de Precatórios

Este item não se aplica ao IBGE.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 49 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores com Cargos Efetivos (1.1+1.2)	-	6171	670	651
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	0	0	0
1.2 Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	6171	670	651
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	6150	669	649
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	16	1	0
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	-	4	0	1
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	1	0	1
2.Servidores com Contratos Temporários	7825	5.280	2.169	1.482
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	9	1	2
4. Total de Servidores(1+2+3)	7825	11.460	2.840	2.135

Fonte: Fita espelho referente a dezembro / 2014 e demais atualizações do SIAPE.

Notas:

O número de ingressos para servidores em cargos efetivos refere-se à aprovação para nomeação dos concursos regidos pelos editais 02/2013, 03/2013, 04/2013 e 05/2013.

O número de ingressos para servidores com contratos temporários refere-se às contratações feitas com base no edital 06/2013.

O número de lotação aprovado para servidores com contratos temporários é igual ao número de vagas previstas e autorizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, presentes no edital 06/2013.

O número de egressos de servidores com contratos temporários refere-se às saídas por término de contrato no interesse da administração, por fim do tempo previsto em contrato ou a pedido. Já o número de ingressos equivale à reposição desta força de trabalho.

Quadro 50 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1.Servidores de Carreira	911	5.260
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	911	5.260
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	895	5.255
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	15	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	4
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2.Servidores com Contratos Temporários	0	5.280
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	913	10.547

Fonte: Fita espelho referente a dezembro / 2014 e demais atualizações do SIAPE.

Quadro 51 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.Cargos em Comissão	423	413	73	76
1.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	423	413	73	76
1.2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	423	392	69	56
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	12	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	0	2	2
1.2.4. Sem vínculo	-	9	1	3
1.2.5. Aposentados	-	0	1	15
2.Funções Gratificadas	1481	1145	581	736
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	1.145	581	736
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	0	0	0
3. Total de Servidores em cargo e em Função (1+2)	1904	1558	654	812

Fonte: Sistema de Dados Administrativos – SDA – acesso em dez/2014 e fita espelho do SIAPE referente a dez/2014.

Análise Crítica

A reposição do quadro de servidores hoje é o maior problema de recursos humanos. Das 584 agências do IBGE, 381 (65%) encontram-se em situação extremamente preocupante. Faltam servidores para a realização das atividades de coleta de dados e a supervisão dos contratados por tempo determinado.

O longo período sem contratação de pessoal, ou de baixa reposição, entre 1985 e 2002, fez com que por 17 anos praticamente não houvesse entrada de novos servidores. Vale notar também que, como as

maiores entradas ocorreram no início dos anos 80, estes servidores estarão atingindo o seu tempo de serviço necessário a requerer a aposentadoria nos próximos 3 ou 4 anos, o que significa ter 50% de aposentáveis ao final desse prazo. Os últimos anos mostram que a tendência é aumentar a saída de servidores por motivo de aposentadoria. Some-se às saídas por motivo de aposentadoria, os 212 servidores que solicitaram exoneração no período de 2011-2014.

Importante registrar que, do prisma quantitativo, o quadro de pessoal permanente do IBGE é atualmente de 6.171 servidores ativos, com 2.448 desses servidores recebendo o abono permanência por terem cumprido os requisitos necessários para a aposentadoria. A expectativa é que nos próximos 2 anos o percentual de servidores do quadro permanente que poderá se aposentar atinja cerca de 50%.

A distribuição de servidores entre as áreas meio e fim é proporcionalmente adequada. Ocorre que com o reduzido número de servidores, faltam profissionais para a execução das atividades do órgão tanto na área técnica quanto nas áreas administrativas.

Temos atualmente aproximadamente 100 servidores cedidos. Trata-se de um número alto, mas que não seria capaz de resolver a carência de pessoal do órgão. Por isso, este não é considerado o principal motivo. Atualmente, a necessidade imediata é de reposição do quadro de servidores ativos.

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

As ações realizadas pela Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/CTA, órgão responsável por prover eventos de capacitação no IBGE, atendem às diversas áreas do Instituto em referência à formação, capacitação e treinamento de recursos humanos, com base nas demandas institucionais.

Essas ações são desenvolvidas internamente, no próprio IBGE, e também realizadas em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP ou demais instituições que contribuam para a capacitação e desenvolvimento de servidores públicos. Neste contexto, em 2014 foram realizados 24 cursos na modalidade Presencial em 30 eventos de capacitação, com 379 servidores capacitados em áreas de conhecimento da Administração, Estatística, Geociências e Informática (conforme quadro 52), destacando-se o curso de Geoestatística com noções de estatística espacial, em que novas tecnologias, metodologias e informações foram apresentadas e incorporadas aos saberes da área de Geociências. Destaque-se também o curso Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais cujo objetivo é apresentar ao servidor os princípios que regem as Estatísticas Oficiais e a aplicação desses princípios tão necessários à credibilidade das atividades pertinentes à missão institucional do IBGE.

Também em 2014, por meio de Acordo de Cooperação Técnica entre a ENCE e a ENAP, foram capacitados servidores em ações de desenvolvimento gerencial. Essa cooperação além de promover intercâmbio de conhecimentos e experiências entre entidades públicas, que se dedicam à capacitação de servidores públicos, ainda minimiza custos para as instituições envolvidas.

Quadro 52 – Cursos Presenciais e Concluintes em 2014

Cursos	Concluintes
A Contabilidade Pública e as Normas e Regulamentações recentes, introduzidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público – MPCASP	3
ArcGIS 1: Introdução ao GIS (10.2)	12
ArcGIS 2: Fluxos de Trabalhos Essenciais (10.2)	12
ArcGIS 3: Realizando Análises (10.2)	12
ArcGIS 4: Compartilhando Conteúdo na Web (10.2)	11
Cartografia com <i>Esri Production Mapping</i> (10.1)	12
CDHP - Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa	25
Construindo Aplicações Web utilizando ArcGIS API para JavaScript (10.2)	11
Curso Completo e Integrado de Execução Orçamentária e Financeira considerando o MCASP	6
Edição de Dados com o <i>Esri Production Mapping</i> (10.1)	12
Elaboração de Planos de Capacitação	14
Estatística básica	14
Geoestatística com noções de estatística espacial	14
Geomedia pro avançado	8
Geomedia pro básico	16
Gestão Integral de Convênios e Prestação de Contas	2
INDE: implementação e configuração de geoserviços	15
Introdução ao Oracle	17
Introdução às Contas Nacionais - Kangaré I	17
Mineração de Dados I	10
Oracle Analítico: Oracle SQL em Oracle <i>Analytical Functions</i>	15
Princípios fundamentais de estatísticas oficiais (03 turmas)	87
Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas (05 turmas)	19
SIAPE Folha	15
Total	379

Fonte: Relatório de conclusão de cursos – ENCE

Adicionalmente, destaca-se a realização de uma Edição do Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa – CDHP que fornece aos participantes uma visão abrangente de todo o processo de planejamento e execução de uma pesquisa domiciliar por amostragem, sendo um curso em horário integral com duração de 240 horas. O CDHP oferece vagas também a servidores públicos externos ao IBGE e a participantes de Institutos Nacionais de Estatística de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP. Neste ano, além dos 18 servidores da sede, participaram servidores de cinco Unidades Estaduais (DF, MT, PE, PR e SE), e dois funcionários do NIC.br, totalizando assim 25 participantes.

Em 2014, servidores participaram da XI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, um evento da Escola de Administração Fazendária – ESAF, com um total de 19 concluintes. Este evento de capacitação tem por objetivo atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos aos instrumentos de planejamento, orçamento, administração financeira e compras no âmbito da Administração Pública Federal. Devido a restrições orçamentárias, em especial no que se refere ao

uso de passagens e diárias, não foi possível a participação de servidores de todas as Unidades Estaduais do IBGE, ficando a capacitação restrita a servidores da sede (RJ) e de outras 5 Unidades Estaduais nas quais ocorreram os cursos.

Destaca-se também a participação de 11 servidores em 03 eventos de capacitação (A Contabilidade Pública e as Normas e Regulamentações recentes, introduzidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público – MPCASP, Curso Completo e Integrado de Execução Orçamentária e Financeira considerando o MCASP e Gestão Integral de Convênios e Prestação de Contas), promovidos pela Escola de Administração e Negócios – ESAD, cuja missão é capacitar e aperfeiçoar profissionais, funcionários e servidores de forma prática, atualizada e ética, contribuindo para um melhor desempenho das organizações.

Com relação aos cursos oferecidos na modalidade a distância (EaD), vale mencionar que os mesmos destinaram-se principalmente aos treinamentos de pesquisas desenvolvidas pelo IBGE. O desenvolvimento de treinamentos utilizando a modalidade a distância possibilita aos servidores o recebimento homogêneo de instruções para a coleta de dados, bem como uma diminuição dos custos relativos às ações de treinamento, alcançando toda a rede de coleta do IBGE. Por intermédio da Escola Virtual IBGE, foram capacitados 3891 servidores nos eventos de capacitação descritos no quadro 53.

Quadro 53 - Cursos oferecidos na modalidade EaD (a distância)

Cursos	Participantes
Atualização do Setor	423
Base Territorial	889
Conceitos fundamentais da PNAD	587
Conceitos fundamentais da PNAD Contínua	531
Treinamento das Pesquisas Econômicas	1461
Total	3891

Fonte: Escola Virtual do IBGE – dados de dez/14.

Quanto à qualificação e formação de servidores, o IBGE possui procedimentos para permitir o afastamento remunerado para realização de Programas de Pós-Graduação em nível de mestrado e doutorado. Tal ação tem como característica a solicitação de afastamento por iniciativa do servidor, avaliada por um comitê que analisa e emite parecer com base em um conjunto de requisitos, dentre os quais: a pertinência temática da proposta de pesquisa aos trabalhos e projetos desenvolvidos no IBGE à luz dos temas definidos como prioritários pela Direção do IBGE e conceito CAPES do Programa de Pós-Graduação indicado pelo servidor.

Em 2014 foram deferidos 12 novos afastamentos, e 24 prorrogações de afastamento, totalizando assim 36 servidores afastados para realização de Programas de Pós-Graduação stricto sensu, representando, em breve, para a instituição 36 novas pesquisas de mestrado e doutorado alinhadas aos projetos institucionais e aos objetivos estratégicos da instituição. Com todas estas iniciativas/ações, visou-se fortalecer o papel da Instituição como formador de recursos humanos qualificados na sua área de atuação em conformidade ao objetivo estratégico 09.01 do Planejamento Estratégico 2012-2015 do IBGE.

A restrição orçamentária impactou de forma significativa o planejamento e a execução de ações de treinamento e capacitação, integrantes do plano anual de capacitação. Soma-se a isso um calendário anual atípico em função de eventos externos de alcance nacional.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 54 – Custo de Pessoal

Valores em R\$1,00

Tipologias/Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas Variáveis				
Membros de Poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	355.604.814,21	12.231.554,30	300.764.538,43	19.902.545,34	42.348.811,84	608.730,35	8.417.445,21	373.553,86	1.003.282,77	741.255.276,31
	2013	359.554.364,74	12.738.674,69	292.921.044,75	22.316.030,25	45.026.623,72	568.111,58	3.376.508,85	1.656.055,14	1.083.748,30	739.241.162,02
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	61.369.378,04	R\$ 326.531,79	7.407.344,06	1.341.678,38	29.860.064,35	1.002.109,01	1.700,04	8.725,48	28.404,07	101.345.935,22
	2013	51.471.839,67	R\$ 282.367,46	6.593.401,42	430.378,41	31.900.618,99	836.508,01	3.630,49	11.480,33	25.284,12	91.555.508,90
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	565.280,49	-	24.453,22	20.549,28	53.653,19	89,00	594,70	-	-	664.619,88
	2013	555.210,10	-	23.247,98	14.174,58	61.235,01	1.068,00	1.503,68	2.825,99	-	659.265,34
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	5.955.078,22	-	4.686.774,51	346.389,51	465.902,17	5.856,00	-	8.725,48	28.404,07	11.497.129,96
	2013	5.500.355,96	-	4.191.068,88	316.121,15	490.448,87	8.053,77	791,55	8.340,51	25.284,12	10.540.464,81
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	54.849.019,33	-	2.682.607,69	970.348,28	29.334.894,62	996.164,01	-	-	-	88.833.033,93
	2013	45.416.273,61	-	2.366.821,00	90.875,97	31.343.214,35	827.386,24	-	313,83	-	80.044.885,00

Fonte: SDA via Oracle BI/ 2014

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Para mitigar a ocorrência de acumulações ilegais, o Instituto exige o preenchimento, por parte dos nomeados, da ‘Declaração de Acumulação de Cargo, Emprego, Função Pública ou Proventos’. No caso de detecção de hipótese de Acumulação, age conforme dispõe a Lei 8.112, art. 133, abaixo exposto:

Art. 133. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: [\(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97\)](#)

Considerando que o IBGE não tem acesso aos sistemas de outras esferas de governo, do Poder Judiciário e nem do Legislativo, assim como não ser de competência da Fundação iniciar investigações quanto a acumulação indevida de Cargos, torna-se impossível detectar possível acumulação de cargos públicos, salvo quando em razão de demanda oficial externa por parte do TCU ou da CGU, ou ainda, em razão de denúncia.

Quando isto ocorre, imediatamente são adotadas as medidas pertinentes à regularização da situação de acumulação ilegal. Desta forma, tem-se apenas quatro pendências de regularização que ainda não foram sanadas, em razão da dificuldade em se localizar os servidores, uma vez que todos são aposentados e, não raras as vezes, seus endereços não estão atualizados no IBGE.

No ano de 2014 foram expedidas cinco notificações, cujos processos encontram-se em tramitação. Apesar disso, tão logo notificados, os servidores em situação de acumulação irregular se apresentam junto à gerência de Processo Administrativo Disciplinar e justificam a acumulação ou apresentam a opção por um dos cargos.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

Não há situação de cargos e atividade inerentes a categorias funcionais do plano de cargos do IBGE sendo ocupados ou realizados por serviços terceirizados.

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Conforme abordado nos comentários do item 7.1, o maior risco na gestão de pessoas do IBGE atualmente diz respeito à falta de reposição dos quadros. Temos um grande número de aposentadorias acontecendo (foram quase 600 em 2014) e as vagas autorizadas para contratação de servidores efetivos não têm sido capazes de dar conta desta reposição. Atualmente, há unidades sem servidores, outras com apenas um ou dois servidores que já recebem abono permanência – podendo se aposentar a qualquer tempo.

A respeito dos salários e do plano de carreira, o IBGE constituiu um grupo de trabalho paritário, fruto do acordo de encerramento da greve de 2014, para estruturar uma nova proposta de carreira. Este grupo concluiu seus trabalhos em dezembro de 2014. Esta proposta será encaminhada ao governo com vistas a adequar o plano de cargos e salários do IBGE às suas necessidades.

7.1.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

O IBGE não possui indicadores gerenciais específicos para a área de recursos humanos. Atualmente, encontram-se em desenvolvimento diversos sistemas que visam automatizar os processos de trabalho, dando celeridade às atividades operacionais de recursos humanos.

Também encontra-se em desenvolvimento a partir de 2014, uma série de modelos de indicadores que possam mensurar os trabalhos relacionados à gestão de pessoas. Este trabalho encontra-se em andamento, com previsão de conclusão para o ano de 2015.

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

As informações referentes à Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância encontra-se no Anexo 6.

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pela Plano de Cargos do Órgão

As informações referentes à Locação de Mão de Obra para Atividades Não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão encontra-se no Anexo 7.

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

A terceirização das atividades de apoio contribui de forma significativa para o cumprimento da missão das organizações, na medida em que possibilita a estas direcionar seus esforços para o desenvolvimento de suas atividades fins.

Entretanto, por exigência de instrumentos normativos, a fiscalização dos contratos é encarregada de realizar análises complexas e conferências de documentações com a finalidade de analisar detalhadamente o cumprimento pelas empresas contratadas de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Muitos desses documentos exigem, inclusive, conhecimentos específicos para sua avaliação, que na maioria das vezes não são dominados pelos fiscais dos contratos. Além desse fato, essas atividades sobrecarregam os servidores designados para atuarem como fiscais, restando muitas vezes prejudicada a fiscalização da execução dos serviços.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro 55 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágios Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	274	293	279	280	544.030,16
1.1. Área Fim	201	225	222	220	420.731,69
1.2. Área Meio	73	68	57	60	123.298,47
2. Nível Médio	138	145	139	138	180.229,96
2.1. Área Fim	56	66	61	66	80.466,03
2.2. Área Meio	82	79	78	72	99.763,93
3. Total (1+2)	412	438	418	418	724.260,12

Fonte: SDA via Oracle BI/ 2014

Análise Crítica:

Atualmente o IBGE possui uma área dedicada à seleção e ao apoio ao estagiário. Todos possuem supervisão prevista em Lei e diversos participam de treinamentos e ações supervisionadas para seu desenvolvimento. A contratação é planejada pelas áreas com um ano de antecedência e consolidada pela área de Recursos Humanos, responsável pela contratação. Os estagiários são avaliados semestralmente e, caso não atendam aos indicadores da área, são submetidos à capacitação ou dispensados.

7.3 Revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

O IBGE iniciou as medidas para identificação de contratos vigentes firmados com as empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012.

Na oportunidade da revisão, por meio do reequilíbrio econômico-financeiro de um dos contratos, foi publicado a suspensão dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2859/2013 - TCU - Plenário - Desoneração da folha de pagamento.

Por meio de consulta formulada à SLTI, recebemos orientação para proceder a repactuação, sem considerar a revisão objeto do Acórdão, até a decisão final.

Assim, o IBGE não obteve até o momento, administrativamente, ressarcimento de valores pagos a maior em relação aos contratos vigentes.

7.4 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”

No exercício de 2014, o IBGE não celebrou cooperação técnica com organismos internacionais, portanto, não houve contratação dessa natureza.

7.5 Informações sobre a Entidade Fechada de Previdência Complementar

- a) Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas
 - i. Nome: Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade
 - ii. Razão Social: SIAS
 - iii. CNPJ: 33.937.541-0001.08
 - iv. Demonstrativo Anual
 - 1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes; e
 - 2. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes.

Quadro 56 – Salário de Contribuição e Contribuição IBGE – Plano RJU 2014

Mês	Salário de contribuição Item 1	Contribuição Item 2
Janeiro	77.414.549,08	871.628,27
Fevereiro	76.041.663,54	873.823,61
Março	75.555.588,97	962.742,50
Abril	75.103.061,21	878.077,11
Maiο	75.223.643,26	931.745,55
Junho	74.291.486,21	881.377,40
Julho	74.087.388,79	881.377,40
Agosto	73.457.634,80	866.273,40
Setembro	77.383.165,50	870.104,04
Outubro	72.391.067,77	862.729,77
Novembro	72.923.407,41	842.450,13
Dezembro	82.679.680,94	892.034,45
Total	906.552.337,50	929.203,42

Fonte: SIAS, 2014

3. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora.

Não houve participação da Patrocinadora Instituidora IBGE nos Planos Previdenciários da SIAS. Todavia, em decorrência da discussão entre esta patrocinadora e a entidade quanto ao pagamento das contribuições adicionais de responsabilidade do IBGE perante o Plano CLT, a SIAS ajuizou em 03/04/2013 execução de título extrajudicial que tramita perante o Juízo da 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro sob o nº 0008949-87.2013.4.02.5101. Em 27/05/2013, o IBGE apresentou Embargos à referida execução, sendo publicada em 13/01/2014 sentença de improcedência dos aludidos Embargos. Em 21/5/2014, a SIAS ofereceu contrarrazões ao recurso de apelação do IBGE e em 22/9/2014 foi protocolada petição requerendo o prosseguimento da execução. Abaixo, destaca-se o saldo da dívida original e atualizada pela variação mensal do INPC e 1% ao mês de juro moratório, na forma prevista pelo regulamento:

Quadro 57 - Dívida da Patrocinadora-Instituidora IBGE

Plano CLT	Exercício 2014	Exercício 2013
Saldo Corrigido	425.079	246.120
Saldo Original	333.798	211.630

4. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora.

Não houve recursos repassados pela Patrocinadora (IBGE).

5. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições.

Não houve recursos repassados pela Patrocinadora (IBGE).

6. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal.

Os recursos da SIAS estão totalmente aplicados de acordo com os limites e regras estabelecidas na Resolução CMN 3.792/2009 e legislação correlata, bem como nas Políticas de Investimento aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Quadro 58 - Posição da alocação dos investimentos em 2014

Segmentos	CLT	RJU	PREVSIAS	PGA	CONSOLIDADO
Renda Fixa	42.393.251,00	47.171.631,82	251.584,27	8.092.023,63	97.908.490,72
Renda Variável	2.537.113,23	2.823.085,48	15.056,59	484.284,16	5.859.539,46
Investimentos Estruturados	2.706.779,39	3.011.875,66	16.063,48	516.670,04	6.251.388,57
Investimentos Imobiliários	24.100,41	26.816,91	143,02	4.600,29	55.660,63
Empréstimos e Financiamentos	-	327.051,47	0,00	-	327.051,47
Outros	1.467.695,96	1.633.128,19	8.710,09	280.153,81	3.389.688,05
total Investimentos	49.128.939,99	54.993.589,53	291.557,45	9.377.731,93	113.791.818,90
(+) Disponível (-) Exigíveis de Investimento	1.820,17	2.025,33	10,82	347,39	4.203,71
Total dos Recursos Garantidores	49.130.760,16	54.995.614,86	291.568,27	9.378.079,32	113.796.022,61

Fonte: SIAS, 2014

7. Avaliação da Política de Investimentos da Entidade Fechada de Previdência Complementar, evidenciando o retorno das aplicações, conforme disposto na Resolução CMN nº. 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional.

Quadro 59 - Rentabilidade dos Segmentos – 2014

Descrição	Acumulação (%)	Referência (%)	Descrição
Renda Fixa	13,05	25,32	CP ¹ + CDI
Renda Variável	0,14	-2,91	IBOVESPA
Investimentos Estruturados	8,21	7,13	IFM ²
Imóveis	-42,34	12,34	INPC + 5,75%aa.
Empréstimos	37,01	12,34	INPC + 5,75%aa.
Global	11,51	12,34	INPC + 5,75%aa.

Fonte: SIAS, 2014

Obs.: Como as Políticas de Investimento 2014-2018 dos Planos e do PGA apresentam *benchmarks* e metas atuariais/rentabilidade diferentes, a descrição acima representa os indicadores de maior valor, presentes nas Políticas de Investimentos.

Notas:

¹ CP corresponde à Carteira Própria de Renda Fixa definida no estudo de ALM.

² IFM corresponde ao Índice de Fundos de Investimentos Multimercados elaborado pela Consultoria *RiskOffice*.

Quadro 60 – Políticas de Investimentos 2014-2018

Alocação de Recursos	CLT			RJU			PGA			Legislação	
	Objetivo	SIAS		Objetivo	SIAS		Objetivo	SIAS		Mín	Máx
		Mín	Máx		Mín	Máx		Mín	Máx		
Renda Fixa	81,01	79,50	100,00	80,58	79,50	100,00	81,01	79,50	100,00	0,00	100,00
Renda Variável	16,20	0,00	20,00	16,75	0,00	20,00	16,20	0,00	20,00	0,00	70,00
Investimentos	2,71	0,00	15,00	1,70	0,00	15,00	2,71	0,00	15,00	0,00	20,00
Investimentos no	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00
Imóveis	0,08	0,00	8,00	0,10	0,00	8,00	0,08	0,00	8,00	0,00	8,00
Empréstimos	0,00	0,00	15,00	0,87	0,00	15,00	0,00	0,00	15,00	0,00	15,00

Fonte: SIAS, 2014

v. Conclusões contidas no parecer da auditoria independente

As conclusões contidas no parecer da auditoria independente constam no Anexo 8.

vi. Demonstração do resultado atuarial no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, acompanhada de justificativas e análises de eventuais resultados deficitários;

Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade - SIAS			
Demonstração das Obrigações Atuariais - Plano RJU			
Em 31 de Dezembro de 2014, 2013 e 2012 (Em R\$ mil)			
Descrição	2014	2013	2012
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	29.087	29.214	42.779
1. Provisões Matemáticas	38.930	32.585	25.109
1.1. Benefícios Concedidos	38.435	31.869	24.471
Benefício Definido	38.435	31.869	24.471
1.2. Benefício a Conceder	495	716	638
Benefício Definido	495	716	638
2. Equilíbrio Técnico	- 9.843	- 3.371	17.670
2.1. Resultados Realizados	- 9.843	- 3.371	17.670
Superávit Técnico Acumulado	- 9.843	- 3.371	17.670
Reserva de Contingência			6.277
Reserva para Revisão de Plano	-	-	11.393
(-) Déficit Técnico Acumulado	- 9.843	- 3.371	-
3. Fundo Previdencial (*)	26.657	23.470	7.768

vii. Conclusões do último estudo atuarial.

As conclusões do último estudo atuarial constam no Anexo 9.

- b) Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A SIAS, por intermédio do Ofício n. 182/ERRJ/PREVIC, de 28/8/2014, foi comunicada sobre o início da ação fiscal da Previc, a partir de 8/9/2014, em relação ao Plano Previdenciário Suplementar à Previdência Social – PPSPS (CNPB n. 1979.0011-38), conhecido como Plano CLT.

A referida ação fiscal teve como objeto a análise, no período de 2008 a 2014, no que tange ao Plano CLT, dos princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adotados pela entidade, tendo por parâmetro as balizas da Supervisão Baseada em Riscos – SBR, os Guias Previc de Melhores Práticas e a Resolução CGPC n. 13/2004.

Em 28/11/2014, foi exarado o Relatório de Fiscalização Nº 30/2014/ERRJ/PREVIC, datado de 28/11/2014, o qual foi recebido na SIAS em 4/12/2014. Nele, a Previc estipulou 6 determinações e 7 recomendações para a entidade. Tal Relatório foi levado a conhecimento e, em 7/1/2015, respondido por Conselho Deliberativo (CT CDE 1/2015), Conselho Fiscal (CT CF 2/2015) e Diretoria Executiva (CT DE 1/2015) da SIAS à Previc.

Por outro lado, oportuno ressaltar que a Fundação IBGE fiscaliza a SIAS por meio de: i) atuação dos servidores indicados para comporem os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade; ii) auditoria externa independente, cuja contratação é autorizada pelo Conselho Deliberativo da entidade; iii) assessoria atuarial, cuja contratação também é autorizada pelo Conselho Deliberativo da entidade; iv) requisição de informações para constar do Relatório Anual do patrocinador.

8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A Legislação que regula a forma de utilização da frota de veículo é a Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Como normativos internos relacionados à referida Instrução Normativa, são citadas aqui as seguintes Ordens de Serviços:

- Ordem de Serviço nº 4, de 25 de abril de 2012 – Estabelece procedimentos para registro de ocorrência de condutores autorizados a conduzir veículos oficiais ou a serviços do IBGE;
- Ordem de Serviços nº 6, de 23 de novembro de 2012 – Estabelece procedimentos para controle de utilização de veículos oficiais em todas as Unidades Administrativas do IBGE;
- Ordem de Serviços nº 7, de 23 de novembro de 2012 – Estabelece critérios e procedimentos para solicitação automatizada de veículos oficiais, próprios ou alugados, por todos os usuários lotados na Administração Central e nas Unidades Estaduais do IBGE;
- Ordem de Serviços nº 1, de 9 de dezembro de 2013 – Estabelece procedimentos operacionais para apurar responsabilidade por multa de infração de trânsito e respectivo ressarcimento ao erário;
- Ordem de Serviços nº 2, de 9 de dezembro de 2013 – Estabelece procedimentos operacionais para apurar responsabilidade por acidente de trânsito visando a reparação do veículo e ressarcimento de danos.

Por conta da necessidade de sua presença em todo território nacional, com suas 584 Agências de Coleta cobrindo todos os municípios brasileiros, faz-se necessário possuir uma frota de veículos próprios para a coleta de dados imprescindíveis ao diagnóstico e monitoramento da dinâmica econômica, demográfica e social que subsidiam as políticas do governo federal, e também o acesso de informações à toda sociedade brasileira.

Até o ano de 2000, a frota do IBGE era composta de 1.387 veículos. Entre o período de 2000 a 2012, várias alienações foram realizadas, totalizando a baixa de 968 veículos, considerados antieconômicos. No período de 2006 a 2010 foram adquiridos 1075 veículos passando a frota a ser composta por 1.494 veículos (10 veículos de representação e 1.484 veículos de transporte institucional). No período de 2010 a 2013 foram alienados 63 veículos ficando a frota composta de 1.431, sendo: 10 veículos de representação e 1.421 veículos de transporte institucional. No exercício de 2014 foram alienados 104 veículos passando a frota a ser composta de 1.327 (9 veículos de representação e 1.318 veículos de transporte institucional). Ainda no final do exercício de 2014, adquirimos 124 veículos tracionados, do tipo caminhonete com caçamba para atender as atividades de campo, cujo recebimento se dará até meados de abril de 2015. Como plano de substituição, consideramos a idade média dos veículos associada ao custo de manutenção, substituição de peças e, também a disponibilidade orçamentária.

Quadro 61 - Média Anual de Quilômetros Rodados e Custos Totais de Veículos Próprios, anos 2012, 2013 e 2014

Veículos Próprios	Quantidade de veículos	Média anual de Km rodados (km/veículo)			Idade média anual (anos/veículo)	Custos totais associados à manutenção da frota (mão de obra + peças + pneus + combustível + estadia, etc) (R\$)		
		2012	2013	2014		2012	2013	2014
Grupo	2014				2014			
Representação	9	6.422	6.516	6.449	7,67	34.220,09	31.087,85	38.916,17
Institucional	1.318	25.973	25.403	32.977	7,0	7.605.497,35	8.997.572,17	8.107.174,56

Observa-se também, no quadro 56, um significativo aumento na média anual de quilômetros rodados nos exercícios de 2014. O motivo desse aumento é decorrente da implantação da PNAD Contínua, que abrange toda a amostra-mestra nas 27 Unidades da Federação, acarretando diretamente o aumento dos gastos de manutenção.

Não obstante à frota de veículos próprios (1.327 veículos) ainda não ser a ideal para as atividades inerentes ao órgão, optou-se pela aquisição, face o alto custo dos gastos com locação, cuja média mensal de preços praticados no mercado é da ordem de R\$ 1.300,00 por veículo.

Não há estudos realizados pelo IBGE para avaliar a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte, tendo em vista que as pesquisas são realizadas em âmbito nacional (zonas urbanas e rurais) em todo o território nacional, sendo que as locações são realizadas sazonalmente para suprir demandas de coletas de dados pelo órgão pontualmente.

Registra-se que o IBGE vem realizando estudos para implantação de sistema de rastreamento por Sistema de Posicionamento Global - GPS por meio de satélite que transmite em tempo real as informações de cada veículo, minuto a minuto. O propósito é manter o monitoramento logístico dos veículos, com as seguintes informações: Logradouro (rua av. Rodovia e etc), identificação do motorista com *login* e *logof*, relatórios com velocidade, KM, combustível, paradas, trajeto percorrido, visualização em mapa digital e híbrido, localização em tempo real, latitude e longitude, *status* da ignição, velocidade do veículo, busca por velocidade (controle de excesso) e bloqueio à distância. Esse sistema facilitará as atividades desenvolvidas pelo IBGE e desonerará os servidores da necessidade dos registros dos dados no Sistema Informatizado de Controle de Utilização de Veículos hoje existente. Há de se considerar ainda, que a adoção do sistema implicará em um gasto anual aproximado de R\$1.273.920,00. Entretanto, este valor será compensado com a redução de aproximadamente 20% das despesas, conforme constatado por outros órgão que adotaram o sistema, o que representaria no caso do IBGE uma economia de cerca de R\$ 1.629.218,15 com a frota própria, podendo se estender para a frota alugada, evidenciando, desta forma, uma economia de R\$ 355.298,15.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

As informações referentes à distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União encontram-se no Anexo 10.

8.2.2 Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Todos os imóveis sob a responsabilidade do IBGE são de uso funcional.

8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

O quadro referente às informações sobre imóveis funcionais da união sob a responsabilidade da UJ encontra-se no Anexo 11.

8.2.4 Análise Crítica

Como responsável pela produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas em âmbito nacional, o IBGE necessita possuir imóveis para instalação tanto das Unidades Estaduais, quanto das Agências de Coleta de dados imprescindíveis ao diagnóstico e monitoramento da dinâmica econômica, demográfica, social, política e espacial visando o cumprimento de sua missão institucional.

O IBGE possui 66 (sessenta e seis) imóveis próprios, sendo que desse total 05 (cinco) estão desocupados por problemas estruturais dos prédios que se encontram sem condições de uso, e dois terrenos, que requerem disponibilidade orçamentária e financeira para construção. Como política para obtenção de imóveis, por meio de normativos internos é orientado a todas as Unidades que antes de optarem pela locação deve-se consultar a Gerência Regional de Patrimônio da União, bem como o Governo Estadual e Prefeituras locais, além de outros órgãos públicos, quando for o caso, acerca da disponibilidade de imóveis para a cessão. Desse resultado conseguiu-se um total de 214 imóveis cedidos. Possuíamos ainda 21 imóveis cedidos por convênios junto às prefeituras para instalação de Agências de Coleta. No entanto, após as eleições, essas cessões foram descontinuadas e, por consequência, substituídas por locações perfazendo um total de 337 imóveis, conforme totalizado no Anexo 12.

Destaca-se que as áreas administrativas estão concentradas na Administração Central e nas Unidades Estaduais, as quais são responsáveis por todas as aquisições de bens e serviços, acompanhamento dos contratos, patrimônio, bens imóveis, expedição geral de documentação e controle da frota de veículos oficiais. No entanto, o quantitativo de servidores da área administrativa é insuficiente para todas as demandas, causando inclusive a preocupação dos gestores na segregação de funções. Além disso, em virtude das sérias restrições orçamentárias imposta pelo governo federal não há como capacitar os servidores da área administrativa nas legislações pertinentes.

8.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

As informações referentes à distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros encontra-se no Anexo 12.

9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

No ano de 2014, ocorreu o desenvolvimento e manutenção de diversos sistemas computacionais em apoio às atividades de coleta e apuração, na implementação de pesquisas estatísticas, nas atividades de geociências e nos sistemas de gestão administrativa.

Dentre os sistemas desenvolvidos na instituição para as áreas finalísticas, destacam-se: Pnad Contínua; Pnad Anual; Sistema Nacional de Índice de Preço ao Consumidor - SNIPC; Pesquisa Mensal de Emprego; Pesquisas Econômicas; Pesquisa de Orçamento Familiar; Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI; Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE; Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR; Sistema de Mapas - SISMAP; e Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos. - CNEFE.

Nos últimos anos, os trabalhos para execução das metas institucionais vêm aumentando consideravelmente, o que implica uma demanda maior por sistemas informatizados, bem como pela melhoria dos processos de desenvolvimento desses sistemas, visando maior agilidade, menor taxa de retrabalho e melhor adequação dos mesmos às necessidades da instituição.

A necessidade de contratação dos serviços busca o atendimento às áreas setoriais quanto à informática e suas ferramentas, apoio técnico às atividades de desenvolvimento e implementação e/ou manutenção de sistemas informatizados.

Em novembro de 2014, ocorreu a licitação dos serviços de tecnologia da informação e apoio técnico de atividades de informática, dentro da linha do planejamento estratégico do IBGE, Objetivo Estratégico: “10.08- Implantar um novo ambiente para processamento de pesquisas estatísticas com a utilização dos avanços tecnológicos que minimizem a complexidade dos procedimentos de TIC nas pesquisas, propiciem velocidade, qualidade e segurança na coleta e no processamento das informações, privilegiando o uso de soluções parametrizadas”. Seguem os serviços em destaques:

- Prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação, na plataforma *microsoft*, com a modalidade fábrica de *software*;
- Serviços técnicos de desenvolvimento de sistemas informatizados, na modalidade ciclo completo, em uma abordagem orientada a objetos, em ambiente java.

Adicionalmente encontra-se disponível no sítio do IBGE, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE - PDTI 2014 – 2015, que apresenta as necessidades de *software* para futura aquisição da instituição. O PDTI é fruto do Comitê de Tecnologia de Informação e Comunicação – CTIC, com representação de todos os órgãos setoriais e da Presidência do IBGE, formalmente indicados por seus titulares e nomeados pela Presidência do IBGE.

No quadro 57 encontram-se relacionados os principais contratos firmados na área de tecnologia da informação em 2014.

Quadro 62 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
058/09	Serviços de comunicação de dados - rede MPLS.	01/09/2014 a 01/09/2015	33.530.486/0001-29	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A	9.451.746,53	8.893.303,72
137/10	Prestação de serviços especializados em tecnologia da informação (TI), na área de manutenção de sistemas de informação.	05/11/2013 a 05/11/2014	01.644.731/0001-32	CTIS Tecnologia S/A	9.750.144,74	7.004.065,66
009/13	Desenvolvimento de sistemas de informação.	04/02/2013 a 04/02/2016	00.710.799/0001-00	Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda.	10.505.435,78	4.100.690,19
013/13	Licenciamento de uso e suporte de <i>softwares</i> ESSO de plataforma IBM para funcionamento do mainframe do IBGE.	30/12/2013 a 30/12/2014	33.372.251/0001-56	IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.	2.952.832,73	2.952.832,73
029/13	Fornecimento de licenças de uso de <i>softwares</i> .	23/07/2014 a 23/07/2015	00.710.799/0001-00	Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda.	2.600.597,02	2.600.597,02
050/13	Fábrica de <i>software</i> .	02/12/2013 a 02/12/2014	01.644.731/0001-32	CTIS Tecnologia S/A	3.257.012,42	2.242.339,77
054/13	Licenciamento Corporativo e educacional de <i>softwares</i> de Geoprocessamento	28/12/2013 a 27/12/2014	67.393.181/0001-34	IMAGEM Geosistemas e Comércio Ltda.	1.474.000,00	1.419.000,00
046/13	Prestação de serviços técnicos, em Sistemas de Informação com a utilização da ferramenta ULTIMUS BPM SUITE.	23/11/2013 a 22/11/2016	61.574.422/0001-65	Trust Consultores Associados, Serv. de Info S.A.	3.863.769,40	1.381.854,76
084/11	Serviços de comunicação de dados em banda larga por satélite, para regiões sem outra solução.	28/11/2013 a 28/11/2014	05.857.540/0001-00	Ruralweb Telecomunicações Ltda.	1.277.040,00	1.159.391,74
069/09	Serviços de manutenção de <i>hardware</i> e telessuporte a <i>software</i> .	30/10/2012 a 30/10/2014	33.372.251/0001-56	IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.	2.150.400,00	1.058.115,29

Fonte: Siafi, 2015

10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro 63 - Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		x
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	x	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	x	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	x	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na internet no qual o plano pode ser acessado.		x
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na internet no qual os resultados podem ser acessados.		x

Considerações Gerais

No que se refere à avaliação de alguns itens constantes no quadro 58, importante salientar que:

- Item 2: A prática de separação de resíduos recicláveis descartados ocorre apenas em algumas Unidades do IBGE.
- Itens 4 e 7: Para o Plano de Gestão de Logística Sustentável, o IBGE possui uma versão preliminar disponível na intranet do IBGE e uma comissão gestora homologada pela presidente da instituição para implementá-lo.
- Item 8: O IBGE possui uma estrutura física muito particular, caracterizada por mais de 500 unidades em todo o Brasil. Sua abrangência territorial faz com que a uniformização dos processos de trabalho seja mais complexa, se comparada a outras organizações. Por tal motivo, o Plano de Logística Sustentável ainda não foi integralmente implementado no IBGE. Entretanto, a Instituição vem envidando esforços para garantir o monitoramento do consumo, especialmente de água e energia elétrica, em atendimento às orientações ministeriais e, neste caso, as ações serão implementadas gradativamente em todas as suas unidades descentralizadas, a partir do próximo exercício.

11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

As informações sobre a situação das deliberações do TCU atendidas no Exercício encontram-se no Anexo 13.

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve deliberações do TCU que ficaram pendentes de atendimento ao final do exercício.

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

As informações sobre as recomendações do OCI encontram-se no Anexo 14.

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

As informações sobre as recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício encontra-se no Anexo 15.

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 64 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	1536	-	-
	Entregaram a DBR	1536	-	-
	Não cumpriram a obrigação	0	-	-

Fonte: Banco de Dados Administrativo do IBGE – DAS – mar/2015

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

O IBGE realiza anualmente a solicitação de Declaração de Bens e Rendas - DBR de todos os servidores, incluídos autoridades, ocupantes de cargos eletivos e de funções comissionadas. Este levantamento é realizado por meio de sistema informatizado, acessado com *login* e senha. Os servidores têm prazo estabelecido para liberação de acesso à sua DBR ou entrega em meio físico (processo administrativo) nas unidades de atendimento de RH. Os servidores que não atendem à solicitação são informados de que será aberto Processo Administrativo Disciplinar para tratamento da situação, seguindo o que preconiza a Lei.

No IBGE, a responsabilidade pelo levantamento e acompanhamento da entrega da DBR é da Coordenação de Recursos Humanos, que não realiza qualquer análise do conteúdo das declarações. As informações são arquivadas em meio digital, no caso dos servidores que liberam o acesso por sistema e em processo sigiloso para os que entregam em meio físico.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro 65 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

Fatos de Dano Objeto de Medidas Administrativas Internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não Instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não Remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento		Débito < R\$ 75.000	Não Enviadas > 180 dias do Exercício instauração*	Remetidas ao TCU
			Recebimento Débito	Não Comprovação				
14	14	-	-	-	-	-	-	-

O IBGE possui em sua estrutura, uma área responsável pelo levantamento de todos os processos administrativos disciplinares abertos pelas Unidades Estaduais e pela Sede. Nos casos de dano ao erário, quando comprovada a culpa do servidor, é providenciado o ressarcimento ao Erário nos autos do próprio processo que apurou a responsabilidade. Na hipótese de não ocorrer o respectivo ressarcimento, o processo é encaminhado a Procuradoria Federal no IBGE, para a adoção das medidas legais, relativas a inscrição do servidor na Dívida Ativa da União. Não há uma estrutura tecnológica e de pessoal montada especificamente para a gestão da fase interna de possíveis casos de Tomadas de Contas Especiais.

No exercício de 2014 foram instaurados 43 procedimentos disciplinares, dos quais, 14 destinados a apurar responsabilidades pelo desaparecimento ou perecimento de bens públicos, o que corresponde a 27% do total de procedimentos instaurados.

Não houve nenhum caso de Tomadas de Contas Especiais, bem como não houveram fatos em apuração que, pela avaliação da unidade, tenham elevado potencial de se converterem em Tomadas de Contas Especiais.

11.5 Alimentação SIASG e SICONV

Quadro 66 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Waldir Fortunato Junior**, CPF nº: 661.383.537-49, Coordenador de Recursos Materiais, exercido na Coordenação de Recursos Materiais da Diretoria Executiva declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade encontram-se disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais–SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

Waldir Fortunato Junior

CPF 661.383.537-49

Coordenador de Recursos Materiais

Coordenação de Recursos Materiais da Diretoria Executiva

Quadro 67 - Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Rose Mary Rodrigues**, CPF nº: 512.110.417-00, Coordenadora de Orçamento e Finanças, exercido na Coordenação de Orçamento e Finanças da Diretoria Executiva, declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, em relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), que não é aplicável ao IBGE. A Portaria Interministerial nºs 127/2008, alterada pela Portaria Interministerial nº 507/2011, estabelece o registro no SICONV apenas para Convênios e Termos de Parceria, quando o IBGE não possui esses instrumentos firmados sob a égide do Decreto nº 6.170/2007. Os instrumentos firmados pela Instituição são Termos de Execução Descentralizada que não têm a obrigatoriedade do registro no SICONV.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

Rose Mary Rodrigues

CPF 512.110.417-00

Coordenadora de Orçamento e Finanças

Coordenação de Orçamento e Finanças da Diretoria Executiva

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Desde 2010 o IBGE vem procurando adotar os procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, tais como:

- Em 2010, contabilizamos as Provisões para os Adiantamentos de Férias e 13º Salário;
- Em 2011, as Depreciações do Ativo Imobilizado para os bens adquiridos a partir de 2010 e;
- Em 2012, as Provisões para os créditos de liquidação duvidosa levando em conta às contas cujos títulos estejam atrasados, preparando uma análise das contas a receber vencidas, comparativa com períodos anteriores.

Os valores provisionados são atualizados anualmente, no momento do encerramento do exercício.

Adotou-se a Depreciação a partir de 2011 para os bens adquiridos a partir de 01 de janeiro de 2010, seguindo as orientações constantes do Manual do SIAFI macrofunção *02.03.30 - Reavaliação, Redução à Valor Recuperável, Deprec. Amort. e Exaustão*. Foi adotada a tabela de vida útil da Receita Federal conforme recomendado; e para 2015 já está previsto se iniciar os mesmos procedimentos para os bens adquiridos antes de 2010, restando somente alguns ajustes pela área de informática.

Desde então, foram feitos ajustes no sistema de controle dos bens do IBGE que viabilizassem a emissão de relatórios para auxiliar nos registros contábeis mensais da depreciação acumulada por grupo de despesa e por unidades gestoras. Mensalmente a depreciação é recalculada considerando as movimentações dos bens e assim os registros contábeis são ajustados.

Cabe informar que, quanto aos bens intangíveis, deverá ser formada uma comissão para avaliação desses bens, a fim de procedermos aos registros contábeis referentes à amortização.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

Considerando que o Conselho Diretor do IBGE deliberou no final de 2014 pela Adesão ao Sistema de Custo/SIC, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o IBGE ainda está elaborando estudos internos visando a esta implantação.

12.3 Conformidade Contábil

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. A Conformidade Contábil tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao Setor Público, o Plano de Contas da União, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual SIAFI, e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise realizada pelo responsável pelo seu registro.

A responsabilidade pelo Registro da Conformidade Contábil é do contabilista nomeado por portaria presidencial, que deverá estar com suas obrigações profissionais em dia com o Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

A segregação de funções consiste em princípio básico de controle interno administrativo que separa, por servidores distintos, as funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilidade. O conformista contábil, em observância ao princípio da segregação de função, não poderá, concomitantemente, exercer quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a

conformidade contábil, tais como: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda efetuar a conformidade de registro de gestão. A emissão de documentos no SIAFI para a realização de ajustes e regularizações contábeis não caracteriza inobservância ao princípio da segregação de função.

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, macrofunção 02.03.15, está tratando as conformidades acima citadas como “ausência de ocorrências” ou “incidência de ocorrências”. No caso de haver algum tipo de ocorrência, esta será tratada como “alerta” ou como “ressalva”, dependendo da situação da ocorrência. Este procedimento ainda não está sendo executado no SIAFI, pois a STN ainda não mudou a rotina antiga.

O acompanhamento e análise das inconsistências são realizados pela Gerência de Contabilidade, diariamente, com a participação das Unidades Gestoras que executam as alterações necessárias no SIAFI, conforme orientação da Setorial Contábil.

Após análise e apuração das irregularidades nas Unidades Gestoras, a Gerência de Contabilidade – GECON, mensalmente, preenche o Mapa de Restrições.

As principais ocorrências no decorrer do exercício foram as seguintes:

- Restrição 302 - Falta e/ou atraso do Relatório Mensal - RMA de Almoxarifado e Relatório Mensal de Bens – RMB: considerando que tais Relatórios não ficaram prontos em tempo hábil, pois o sistema estava passando por ajustes, foi aplicada a restrição em todas as Unidades Gestoras;
- Restrição 315 - Falta/Restrição da Conformidade de Registro de Gestão: em algumas unidades não existem substitutos e quando ocorrem licenças ou férias, segundo os Chefes de Unidade, não há ninguém para realizar o serviço;
- Restrição 640 - Saldo Contábil Bens Móveis não confere com RMB: tem sido aplicada desde janeiro, pois o novo sistema SDA - Sistema de Dados Administrativos está em processo de ajustes por parte da DI e GEPAT;
- Restrição 642 – Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado: todas as Unidades Gestoras levaram tal restrição. O novo Sistema de Dados Administrativos – SDA ainda encontra-se com pendências, devido migração do sistema Banco de Dados Administrativos – BDA, sendo assim, estamos aplicando a restrição, pois os valores referentes à depreciação encontram-se incompatíveis com o Ativo Imobilizado;
- Restrição 736 - Falta Registro de Conformidade Contábil: existem Unidades que possuem apenas um Contador, e quando isso ocorre, a Conformidade Contábil não é realizada.

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Este item não se aplica ao IBGE.

12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Este item não se aplica ao IBGE.

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Este item não se aplica ao IBGE.

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

Este item não se aplica ao IBGE.

12.8 Relatório de Auditoria Independente

O IBGE não se submete a auditorias independentes. A auditoria externa é feita pelo TCU, que não houve em 2014.

13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

As informações relevantes referentes à gestão do IBGE foram contempladas nos itens e subitens constantes neste relatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IBGE busca continuamente o aprimoramento de sua produção estatística e geocientífica por meio da expansão da abrangência geográfica, da incorporação de novos temas de investigação, bem como do aperfeiçoamento de suas pesquisas em produção. Além disso, nos últimos anos houve um amadurecimento nas definições estratégicas e em sua internalização por parte dos servidores, resultado do envolvimento e das discussões acerca dos objetivos e das metas a serem alcançadas, materializadas em seu Plano Estratégico 2012-2015.

Para implementar seu extenso programa de trabalho, e assim cumprir sua missão institucional, **o IBGE está estruturado em todo o território brasileiro. A extensão e complexidade das atividades que executa requerem uma infraestrutura física de grande porte**, que garanta o suporte operacional para seu funcionamento nas 27 Unidades da Federação e nas 584 agências de coleta, que cobrem todos os municípios brasileiros.

Em que pese nossa compreensão e empenho no sentido de colaborar na busca do equilíbrio das contas públicas, entendemos ser fundamental alertar para as dificuldades que os limites orçamentários estabelecidos têm gerado na implementação de nosso programa de trabalho, o qual atende a uma demanda interna e internacional por informações crescente e cada vez mais exigente em precisão, agilidade e abrangência temática e espacial.

Isto é particularmente evidente no caso da evolução dos gastos com infraestrutura. Sua manutenção, em todo o país, é fundamental para que a produção de informações se desenvolva dentro dos prazos estabelecidos e com a qualidade adequada. Note-se que essas atividades englobam os principais contratos e necessitam ser atendidas uma vez que seus valores correspondem basicamente aos reajustes anuais de seus principais contratos (aluguéis, água, luz, telefonia etc.). Além disso, alguns imóveis próprios encontram-se em situação precária e podem demandar a qualquer momento obras urgentes ou, inclusive, vir a atender despesas emergenciais, resultantes de intempéries que, com frequência, ocorrem em algumas Unidades Estaduais.

Releva citar ainda, no tocante a essa infraestrutura de suporte, a importância dos contratos associados à tecnologia de informação e comunicação, parte integrante do processo de produção de informações estatísticas e geocientíficas, sujeitos a reajustes anuais, bem como às exigências de atualização permanente para as atividades típicas desse setor.

Outro ponto a destacar é que, embora o IBGE venha fazendo gestão junto ao governo federal para realização de concursos públicos, em 2014 ocorreu significativa baixa no quadro de pessoal permanente, sem que houvesse reposição na mesma proporção das aposentadorias, que impactou, significativamente, o andamento de nossas rotinas de trabalho.

Por fim, o alcance dos resultados no ano passado foi possível com o esforço dos servidores que se empenharam na execução de suas atividades e no cumprimento das metas estabelecidas. Não resta dúvida, porém, que é necessário se avançar na recomposição dos recursos da instituição – orçamentários e humanos – de forma a garantir condições adequadas para o exercício de nossas atividades.

Anexo 1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Produção de Informações Ambientais	Produção sistemática de dados e informações ambientais desenvolvidos em âmbito nacional e estruturados no sistema de informação geográfica (banco de dados), compreendendo temas de recursos hídricos, fauna e flora, e a produção de estatísticas e indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável sobre as interações entre os processos socioeconômicos, naturais e demográficos.	Disponibilização do conjunto de arquivos digitais <i>shapes</i> das informações dos levantamentos de hidrogeologia e hidroquímica de superfícies e subterrâneas da Região Nordeste.	Governo e sociedade	Diretoria de Pesquisas e Diretoria de Geociências.
Produção de Informações Censitárias	Produção e sistematização de estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos ao conhecimento da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, e a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional.	Atualização do Cadastro Nacional para Fins Estatísticos e realização de atividades preparatórias para a realização da Contagem 2016 e para o Censo Agropecuário 2016.	Governo e sociedade	Presidência, Diretoria de Geociências e Unidades Estaduais.
Disseminação de Informações	Organização, formatação e disseminação das informações produzidas pelo IBGE para o governo e a sociedade, bem como os processos de organização e disponibilização das informações em bases de dados e metadados apoiadas por ferramentas adequadas à recuperação personalizada da informação.	Acesso aos serviços de informações estatísticas e geocientíficas do IBGE, na ordem de 41,8 milhões.	Governo e sociedade	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Ensino Superior, Pesquisa e Extensão	Processo de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de estatística e geociências, no âmbito da graduação e pós-graduação (<i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i>). Compreende também a formação especializada para a produção e análise de informações estatísticas e geocientíficas oficiais.	Implantação do Programa de Doutorado; Reformulação da estrutura curricular do Bacharelado em Estatística; Reformulação do Prêmio ENCE; Desenvolvimento do sistema Acadêmico do Mestrado e do Doutorado; Reformulação do regulamento da Graduação e do Mestrado; Atualização do Projeto Pedagógico de Curso da Graduação; Atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional da ENCE.	Sociedade, servidores públicos do IBGE.	Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, Presidência.
Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas	Planejamento e organização da produção nacional de informações estatísticas e geocientíficas estabelecendo normas, classificações e padrões a fim de garantir que todas as informações sejam produzidas de forma padronizada, harmônica e comparável.	Instituição da Comissão Consultiva de Estatísticas Demográficas, composta por servidores do IBGE, por representante da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP e por Grupo de Especialistas; Formação da Comissão Consultiva do Censo Agropecuário,	Governo, sociedade, áreas finalísticas do IBGE.	Presidência, Diretoria de Pesquisas e Diretoria de Geociências.

		<p>composta por especialistas institucionais e acadêmicos na área de agropecuária;</p> <p>Criação do Comitê Técnico do Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais – SISPEP, composto pelos membros estaduais da Comissão de Demografia da Associação Nacional de Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística - ANIPES;</p> <p>Criação do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – Sirc. O comitê é composto pelas seguintes instituições: Ministério da Previdência Social, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;</p> <p>Realização da 6ª Reunião do Comitê Gestor e a 22ª Reunião do Grupo Executivo do Comitê de Estatísticas Sociais;</p> <p>Realização das reuniões da Comissão Nacional de Cartografia-CONCAR, do Comitê de Estatísticas Econômicas Ambientais da Água, do Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformações;</p> <p>Realização de capacitação de instituições produtoras de geoinformações para a INDE, por meio de treinamentos na ENAP, treinamentos regionais para servidores estaduais e cursos em congressos;</p> <p>Revisão das normas técnicas para a cartografia básica, referentes à Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo (BCIM); e aos Mapas da Série Brasil e Mapas da Série Estadual;</p>		
--	--	---	--	--

Anexo 2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação:					
1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Anexo 3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	114601	ADM. CENTRAL			77	226.949	8.000
	114602	UE/RO			135	100,857	2.400
	114603	UE/AC			172	243.595	6.055
	114604	UE/AM			215	888.997	8.000
	114605	UE/RR			29	21.963	2.530
	114606	UE/PA			391	660.111	8.000
	114607	UE/AP			60	216.326	8.000
	114608	UE/MA			326	245.365	4.940
	114609	UE/PI			212	114.766	1.440
	114610	UE/CE			183	110.145	7.700
	114612	UE/RN			73	17.596	800
	114613	UE/PB			72	116.420	4.000
	114614	UE/PE			234	186.245	2.430
	114615	UE/AL			117	74.804	2.372
	114616	UE/SE			44	35.820	2.350
	114617	UE/BA			556	776.546	7.800
	114618	UE/MG			577	178.420	2.060
	114619	UE/ES			80	71.789	2.870
	114620	UE/MS			104	43.584	820
	114622	UE/SP			881	681.024	3.780
	114623	UE/PR			401	271.391	1.860
	114624	UE/SC			237	394.881	5.330
	114625	UE/RS			421	263.050	2.690
114626	UE/MT			148	314.807	6.000	
114627	UE/GO			178	196.169	5.000	
114629	UE/DF			52	95.028	4.320	
114631	UE/RJ			188	63.921	2.000	
114639	UE/TO			140	166.265	3.250	
2013	114601	ADM. CENTRAL			118	322.170	8.000
	114602	UE/RO			103	58.032	1.600
	114603	UE/AC			157	228.831	7.695
	114604	UE/AM			235	876.424	8.000
	114605	UE/RR			18	59.410	6.600
	114606	UE/PA			376	691.148	8.000
	114607	UE/AP			62	189.440	8.000
	114608	UE/MA			360	343.865	4.800
	114609	UE/PI			269	119.083	2.300
	114610	UE/CE			218	120.217	3.600
	114612	UE/RN			130	31.691	750
	114613	UE/PB			117	146.025	5.500
	114614	UE/PE			266	178.095	2.400
	114615	UE/AL			134	66.799	760
	114616	UE/SE			61	39.224	2.410
	114617	UE/BA			631	656.306	7.838
	114618	UE/MG			538	144.758	2.000
114619	UE/ES			79	64.232	2.940	
114620	UE/MS			109	51.779	1.553	

	114622	UE/SP			803	648.444	5.530
	114623	UE/PR			555	503.390	2.410
	114624	UE/SC			309	360.134	3.900
	114625	UE/RS			437	267.679	2.500
	114626	UE/MT			185	587.433	7.500
	114627	UE/GO			216	199.985	6.400
	114629	UE/DF			46	59.905	2.250
	114631	UE/RJ			248	91.631	2.000
	114639	UE/TO			124	183.204	5.330
2012	114601	ADM. CENTRAL			122	234.530	8.000
	114602	UE/RO			124	68.008	1.950
	114603	UE/AC			168	207.288	4.400
	114604	UE/AM			212	716.028	8.000
	114605	UE/RR			26	106.932	7.300
	114606	UE/PA			333	578.222	8.000
	114607	UE/AP			61	168.345	7.500
	114608	UE/MA			280	310.360	5.800
	114609	UE/PI			268	141.356	2.300
	114610	UE/CE			232	139.739	2.650
	114612	UE/RN			118	32.368	1.390
	114613	UE/PB			125	128.481	4.500
	114614	UE/PE			272	187.097	2.790
	114615	UE/AL			124	52.235	800
	114616	UE/SE			48	29.675	1.140
	114617	UE/BA			536	418.950	5.500
	114618	UE/MG			592	162.816	1.500
	114619	UE/ES			118	70.070	5.120
	114620	UE/MS			65	28.743	1.416
	114622	UE/SP			582	403.387	2.750
	114623	UE/PR			497	368.521	3.900
	114624	UE/SC			328	424.615	3.780
	114625	UE/RS			362	88.577	1.000
	114626	UE/MT			181	497.925	8.000
	114627	UE/GO			236	137.519	3.500
	114629	UE/DF			59	71.992	4.000
	114631	UE/RJ			189	73.250	2.200
114639	UE/TO			112	134.190	5.900	

Anexo 4 – Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	114601	ADM. ENTRAL			70	14.084	151.567	165.651
	114602	UE/RO			144	34.950	57.293	92.243
	114603	UE/AC			273	137.954	83.822	221.777
	114604	UE/AM			924	706.197	174.718	880.916
	114605	UE/RR			41	8.238	10.007	18.245
	114606	UE/PA			1052	561.213	88.077	649.291
	114607	UE/AP			199	143.696	57.334	201.030
	114608	UE/MA			1070	304.985	11.711	316.697
	114609	UE/PI			322	75.650	30.177	105.828
	114610	UE/CE			73	24.543	52.002	76.454
	114612	UE/RN			83	8.331	5.735	14.067
	114613	UE/PB			285	62.538	40.400	102.938
	114614	UE/PE			401	111.073	61.219	172.293
	114615	UE/AL			153	63.380	8.002	71.383,01
	114616	UE/SE			170	23.052	7.591	30.643
	114617	UE/BA			866	280.771	398.137	678.908
	114618	UE/MG			551	67.385	96.745	164.130
	114619	UE/ES			161	43.157	22.982	66.140
	114620	UE/MS			85	30.999	9.130	40.129
	114622	UE/SP			1056	165.028	421.458	586.487
	114623	UE/PR			599	128.736	89.385	218.122
	114624	UE/SC			690	165.833	106.716	272.549
	114625	UE/RS			825	170.320	69.098	239.418
	114626	UE/MT			232	97.015	157.661	254.676
	114627	UE/GO			302	105.052	55.600	160.652
	114629	UE/DF			88	20.361	38.347	58.708
	114631	UE/RJ			73	9.084	39.357	48.442
114639	UE/TO			302	85.471	25.152	110.624	
2013	114601	ADM.CENTRAL			163	25.529	222.457	247.986
	114602	UE/RO			231	32.285	20.177	52.463
	114603	UE/AC			257	126.007	85.594	211.601
	114604	UE/AM			908	674.116	149.334	823.450
	114605	UE/RR			88	24.895	11.277	36.172
	114606	UE/PA			1125	566.530	96.370	662.900
	114607	UE/AP			176	125.619	54.958	180.577
	114608	UE/MA			1049	290.183	20.167	310.350
	114609	UE/PI			349	69.774	36.583	106.357
	114610	UE/CE			72	17.578	74.864	92.442
	114612	UE/RN			167	15.473	13.440	28.913
	114613	UE/PB			346	68.334	30.261	98.595
	114614	UE/PE			460	112.674	52.515	165.189
	114615	UE/AL			159	59.410	4.838	64.249
	114616	UE/SE			190	24.806	10.214	35.020

114617	UE/BA			852	220.462	370.810	591.272
114618	UE/MG			374	30.599	100.415	131.015
114619	UE/ES			113	37.691	23.179	60.870
114620	UE/MS			99	30.711	18.293	49.004
114622	UE/SP			1048	154.602	399.365	553.967
114623	UE/PR			680	133.021	324.680	457.702
114624	UE/SC			898	180.350	114.741	295.091
114625	UE/RS			1031	173.025	65.671	238.696
114626	UE/MT			560	327.263	164.827	492.091
114627	UE/GO			371	104.568	45.473	150.041
114629	UE/DF			61	10.734	43.421	54.155,38
114631	UE/RJ			91	15.935	60.271	76.206
114639	UE/TO			298	87.739	48.468	136.207

Anexo 5 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gásto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
114601	Fundação IBGE- Administração Central/RJ	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	28.073,06
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	618,73
			04 gás e outros materiais engarrafados	1.620,00
			07 gêneros de alimentação	2.241,17
			09 material farmacológico	276,42
			11 material químico	595,16
			16 material de expediente	4.461,79
			17 material de processamento de dados	3.318,00
			19 material de acondicionamento e embalagem	104,28
			21 material de copa e cozinha	224,63
			22 material de limpeza e prod. de higienização	1.236,22
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	44.645,37
			25 material p/ manutenção de bens moveis	6.671,15
			26 material elétrico e eletrônico	31.338,81
			28 material de proteção e segurança	3.993,17
			30 material para comunicações	384,00
			39 material p/ manutenção de veículos	4.704,47
			41 material p/ utilização em gráfica	3.401,70
			42 ferramentas	3.133,12
			44 material de sinalização visual e outros	271,88
		46 material bibliográfico	288,90	
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	840,00
			08 pedágios	879,30
			96 passagens e desp.c/locomoção-pagamento antecipado	12,12
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	20 manutenção e conservação de veículos	180,00
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	4.975,00
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	04 direitos autorais	450,00
			12 locação de maquinas e equipamentos	1.496,00
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	2.839,00
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	6.696,00
			18 serviços de estacionamento de veículos	86,00
			19 manutenção e conservação de veículos	2.120,00
			56 serviços de tecnologia da informação	1.350,75
58 serviços de telecomunicações	1.640,00			
59 serviços de áudio, vídeo e foto	34,00			
66 serviços judiciais	629,49			
78 limpeza e conservação	441,25			
95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	50,00			
04 direitos autorais	450,00			
114602	Unidade Estadual do IBGE em Rondônia	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	1.934,30
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	70,64
			04 gás e outros materiais engarrafados	90,00
			07 gêneros de alimentação	2.846,71
			11 material químico	30,97

			15 material p/ festividades e homenagens	4,40
			16 material de expediente	1.127,70
			21 material de copa e cozinha	240,01
			22 material de limpeza e prod. de higienização	1.184,08
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	1.907,10
			25 material p/ manutenção de bens moveis	1.295,52
			26 material elétrico e eletrônico	475,46
			36 material hospitalar	800,00
			39 material p/ manutenção de veículos	15.518,54
			44 material de sinalização visual e outros	340,00
			01 combustíveis e lubrificantes automotivos	1.934,30
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	70,64
			04 gás e outros materiais engarrafados	90,00
			07 gêneros de alimentação	2.846,71
			11 material químico	30,97
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o pais	7.182,02
			03 locação de meios de transporte	880,00
			05 locomoção urbana	17.615,00
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	22 manutenção e conservação de bens imóveis	350,00
			25 serviços de limpeza e conservação	4.740,00
			30 serviços médicos e odontológicos	30,00
			35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	200,00
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	10 locação de imóveis	600,00
			12 locação de maquinas e equipamentos	100,00
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	4.200,00
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	4.435,00
			19 manutenção e conservação de veículos	20.250,37
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	140,00
			61 serviços de socorro e salvamento	1.800,00
			63 serviços gráficos e editoriais	12,50
			74 fretes e transp. de encomendas	569,69
			83 serviços de copias e reprodução de documentos	299,50
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	900,00
			99 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	75,00
114603	Unidade Estadual do IBGE no Acre	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	42.426,40
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	411,00
			07 gêneros de alimentação	3.249,87
			16 material de expediente	395,04
			17 material de processamento de dados	99,60
			21 material de copa e cozinha	228,94
			22 material de limpeza e prod. de higienização	1.459,97
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	4,58
			26 material elétrico e eletrônico	120,23
			39 material p/ manutenção de veículos	20,00
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o pais	33.760,20
			03 locação de meios de transporte	1.920,00
			05 locomoção urbana	120.605,00

		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	22 manutenção e conservação de bens imóveis	180,00	
			25 serviços de limpeza e conservação	8.770,00	
			35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	230,00	
			39 fretes e transportes de encomendas	350,00	
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	1.130,00	
			19 manutenção e conservação de veículos	1.040,00	
			20 manutenção e cons. de moveis de outras naturezas	590,00	
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	120,00	
			63 serviços gráficos e editoriais	2.849,80	
			78 limpeza e conservação	420,00	
			83 serviços de copias e reprodução de documentos	457,05	
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	940,00	
114604	Unidade Estadual do IBGE no Amazonas	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	108.709,66	
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	2.852,50	
			07 gêneros de alimentação	2.092,32	
			11 material químico	91,85	
			16 material de expediente	3.844,11	
			17 material de processamento de dados	3.482,50	
			19 material de acondicionamento e embalagem	23,60	
			21 material de copa e cozinha	1.168,92	
			22 material de limpeza e prod. de higienização	7.008,74	
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	7.800,29	
			25 material p/ manutenção de bens moveis	437,55	
			26 material elétrico e eletrônico	3.291,93	
			28 material de proteção e segurança	373,00	
			39 material p/ manutenção de veículos	555,00	
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	111.562,90	
			03 locação de meios de transporte	518.466,40	
			05 locomoção urbana	33.100,00	
			96 passagens e desp.c/locomoção-pagamento antecipado	8.190,00	
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	05 direitos autorais	300,00	
			15 locação de imóveis	5.200,00	
			18 manutenção e conservação de equipamentos	730,00	
			20 manutenção e conservação de veículos	150,00	
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	2.550,00	
			25 serviços de limpeza e conservação	10.290,00	
			30 serviços médicos e odontológicos	300,00	
			35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	3.250,00	
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	10 locação de imóveis	1.960,00	
			12 locação de maquinas e equipamentos	500,00	
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	3.325,00	
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	400,00	
			18 serviços de estacionamento de veículos	3,00	
				19 manutenção e conservação de veículos	5.511,00

			41 fornecimento de alimentação	3.480,00
			44 serviços de água e esgoto	646,34
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	540,00
			61 serviços de socorro e salvamento	70,76
			66 serviços judiciais	16,24
			74 fretes e transp. de encomendas	720,00
			78 limpeza e conservação	2.500,00
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	6.181,00
114605	Unidade Estadual do IBGE em Roraima	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	1.248,00
			07 gêneros de alimentação	104,00
			16 material de expediente	1.212,51
			21 material de copa e cozinha	289,10
			22 material de limpeza e prod. de higienização	19,90
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	2.960,44
			25 material p/ manutenção de bens moveis	800,00
			26 material elétrico e eletrônico	1.900,52
			28 material de proteção e segurança	156,00
			44 material de sinalização visual e outros	128,90
			339033 passagens e despesas com locomoção	05 locomoção urbana
	339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	21 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	650,00	
		22 manutenção e conservação de bens imóveis	3.290,00	
		39 fretes e transportes de encomendas	685,00	
	339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	16 manutenção e conservação de bens imóveis	437,95	
		19 manutenção e conservação de veículos	584,00	
		50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	370,00	
		63 serviços gráficos e editoriais	506,00	
		83 serviços de cópias e reprodução de documentos	466,96	
114606	Unidade Estadual do IBGE no Pará	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	8.794,94
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	319,93
			07 gêneros de alimentação	991,56
			11 material químico	690,68
			16 material de expediente	1.382,38
			17 material de processamento de dados	595,45
			19 material de acondicionamento e embalagem	3,00
			21 material de copa e cozinha	724,67
			22 material de limpeza e prod. de higienização	11.608,72
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	5.370,83
			25 material p/ manutenção de bens moveis	299,50
			26 material elétrico e eletrônico	3.378,93
			28 material de proteção e segurança	418,07
			30 material para comunicações	44,44
			39 material p/ manutenção de veículos	26.629,03
			42 ferramentas	420,30
			44 material de sinalização visual e outros	875,20
	339033 passagens e despesas com	01 passagens para o país	35.743,65	
		03 locação de meios de transporte	14.655,00	

		locomoção	05 locomoção urbana	445.137,77
			08 pedágios	110,87
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	06 serviços técnicos profissionais	600,00
			18 manutenção e conservação de equipamentos	300,00
			20 manutenção e conservação de veículos	9.120,00
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	4.480,00
			23 fornecimento de alimentação	660,00
			25 serviços de limpeza e conservação	25.370,00
			30 serviços médicos e odontológicos	180,00
			38 confecção de uniformes, bandeiras e flamulas	346,00
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	10 locação de imóveis	800,00
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	2.585,00
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	1.572,86
			19 manutenção e conservação de veículos	18.416,50
			20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	180,00
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	375,00
			61 serviços de socorro e salvamento	3.250,00
			63 serviços gráficos e editoriais	165,00
			74 fretes e transp. de encomendas	18.414,50
			78 limpeza e conservação	319,98
			83 serviços de copias e reprodução de documentos	3.486,50
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	780,00
114607	Unidade Estadual do IBGE no Amapá	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	2.649,56
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	6,80
			07 gêneros de alimentação	196,00
			16 material de expediente	738,91
			17 material de processamento de dados	2.126,00
			21 material de copa e cozinha	1.120,67
			22 material de limpeza e prod. de higienização	3.360,51
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	399,50
			25 material p/ manutenção de bens moveis	250,00
			26 material elétrico e eletrônico	1.520,61
			28 material de proteção e segurança	461,88
			30 material para comunicações	104,00
			39 material p/ manutenção de veículos	21.973,32
			42 ferramentas	151,20
			44 material de sinalização visual e outros	168,00
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	11.379,00
			03 locação de meios de transporte	116.067,00
			05 locomoção urbana	40,00
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	16 locação de bens moveis e intangíveis	200,00
			18 manutenção e conservação de equipamentos	550,00
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	1.300,00
			25 serviços de limpeza e conservação	7.000,00
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	16 manutenção e conservação de bens imóveis	221,00
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	55,00

			19 manutenção e conservação de veículos	23.122,00	
			20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	800,00	
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	360,00	
			61 serviços de socorro e salvamento	950,00	
			74 fretes e transp. de encomendas	3.120,00	
			78 limpeza e conservação	40,00	
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	600,00	
114608	Unidade Estadual do IBGE no Maranhão	339030 material de consumo	07 gêneros de alimentação	1.555,79	
			11 material químico	38,60	
			16 material de expediente	3,00	
			21 material de copa e cozinha	26,00	
			22 material de limpeza e prod. de higienização	1.057,60	
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	1.055,30	
			26 material elétrico e eletrônico	297,42	
			28 material de proteção e segurança	196,85	
			44 material de sinalização visual e outros	396,70	
	339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	41.588,34		
		03 locação de meios de transporte	213.105,00		
		05 locomoção urbana	10.228,90		
	339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	06 serviços técnicos profissionais	1.600,00		
		22 manutenção e conservação de bens imóveis	8.330,00		
		25 serviços de limpeza e conservação	16.490,00		
		30 serviços médicos e odontológicos	124,32		
		35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	1.490,00		
	339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	39 fretes e transportes de encomendas	2.250,00		
		16 manutenção e conservação de bens imóveis	5.220,00		
		17 manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	5.830,00		
		20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	800,00		
		39 encargos financeiros indedutíveis	660,00		
		47 serviços de comunicação em geral	1.800,00		
		50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	587,00		
		66 serviços judiciários	155,20		
		69 seguros em geral	43,65		
		78 limpeza e conservação	800,00		
		79 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	150,00		
		95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	800,00		
	339047 obrigações tributárias e contributivas	10 taxas	17,46		
	114609	Unidade Estadual do IBGE no Piauí	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	4.553,12
				03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	45,00
07 gêneros de alimentação				3.019,11	
11 material químico				260,70	
16 material de expediente				265,14	

			17 material de processamento de dados	233,56
			21 material de copa e cozinha	984,29
			22 material de limpeza e prod. de higienização	5.823,64
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	1.479,02
			25 material p/ manutenção de bens moveis	280,00
			26 material elétrico e eletrônico	1.250,29
			28 material de proteção e segurança	106,90
			39 material p/ manutenção de veículos	8.541,50
			44 material de sinalização visual e outros	278,00
			96 material de consumo - pagamento antecipado	679,75
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	16.727,37
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	18 manutenção e conservação de equipamentos	830,00
			20 manutenção e conservação de veículos	1.816,99
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	3.678,20
			25 serviços de limpeza e conservação	35.650,00
			35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	360,00
			39 fretes e transportes de encomendas	970,00
			96 outros serv.de terceiros pf- pagamento antecipado	5,69
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	10 locação de imóveis	1.000,00
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	883,80
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	515,00
			18 serviços de estacionamento de veículos	6.230,00
			19 manutenção e conservação de veículos	4.965,32
			39 encargos financeiros indedutíveis	135,00
			47 serviços de comunicação em geral	484,00
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	350,00
			58 serviços de telecomunicações	120,00
			63 serviços gráficos e editoriais	302,50
			74 fretes e transp. de encomendas	146,00
			78 limpeza e conservação	630,00
			83 serviços de copias e reprodução de documentos	581,00
		95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	120,00	
		99 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	445,00	
114610	Unidade Estadual do IBGE no Ceará	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	11.667,95
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	16,50
			04 gás e outros materiais engarrafados	140,00
			07 gêneros de alimentação	4.827,12
			09 material farmacológico	418,44
			11 material químico	85,47
			16 material de expediente	349,88
			17 material de processamento de dados	60,80
			19 material de acondicionamento e embalagem	334,00
			21 material de copa e cozinha	569,52
			22 material de limpeza e prod. de higienização	8.125,15
			24 material p/ manutenção de bens	3.409,05

			imóveis/instalações		
			25 material p/ manutenção de bens moveis	419,62	
			26 material elétrico e eletrônico	1.525,62	
			28 material de proteção e segurança	1.813,01	
			39 material p/ manutenção de veículos	10.272,89	
			42 ferramentas	816,39	
			44 material de sinalização visual e outros	47,38	
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	2.347,46	
			05 locomoção urbana	890,00	
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	18 manutenção e conservação de equipamentos	1.900,00	
			20 manutenção e conservação de veículos	130,00	
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	10.750,00	
			35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	1.900,00	
			39 fretes e transportes de encomendas	150,00	
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	16 manutenção e conservação de bens imóveis	430,00	
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	3.580,00	
			19 manutenção e conservação de veículos	8.465,00	
			20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	100,00	
			47 serviços de comunicação em geral	430,00	
			61 serviços de socorro e salvamento	300,00	
			74 fretes e transp. de encomendas	118,34	
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	329,00	
114612	Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do norte	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	525,00	
			04 gás e outros materiais engarrafados	100,00	
			11 material químico	55,00	
			17 material de processamento de dados	617,41	
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	1.395,85	
			25 material p/ manutenção de bens moveis	300,00	
			26 material elétrico e eletrônico	788,35	
			30 material para comunicações	8,00	
			39 material p/ manutenção de veículos	533,00	
			42 ferramentas	5,90	
			44 material de sinalização visual e outros	70,00	
			339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	3.561,80
				05 locomoção urbana	199,00
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	18 manutenção e conservação de equipamentos	780,00	
			20 manutenção e conservação de veículos	360,00	
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	1.473,10	
			35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	185,00	
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	16 manutenção e conservação de bens imóveis	450,00	
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	40,00	
			19 manutenção e conservação de veículos	510,00	
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	104,00	
			66 serviços judiciários	24,00	

			74 fretes e transp. de encomendas	690,00
			78 limpeza e conservação	1.158,21
			90 serviços de publicidade legal	120,00
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	90,00
114613	Unidade Estadual do IBGE na Paraíba	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	1.949,75
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	11,44
			07 gêneros de alimentação	2.772,28
			11 material químico	176,01
			16 material de expediente	303,89
			17 material de processamento de dados	27,80
			19 material de acondicionamento e embalagem	4,10
			21 material de copa e cozinha	865,03
			22 material de limpeza e prod. de higienização	5.816,41
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	4.136,07
			25 material p/ manutenção de bens moveis	55,90
			26 material elétrico e eletrônico	2.648,43
			28 material de proteção e segurança	168,12
			36 material hospitalar	21,00
		39 material p/ manutenção de veículos	5.136,40	
		42 ferramentas	14,70	
		44 material de sinalização visual e outros	137,20	
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	346,65
			03 locação de meios de transporte	12.080,00
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	20 manutenção e conservação de veículos	2.085,00
			21 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	510,00
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	7.580,00
			25 serviços de limpeza e conservação	36.186,00
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	12 locação de maquinas e equipamentos	199,50
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	2.632,20
			19 manutenção e conservação de veículos	3.557,30
			20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	1.005,50
47 serviços de comunicação em geral	225,00			
63 serviços gráficos e editoriais	620,00			
78 limpeza e conservação	1.431,00			
95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	435,00			
114614	Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	3.041,79
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	90,00
			04 gás e outros materiais engarrafados	330,00
			07 gêneros de alimentação	4.402,13
			11 material químico	104,16
			14 material educativo e esportivo	4,99
			16 material de expediente	7.112,99
			17 material de processamento de dados	424,38
			19 material de acondicionamento e embalagem	475,55
			20 material de cama, mesa e banho	24,35
			21 material de copa e cozinha	741,77
			22 material de limpeza e prod. de higienização	9.400,71

			23 uniformes, tecidos e aviamentos	1,26
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	2.743,06
			25 material p/ manutenção de bens moveis	606,50
			26 material elétrico e eletrônico	1.697,88
			28 material de proteção e segurança	148,99
			30 material para comunicações	12,05
			39 material p/ manutenção de veículos	20.701,39
			41 material p/ utilização em gráfica	7,80
			42 ferramentas	61,94
			44 material de sinalização visual e outros	104,33
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	13.869,54
			03 locação de meios de transporte	550,00
			05 locomoção urbana	3.625,00
			99 outras despesas com locomoção	135,60
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	15 locação de imóveis	9.055,00
			20 manutenção e conservação de veículos	960,00
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	2.870,00
			25 serviços de limpeza e conservação	76.350,00
			39 fretes e transportes de encomendas	250,00
			47 serviços de estacionamento de veículos pf	720,00
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	16 manutenção e conservação de bens imóveis	570,00
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	450,00
			19 manutenção e conservação de veículos	9.203,90
			20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	300,00
			24 vistos consulares	315,83
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	30,00
			78 limpeza e conservação	80,00
			83 serviços de copias e reprodução de documentos	140,00
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	754,00
			99 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	198,43
114615	Unidade Estadual do IBGE em Alagoas	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	357,97
			07 gêneros de alimentação	2.407,24
			16 material de expediente	417,71
			21 material de copa e cozinha	38,30
			22 material de limpeza e prod. de higienização	946,01
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	1.292,61
			26 material elétrico e eletrônico	1.229,11
			28 material de proteção e segurança	49,35
			39 material p/ manutenção de veículos	180,00
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	7.524,80
			05 locomoção urbana	4.807,30
			07 despesas com excesso de bagagem	2,62
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	15 locação de imóveis	4.050,00
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	2.130,00
			25 serviços de limpeza e conservação	41.490,00
			35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	80,00
			39 fretes e transportes de encomendas	330,00

			96 outros serv.de terceiros pf- pagamento antecipado	1.110,00
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	16 manutenção e conservação de bens imóveis	1.110,00
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	1.453,99
			18 serviços de estacionamento de veículos	240,00
			61 serviços de socorro e salvamento	200,00
			83 serviços de copias e reprodução de documentos	83,00
114616	Unidade Estadual do IBGE em Sergipe	339030 material de consumo	07 gêneros de alimentação	430,00
			11 material químico	9,00
			16 material de expediente	90,00
			17 material de processamento de dados	852,00
			19 material de acondicionamento e embalagem	15,10
			21 material de copa e cozinha	109,30
			22 material de limpeza e prod. de higienização	514,22
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	1.505,23
			25 material p/ manutenção de bens moveis	59,05
			26 material elétrico e eletrônico	2.167,31
			28 material de proteção e segurança	140,94
			30 material para comunicações	29,58
			42 ferramentas	68,30
			59 material para divulgacao	118,00
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o pais	1.685,00
			05 locomoção urbana	9.203,50
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	22 manutenção e conservação de bens imóveis	311,50
			25 serviços de limpeza e conservação	7.894,30
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	16 manutenção e conservação de bens imóveis	600,00
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	1.250,00
			19 manutenção e conservação de veículos	215,00
			20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	510,00
			47 serviços de comunicação em geral	183,50
50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	200,00			
69 seguros em geral	2.123,13			
83 serviços de copias e reprodução de documentos	160,00			
95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	200,00			
114617	Unidade Estadual do IBGE na Bahia	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	31.410,21
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	47,64
			04 gás e outros materiais engarrafados	90,00
			07 gêneros de alimentação	9.642,07
			09 material farmacológico	259,75
			11 material químico	551,77
			16 material de expediente	2.211,24
			19 material de acondicionamento e embalagem	255,11
20 material de cama, mesa e banho	32,52			

			21 material de copa e cozinha	1.457,37
			22 material de limpeza e prod. de higienização	26.576,47
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	15.211,10
			25 material p/ manutenção de bens moveis	1.559,40
			26 material elétrico e eletrônico	4.752,59
			28 material de proteção e segurança	1.631,63
			30 material para comunicações	21,80
			36 material hospitalar	177,50
			39 material p/ manutenção de veículos	168.542,41
			42 ferramentas	121,38
			44 material de sinalização visual e outros	196,90
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	76.482,42
			03 locação de meios de transporte	9.736,70
			05 locomoção urbana	27.769,25
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	19 vigilância ostensiva	460,00
			20 manutenção e conservação de veículos	627,60
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	11.931,00
			25 serviços de limpeza e conservação	179.635,00
			27 serviços de comunicação em geral	200,00
			35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	4.374,00
			39 fretes e transportes de encomendas	850,00
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	14 locação bens mov. out.naturezas e intangíveis	250,00
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	6.870,00
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	4.411,00
			19 manutenção e conservação de veículos	79.153,34
			47 serviços de comunicação em geral	2.062,62
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	1.277,00
			58 serviços de telecomunicações	550,00
			61 serviços de socorro e salvamento	2.250,00
			63 serviços gráficos e editoriais	525,00
			74 fretes e transp. de encomendas	890,51
			78 limpeza e conservação	890,00
			83 serviços de copias e reprodução de documentos	2.794,00
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	120,00
114618	Unidade Estadual do IBGE em minas gerais	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	648,08
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	249,80
			04 gás e outros materiais engarrafados	565,00
			07 gêneros de alimentação	1.337,21
			11 material químico	20,45
			15 material p/ festividades e homenagens	123,44
			16 material de expediente	1.867,77
			17 material de processamento de dados	2.386,78
			19 material de acondicionamento e embalagem	234,99
			20 material de cama, mesa e banho	44,00
			21 material de copa e cozinha	696,14
			22 material de limpeza e prod. de higienização	9.192,35
			24 material p/ manutenção de bens	5.327,57

			imóveis/instalações	
			25 material p/ manutenção de bens moveis	50,00
			26 material elétrico e eletrônico	4.003,10
			28 material de proteção e segurança	1.566,29
			30 material para comunicações	213,07
			39 material p/ manutenção de veículos	16.396,65
			42 ferramentas	84,13
			44 material de sinalização visual e outros	580,00
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	50.771,29
			03 locação de meios de transporte	1.625,27
			05 locomoção urbana	3.499,00
			08 pedágios	1.203,70
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	05 direitos autorais	270,00
			18 manutenção e conservação de equipamentos	60,00
			20 manutenção e conservação de veículos	390,00
			21 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	225,00
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	2.080,00
			25 serviços de limpeza e conservação	32.728,00
			30 serviços médicos e odontológicos	103,22
			35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	420,00
			39 fretes e transportes de encomendas	1.028,00
			47 serviços de estacionamento de veículos pf	110,00
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	05 serviços técnicos profissionais	152,00
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	3.161,76
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	425,00
			18 serviços de estacionamento de veículos	470,00
			19 manutenção e conservação de veículos	12.290,00
			20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	358,00
			39 encargos financeiros indedutíveis	180,00
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	1.774,00
			61 serviços de socorro e salvamento	1.360,00
			63 serviços gráficos e editoriais	113,00
			74 fretes e transp. de encomendas	350,00
			78 limpeza e conservação	1.670,00
			83 serviços de copias e reprodução de documentos	884,30
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	870,00
114619	Unidade Estadual do IBGE no Espírito Santo	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	2.078,91
			04 gás e outros materiais engarrafados	189,50
			07 gêneros de alimentação	626,40
			09 material farmacológico	43,00
			10 material odontológico	800,00
			11 material químico	54,48
			16 material de expediente	2.008,95
			17 material de processamento de dados	474,60
			19 material de acondicionamento e embalagem	25,75
			21 material de copa e cozinha	51,28
			22 material de limpeza e prod. de higienização	2.194,82
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	1.194,14

			25 material p/ manutenção de bens moveis	777,50
			26 material elétrico e eletrônico	1.144,67
			28 material de proteção e segurança	176,00
			39 material p/ manutenção de veículos	4.808,49
			44 material de sinalização visual e outros	220,00
		339033 passagens e despesas com locomoção	05 locomoção urbana	4.599,24
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	15 locação de imóveis	5.700,00
			25 serviços de limpeza e conservação	28.790,00
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	16 manutenção e conservação de bens imóveis	645,00
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	2.610,00
			19 manutenção e conservação de veículos	4.885,00
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	167,50
			61 serviços de socorro e salvamento	990,00
			78 limpeza e conservação	885,00
114620	Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso Sul	339030 material de consumo	07 gêneros de alimentação	786,92
			16 material de expediente	144,00
			17 material de processamento de dados	944,99
			22 material de limpeza e prod. de higienização	821,22
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	367,50
			25 material p/ manutenção de bens moveis	512,00
			26 material elétrico e eletrônico	1.568,90
			28 material de proteção e segurança	30,50
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o pais	1.038,92
			05 locomoção urbana	120,00
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	07 estagiários	30,00
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	360,00
			25 serviços de limpeza e conservação	23.680,00
			30 serviços médicos e odontológicos	100,00
			35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	80,00
			39 fretes e transportes de encomendas	1.470,00
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	10 locação de imóveis	1.400,00
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	2.834,20
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	960,00
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	240,00
			58 serviços de telecomunicações	800,00
			63 serviços gráficos e editoriais	226,70
			74 fretes e transp. de encomendas	360,00
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	1.154,00
			99 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	100,00
			114622	Unidade Estadual do IBGE em São Paulo
03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	398,86			
04 gás e outros materiais engarrafados	703,80			

			07 gêneros de alimentação	20.553,15
			11 material químico	829,17
			15 material p/ festividades e homenagens	180,00
			16 material de expediente	9.319,74
			17 material de processamento de dados	48.548,71
			19 material de acondicionamento e embalagem	190,71
			20 material de cama, mesa e banho	81,62
			21 material de copa e cozinha	2.745,12
			22 material de limpeza e prod. de higienização	45.066,27
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	19.983,15
			25 material p/ manutenção de bens moveis	1.641,62
			26 material elétrico e eletrônico	13.705,34
			28 material de proteção e segurança	2.096,42
			29 material p/ áudio, vídeo e foto	14,40
			30 material para comunicações	287,53
			39 material p/ manutenção de veículos	107.036,33
			41 material p/ utilização em gráfica	521,00
			42 ferramentas	1.115,57
			44 material de sinalização visual e outros	1.252,28
			46 material bibliográfico	79,98
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	5.210,87
			05 locomoção urbana	60.176,54
			08 pedágios	23.015,65
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	15 locação de imóveis	2.750,00
			18 manutenção e conservação de equipamentos	178,00
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	6.079,51
			25 serviços de limpeza e conservação	45.272,04
			30 serviços médicos e odontológicos	40,00
			39 fretes e transportes de encomendas	160,20
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	10 locação de imóveis	800,00
			12 locação de maquinas e equipamentos	1.200,00
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	14.021,05
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	2.245,00
			18 serviços de estacionamento de veículos	15.233,00
			19 manutenção e conservação de veículos	83.418,47
			20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	1.334,00
			36 multas indedutíveis	190,80
			43 serviços de energia elétrica	29,08
			44 serviços de agua e esgoto	988,52
			47 serviços de comunicação em geral	520,00
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	1.660,50
			58 serviços de telecomunicações	1.807,28
			59 serviços de áudio, vídeo e foto	154,50
			61 serviços de socorro e salvamento	3.100,00
			63 serviços gráficos e editoriais	488,60
			66 serviços judiciários	170,56
			78 limpeza e conservação	5.801,49
			79 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	220,00
			81 serviços bancários	243,60
			83 serviços de copias e reprodução de	4.985,50

			documentos	
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	7.662,59
			97 comunicação de dados.	4.991,57
		339047 obrigações tributárias e contributivas	10 taxas	101,79
114623	Unidade Estadual do IBGE no Paraná	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	4.336,99
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	109,45
			04 gás e outros materiais engarrafados	930,00
			07 gêneros de alimentação	9.179,34
			11 material químico	171,45
			16 material de expediente	2.811,01
			17 material de processamento de dados	3.281,10
			19 material de acondicionamento e embalagem	247,57
			20 material de cama, mesa e banho	64,98
			21 material de copa e cozinha	974,72
			22 material de limpeza e prod. de higienização	23.894,68
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	1.726,95
			25 material p/ manutenção de bens moveis	344,50
			26 material elétrico e eletrônico	5.333,42
			28 material de proteção e segurança	180,03
			39 material p/ manutenção de veículos	12.805,99
			42 ferramentas	100,41
		44 material de sinalização visual e outros	326,00	
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	134,00
			03 locação de meios de transporte	10,00
			05 locomoção urbana	4.733,60
			08 pedágios	334,60
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	15 locação de imóveis	890,00
			19 vigilância ostensiva	60,00
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	64,50
			25 serviços de limpeza e conservação	104.795,26
			30 serviços médicos e odontológicos	470,06
			35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	2.351,54
			47 serviços de estacionamento de veículos pf	14.676,84
			96 outros serv.de terceiros pf- pagamento antecipado	10,80
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	10 locação de imóveis	850,00
			12 locação de máquinas e equipamentos	120,00
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	2.086,84
			17 manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	646,60
			18 serviços de estacionamento de veículos	5.580,00
			19 manutenção e conservação de veículos	21.218,92
			43 serviços de energia elétrica	78,93
			44 serviços de água e esgoto	2.310,51
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	310,00
			61 serviços de socorro e salvamento	1.270,00
			63 serviços gráficos e editoriais	251,00
78 limpeza e conservação	3.092,00			
83 serviços de copias e reprodução de	151,65			

			documentos	
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	2.624,00
		339047 obrigações tributárias e contributivas	10 taxas	52,04
114624	Unidade Estadual do IBGE em Santa Catarina	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	23.321,63
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	24,99
			04 gás e outros materiais engarrafados	459,80
			07 gêneros de alimentação	5.015,45
			11 material químico	21,50
			15 material p/ festividades e homenagens	704,33
			16 material de expediente	1.179,39
			17 material de processamento de dados	8.132,94
			18 materiais e medicamentos p/ uso veterinário	2.055,00
			19 material de condicionamento e embalagem	1.292,60
			20 material de cama, mesa e banho	100,50
			21 material de copa e cozinha	412,95
			22 material de limpeza e prod. de higienização	8.757,10
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	3.076,21
			25 material p/ manutenção de bens moveis	1.152,20
			26 material elétrico e eletrônico	3.790,79
			28 material de proteção e segurança	760,96
			29 material p/ áudio, vídeo e foto	228,12
			30 material para comunicações	12,36
			34 sobressal. maq.e motores navios e embarcações	341,00
		39 material p/ manutenção de veículos	35.567,25	
		42 ferramentas	383,41	
		44 material de sinalização visual e outros	421,60	
		54 material p/manutenção e conservação de estradas e vias	547,81	
		96 material de consumo - pagamento antecipado	613,03	
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	16.526,94
			03 locação de meios de transporte	30,50
			05 locomoção urbana	25.132,36
			96 passagens e desp.c/locomoção-pagamento antecipado	347,86
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	15 locação de imóveis	8.690,00
			18 manutenção e conservação de equipamentos	170,00
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	2.660,00
			25 serviços de limpeza e conservação	75.830,00
			30 serviços médicos e odontológicos	180,00
			36 serv. de conservação e rebenefic. de mercadorias	500,00
			39 fretes e transportes de encomendas	240,00
			47 serviços de estacionamento de veículos pf	2.900,00
		96 outros serv.de terceiros pf- pagamento antecipado	600,00	
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	01 assinaturas de periódicos e anuidades	160,00
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	3.166,20
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	1.665,00

			18 serviços de estacionamento de veículos	19.849,80
			19 manutenção e conservação de veículos	43.197,44
			20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	90,00
			47 serviços de comunicação em geral	1.064,80
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	620,00
			52 serviços de reabilitação profissional	30,00
			61 serviços de socorro e salvamento	190,00
			63 serviços gráficos e editoriais	1.770,55
			66 serviços judiciários	98,00
			77 vigilância ostensiva/monitorada/rastreamento	100,00
			78 limpeza e conservação	3.507,00
			83 serviços de copias e reprodução de documentos	3.055,68
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	650,00
			96 outros serv.de terceiros pj- pagamento antecipado	707,41
114625	Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	740,55
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	15,58
			04 gás e outros materiais engarrafados	3.145,30
			07 gêneros de alimentação	8.013,92
			11 material químico	364,59
			16 material de expediente	864,90
			20 material de cama, mesa e banho	47,90
			21 material de copa e cozinha	1.258,19
			22 material de limpeza e prod. de higienização	30.735,30
			23 uniformes, tecidos e aviamentos	168,51
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	3.253,65
			25 material p/ manutenção de bens moveis	885,50
			26 material elétrico e eletrônico	3.835,40
			28 material de proteção e segurança	748,65
			30 material para comunicações	27,12
			39 material p/ manutenção de veículos	1.897,43
			41 material p/ utilização em gráfica	70,00
			42 ferramentas	142,03
			44 material de sinalização visual e outros	681,40
		339033 passagens e despesas com locomoção	05 locomoção urbana	11.146,90
			08 pedágios	166,20
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	22 manutenção e conservação de bens imóveis	2.250,82
			25 serviços de limpeza e conservação	144.195,11
			30 serviços médicos e odontológicos	255,39
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	10 locação de imóveis	65,19
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	3.990,00
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	505,00
			18 serviços de estacionamento de veículos	3.752,33
			19 manutenção e conservação de veículos	10.081,00
			20 manutenção e conservação de equipamentos	895,00

			e bens móveis de outras naturezas	
			36 multas indedutíveis	1,11
			39 encargos financeiros indedutíveis	0,94
			47 serviços de comunicação em geral	232,80
			48 serviço de seleção e treinamento	248,88
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	615,00
			78 limpeza e conservação	2.390,00
			83 serviços de cópias e reprodução de documentos	397,20
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	1.093,00
		339047 obrigações tributárias e contributivas	10 taxas	241,17
114626	Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	49.298,20
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	259,50
			04 gás e outros materiais engarrafados	80,00
			07 gêneros de alimentação	3.434,16
			11 material químico	156,50
			15 material p/ festividades e homenagens	243,75
			16 material de expediente	7.108,36
			17 material de processamento de dados	6.116,40
			19 material de acondicionamento e embalagem	51,23
			21 material de copa e cozinha	901,59
			22 material de limpeza e prod. de higienização	3.507,66
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	3.740,19
			25 material p/ manutenção de bens moveis	2.698,72
			26 material elétrico e eletrônico	3.712,53
			28 material de proteção e segurança	766,57
			29 material p/ áudio, vídeo e foto	3.047,00
			39 material p/ manutenção de veículos	15.045,68
			42 ferramentas	57,00
			44 material de sinalização visual e outros	406,20
		96 material de consumo - pagamento antecipado	31,90	
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	57.451,46
			03 locação de meios de transporte	4.100,00
			05 locomoção urbana	5.100,00
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	18 manutenção e conservação de equipamentos	30,00
			20 manutenção e conservação de veículos	1.690,00
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	3.600,00
			25 serviços de limpeza e conservação	3.800,00
			30 serviços médicos e odontológicos	90,00
			35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	11.110,00
			39 fretes e transportes de encomendas	740,00
			54 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	180,00
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	10 locação de imóveis	1.600,00
			12 locação de máquinas e equipamentos	1.300,00
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	10.499,81
			17 manutenção e conservação de máquinas e	2.537,50

			equipamentos		
			18 serviços de estacionamento de veículos	1.120,00	
			19 manutenção e conservação de veículos	16.006,36	
			20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	200,00	
			25 taxa de administração	800,00	
			47 serviços de comunicação em geral	362,80	
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	586,06	
			58 serviços de telecomunicações	150,00	
			61 serviços de socorro e salvamento	730,00	
			62 serviços de produção industrial	420,00	
			63 serviços gráficos e editoriais	616,10	
			69 seguros em geral	149,00	
			74 fretes e transp. de encomendas	7.504,23	
			77 vigilância ostensiva/monitorada/rastreamento	770,00	
			78 limpeza e conservação	858,80	
			83 serviços de copias e reprodução de documentos	724,70	
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	2.035,00	
			97 comunicação de dados.	128,00	
114627	Unidade Estadual do IBGE em Goiás	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	7.427,83	
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	17,50	
			04 gás e outros materiais engarrafados	90,00	
			07 gêneros de alimentação	7.522,11	
			09 material farmacológico	255,82	
			11 material químico	320,18	
			16 material de expediente	2.419,85	
			17 material de processamento de dados	984,86	
			19 material de acondicionamento e embalagem	67,43	
			20 material de cama, mesa e banho	549,70	
			21 material de copa e cozinha	1.977,54	
			22 material de limpeza e prod. de higienização	13.275,33	
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	6.642,28	
			25 material p/ manutenção de bens moveis	1.586,30	
			26 material elétrico e eletrônico	4.225,57	
			28 material de proteção e segurança	845,02	
			30 material para comunicações	82,54	
			36 material hospitalar	338,00	
			39 material p/ manutenção de veículos	5.860,43	
			42 ferramentas	113,61	
		44 material de sinalização visual e outros	178,80		
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	119,50	
			03 locação de meios de transporte	22,00	
			05 locomoção urbana	965,00	
			08 pedágios	444,40	
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	15 locação de imóveis	300,00	
			18 manutenção e conservação de equipamentos	680,00	
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	6.890,45	
			25 serviços de limpeza e conservação	68.980,00	
				47 serviços de estacionamento de veículos pf	680,00
		339039 outros serviços	16 manutenção e conservação de bens imóveis	10.037,32	

114629		de terceiros-pessoa jurídica	17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	3.946,00
			18 serviços de estacionamento de veículos	660,00
			19 manutenção e conservação de veículos	4.177,44
			20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	859,81
			43 serviços de energia elétrica	196,42
			44 serviços de agua e esgoto	78,02
			47 serviços de comunicação em geral	644,20
			50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	502,00
			58 serviços de telecomunicações	777,46
			61 serviços de socorro e salvamento	284,00
			63 serviços gráficos e editoriais	1.583,00
			66 serviços judiciários	57,00
			69 seguros em geral	891,97
			78 limpeza e conservação	1.335,00
			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	760,00
	99 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	160,00		
	Unidade Estadual do IBGE no Distrito Federal	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	17.659,14
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	35,50
			07 gêneros de alimentação	118,20
			11 material químico	440,41
			16 material de expediente	1.447,56
			17 material de processamento de dados	1.126,90
			19 material de acondicionamento e embalagem	260,00
			21 material de copa e cozinha	45,00
			22 material de limpeza e prod. de higienização	9,22
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	7.914,37
			25 material p/ manutenção de bens moveis	352,26
26 material elétrico e eletrônico			5.702,68	
27 material de manobra e patrulhamento			210,00	
28 material de proteção e segurança			535,50	
29 material p/ áudio, vídeo e foto			116,80	
30 material para comunicações			7,35	
39 material p/ manutenção de veículos			1.696,54	
42 ferramentas			597,89	
44 material de sinalização visual e outros		172,52		
339033 passagens e despesas com locomoção		05 locomoção urbana	405,00	
		08 pedágios	605,40	
339036 outros serviços de terceiros - pessoa física		22 manutenção e conservação de bens imóveis	876,40	
		35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	12.954,61	
339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica		16 manutenção e conservação de bens imóveis	1.840,00	
		17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	1.570,00	
		19 manutenção e conservação de veículos	1.238,85	
		39 encargos financeiros indedutíveis	70,00	
	47 serviços de comunicação em geral	256,45		
78 limpeza e conservação	310,00			

			95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	630,00
		339047 obrigações tributárias e contributivas	10 taxas	75,00
114631	Unidade Estadual do IBGE no Rio de Janeiro	339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos	1.574,40
			03 combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	44,79
			04 gás e outros materiais engarrafados	2.004,00
			07 gêneros de alimentação	2.415,28
			09 material farmacológico	237,47
			11 material químico	572,21
			16 material de expediente	1.523,45
			17 material de processamento de dados	512,00
			19 material de acondicionamento e embalagem	65,60
			21 material de copa e cozinha	672,02
			22 material de limpeza e prod. de higienização	359,75
			23 uniformes, tecidos e aviamentos	166,00
			24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	4.687,51
			25 material p/ manutenção de bens moveis	153,04
			26 material elétrico e eletrônico	5.388,73
			28 material de proteção e segurança	128,29
			36 material hospitalar	107,55
			39 material p/ manutenção de veículos	4.297,37
			42 ferramentas	116,35
			44 material de sinalização visual e outros	248,30
		59 material para divulgação	99,00	
		339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	4.725,84
			05 locomoção urbana	200,00
		339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	18 manutenção e conservação de equipamentos	240,00
			22 manutenção e conservação de bens imóveis	2.120,00
			25 serviços de limpeza e conservação	360,00
			35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	1.190,00
		339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	14 locação bens mov. out.naturezas e intangíveis	750,00
			16 manutenção e conservação de bens imóveis	400,00
			17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	750,00
			18 serviços de estacionamento de veículos	3.612,00
			19 manutenção e conservação de veículos	4.535,10
			20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	150,00
46 serviços domésticos	560,00			
58 serviços de telecomunicações	2.306,57			
66 serviços judiciários	187,57			
77 vigilância ostensiva/monitorada/rastreamento	300,00			
83 serviços de copias e reprodução de documentos	682,00			
114639	Unidade Estadual do IBGE em Tocantins		339030 material de consumo	01 combustíveis e lubrificantes automotivos
		04 gás e outros materiais engarrafados		267,00
		07 gêneros de alimentação		2.797,35

		10 material odontológico	450,00
		11 material químico	124,92
		16 material de expediente	5.457,84
		17 material de processamento de dados	1.305,00
		19 material de acondicionamento e embalagem	77,28
		21 material de copa e cozinha	1.926,13
		22 material de limpeza e prod. de higienização	4.478,80
		24 material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	326,98
		25 material p/ manutenção de bens moveis	165,00
		26 material elétrico e eletrônico	1.517,13
		28 material de proteção e segurança	210,56
		30 material para comunicações	36,41
		39 material p/ manutenção de veículos	1.975,40
		42 ferramentas	58,00
		44 material de sinalização visual e outros	401,50
	339033 passagens e despesas com locomoção	01 passagens para o país	8.207,72
		03 locação de meios de transporte	2.632,50
		05 locomoção urbana	30,50
		08 pedágios	762,50
	339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	07 estagiários	80,00
		18 manutenção e conservação de equipamentos	670,00
		20 manutenção e conservação de veículos	900,00
		21 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	6,00
		22 manutenção e conservação de bens imóveis	2.091,12
		25 serviços de limpeza e conservação	33.590,00
		30 serviços médicos e odontológicos	20,00
		35 serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	24.620,00
		39 fretes e transportes de encomendas	210,00
		43 encargos financeiros indedutíveis	4,26
		44 multas indedutíveis	9,38
	339039 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	09 armazenagem	12,00
		10 locação de imóveis	330,00
		16 manutenção e conservação de bens imóveis	696,25
		17 manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	1.095,00
		19 manutenção e conservação de veículos	4.980,00
		20 manutenção e conservação de equipamentos e bens móveis de outras naturezas	370,00
		47 serviços de comunicação em geral	174,28
		50 serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	141,00
		61 serviços de socorro e salvamento	300,00
		63 serviços gráficos e editoriais	132,40
		66 serviços judiciários	375,16
		78 limpeza e conservação	865,00
		83 serviços de copias e reprodução de documentos	85,05
		95 manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	2.620,00
		99 outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	120,00

Anexo 6 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística															
UG/Gestão: 114601															
Informações sobre Contratos															
Ano de Contratação	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação		
					Início	Fim	F		M		S				
				(CNPJ)			P	C	P	C	P	C			
2009	L	O	040/2009	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ: 68.565.530/0001-10	02/07/09	02/01/15		176							P
2009	V	O	060/2009	BEST VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. CNPJ: 05.234.289/0001-27	02/10/09	02/10/14		54							E
2009	L	O	006/2009	KLARE LTDA. CNPJ: 07.462.424/0001-17	15/06/09	15/06/14		01							E
2009	L	O	015/2009	MÁXIMA SERVIÇOS E OBRAS LTDA. CNPJ: 08.764.312/0001-83	16/03/09	25/03/14		11							E
2009	L	O	015/2009	MILLENIO SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 04.994.627/0001-66	24/09/09	20/02/14		06							E
2010	V	O	025/2010	ALPHA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. CNPJ: 03.108.004/0001-86	01/09/10	10/06/14		04							E
2010	L	O	024/2010	CONSERVADORA INTEGRAL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 09.434.186/0001-61	12/08/10	16/08/14		10							E
2010	V	O	013/2010	HAVAÍ VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. CNPJ: 08.578.865/0001-41	02/10/10	02/02/15		02							P
2010	L	O	054/2010	M&C CONSERVADORA E ADMINISTRADORA CNPJ: 07.709.197/0001-81	16/07/10	16/07/15		3							P
2010	L	O	015/2010	MEGA JI ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. CNPJ: 04.999.840/0001-60	24/05/10	24/05/15		11							P
2010	L	O	005/2010	THALI COMÉRCIO E SERVIÇO DE MATERIAL DE LIMPEZA LTDA. CNPJ: 07.545.455/0001-31	25/01/10	25/01/15		25							P
2011	L	O	008/2011	ALFA GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 07.123.889/0001-43	11/04/11	21/11/14		27							E

2011	L	O	003/2011	DISKLIMPEZA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 07.548.828/0001-28	07/04/11	06/04/15	05												P
2011	L	O	006/2011	L. G. SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA. CNPJ: 06.028.733/0001-10	05/12/11	04/12/15	05												P
2011	L	O	009/2011	MÁXIMA SERVIÇOS E OBRAS LTDA. CNPJ: 08.764.312/0001-83	11/04/11	11/04/15	33												P
2012	L	O	002/2012	ACCA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 14.268.627/0001-32	13/08/12	13/08/15	02												P
2012	L	O	004/2012	D&L SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP CNPJ: 09.172.237/0001-24	10/07/12	10/07/15	09												P
2012	L	O	001/2012	EMPRESA BRASILEIRA REUNIDAS - EMBRATER CNPJ: 05.965.136/0001-50	04/01/12	04/01/16	01												P
2012	L	O	035/2012	IRANEIDE S RODRIGUES - ME CNPJ: 84.038.678/0001-53	17/10/12	17/10/15	02												P
2012	L	O	007/2011	MARANATA PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 03.325.436/0001-49	01/01/12	01/01/15	02												P
2012	V	O	005/2012	SERVI-SAN VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES CNPJ: 12.066.015/0011-03	12/09/12	11/09/15	02												P
2012	L	O	002/2012	SILVIA HELENA FERNANDES JUCÁ - EPP CNPJ: 09.484.770/0001-21	01/05/12	01/05/15	02												P
2013	L	O	008/2013	AGÊNCIA BOLHA AZUL PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 05.579.604/0001-58	03/06/13	02/06/15	05												P
2013	L	O	002/2012	ALVORADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME CNPJ: 13.096.822/0001-60	01/08/13	01/08/14	02												E
2013	L	O	004/2013	APOLLO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA. - ME CNPJ: 72.201.379/0001- 09	27/03/13	27/03/15	06												P
2013	V	O	007/2013	ARSENAL - SEGURANÇA PRIVADA LTDA. CNPJ: 10.533.299/0001-01	04/03/13	04/03/15	08												P
2013	L	O	006/2013	ART SERVICE EMPREENDEMENTOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 00.544.298/0001-09	02/09/13	20/10/14	10												E

2013	L	O	005/2013	BRASFORT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 36.770.857/0001-38	01/07/13	30/06/15	17												P
2013	V	O	014/2013	CÓDIGO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. - ME CNPJ: 04.855.257/0001-86	01/08/13	01/08/18	01												P
2013	L	O	006/2013	CONFIANÇA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 04.829.840/0001-12	10/04/13	11/01/14	01												E
2013	L	O	004/2013	D&L SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP CNPJ: 09.172.237/0001-24	13/05/13	12/05/15	04												P
2013	L	O	006/2013	HEKINAH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. - EPP CNPJ: 03.761.180/0001-12	02/09/13	01/09/15	02												P
2013	L	O	002/2013	HIGICLEAN TECNOLOGIA EM HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA. - EPP CNPJ: 14.768.911/0001-78	29/04/13	29/04/15	02												P
2013	L	O	002/2013	MAHCRO SERVIÇOS DE LIMPEZA E COMÉRCIO EM GERAL LTDA. - ME CNPJ: 07.441.614/0001-58	11/03/13	11/03/15	04												P
2013	L	O	006/2013	PGA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - EPP CNPJ: 14.846.479/0001-96	22/11/13	22/11/15	01												P
2014	V	O	022/2014	ÁGUA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. CNPJ: 08.711.810/0001-68	09/12/14	09/12/15	04												A
2014	L	O	009/2014	ART SERVICE EMPREENDEIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 00.544.298/0001-09	03/12/14	03/12/15	10												A
2014	V	O	021/2014	BEST VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. CNPJ: 05.234.289/0001-27	03/10/14	02/10/15	54												A
2014	L	O	011/2014	CAPE INCORPORADORA DE SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 15.312.517/0001-93	18/08/14	17/08/15	10												A
2014	L	O	001/2014	CONFIANÇA TERCEIRIZAÇÃO LTDA. - EPP CNPJ: 12.916.218/0001-70	03/02/14	03/02/15	02												A
2014	L	O	008/2014	GAMA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL LTDA. - EPP CNPJ: 19.609.199/0001-88	16/06/14	16/06/15	02												A
2014	V	O	010/2014	GOL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. CNPJ: 04.809.629/0001-38	11/06/14	07/12/14	04												E

2014	L	O	004/2014	HIGICLEAN TECNOLOGIA EM HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA. - EPP CNPJ: 14.768.911/0001-78	19/05/14	19/05/15	06													A
2014	L	O	007/2014	MÁXIMA SERVIÇOS E OBRAS LTDA. CNPJ: 08.764.312/0001-83	26/03/14	25/03/15	11													A
2014	L	O	031/2014	MÁXIMA SERVIÇOS E OBRAS LTDA. CNPJ: 08.764.312/0001-83	13/10/14	13/10/15	31													A
2014	L	O	001/2014	SURICATE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS CNPJ: 08.055.277/0001-23	27/01/14	27/01/15	04													A

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) ENCErrado.

Fonte: Coordenação de Recursos Materiais da Diretoria Executiva do IBGE.

Anexo 7 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante																		
Nome: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA																		
UG/Gestão: 114601						CNPJ:33787094/ 0001-40												
Informações sobre Contratos																		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação					
					Início	Fim	F		M		S							
							P	C	P	C	P	C						
2009	MOTORISTA	O	001/2009	INTERATIVA DEDETIZAÇÃO HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA. CNPJ: 05.058.935/0001-42	12/01/09	11/01/14		02										E
2009	PORTARIA	O	004/2009	ART SERVICE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 00.544.298/0001-09	21/07/09	20/10/14		04										E
2009	PORTARIA	O	003/2009	FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS LTDA. CNPJ: 06.234.467/0001-82	13/05/09	01/01/14		02										E
2009	PORTARIA	O	015/2009	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 79.283.065/0003-03	05/08/09	04/08/14		03										E
2010	ÁUDIO/VÍDEO	O	132/2010	DIGNA SERVIÇOS AUXILIARES LTDA. - ME CNPJ: 08.380.194/0001-00	18/11/10	17/11/14							04					E
2010	MANOBRISTA	O	065/2010	DIGNA SERVIÇOS AUXILIARES LTDA. - ME CNPJ: 08.380.194/0001-00	21/07/10	20/07/14							02					E
2010	PORTARIA	O	014/2010	EMPRESA DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DALU LTDA. CNPJ: 01.569.755/0001-74	01/07/10	30/04/14		03										E
2010	REPROGRAFIA	O	131/2010	DIGNA SERVIÇOS AUXILIARES LTDA. - ME CNPJ: 08.380.194/0001-00	17/11/10	17/11/13		02										E
2011	COPEIRAGEM	O	003/2011	UNIÃO SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ: 00.636.712/0001-00	01/02/11	31/01/15		03										P
2011	MOTORISTA	O	008/2011	BRASUL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA. - EPP CNPJ: 06.959.859/0001-09	01/09/11	31/08/14		05										E
2011	MOTORISTA	O	017/2011	GUIPESERVICE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA. CNPJ: 09.310.539/0001-11	28/11/11	28/11/14		02										E
2011	PORTARIA	O	003/2011	SILVIA HELENA FERNANDES JUCÁ - EPP CNPJ: 09.484.770/0001-21	09/07/11	09/07/15		04										P
2011	RECEPÇÃO	O	003/2011	ABRA RIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. CNPJ: 05.231.661/0001-41	16/02/11	16/02/15		01										P

2011	RECEPÇÃO	O	002/2011	AC SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA. CNPJ: 66.059.510/0001-42	03/01/11	03/01/15	02												P
2011	RECEPÇÃO	O	057/2011	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ: 68.565.530/0001-10	15/08/11	14/08/15					10								P
2011	RECEPÇÃO	O	003/2012	TAC MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 07.951.388/0001-55	02/01/11	03/01/15	02												P
2011	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO	O	080/2011	TGWX RECURSOS HUMANOS LTDA. CNPJ: 13.134.882/0001-20	22/11/11	21/11/15	05												P
2011	TELEFONISTA	O	004/2011	ABRA RIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. CNPJ: 05.231.661/0001-41	04/01/11	03/01/16					06								P
2011	TELEFONISTA	O	004/2011	LATUF GOMES SERVIÇOS LTDA. - ME CNPJ: 09.069.299/0001-05	16/11/11	16/11/15	02												P
2012	AUXILIAR BIBLIOTECA	O	021/2012	DIGITAL BOARDS PESQUISA E AUDIOVISUAL LTDA. EPP CNPJ: 10.446.137/0001-28	01/06/12	31/05/15					03								P
2012	CARGA E DESCARGA	O	009/2012	ALLIANCE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA. - ME CNPJ: 11.023.253/0001-05	20/06/12	20/06/14	02												E
2012	COPEIRAGEM	O	015/2012	RIO GREEN SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 12.272.927/0001-60	05/05/12	04/05/15	11												P
2012	GOVERNANÇA	O	016/2012	ÁLAMO ENGENHARIA S/A CNPJ: 34.125.294/0001-08	05/05/12	04/05/15	04	02											P
2012	MANUTENÇÃO PREDIAL	O	047/2012	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ: 68.565.530/0001-10	11/12/12	10/12/15					01								P
2012	MANUTENÇÃO PREDIAL	O	045/2012	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ: 68.565.530/0001-10	11/12/12	10/12/15					03								P
2012	MANUTENÇÃO PREDIAL	O	044/2012	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ: 68.565.530/0001-10	11/12/12	10/12/15					11								P
2012	MANUTENÇÃO PREDIAL	O	046/2012	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ: 68.565.530/0001-10	11/12/12	10/12/15	01												P
2012	MANUTENÇÃO PREDIAL	O	042/2012	SERTA SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA. CNPJ: 01.548.339/0001-90	19/11/12	19/11/14	02												E
2012	MOTORISTA	O	017/2012	A3 - GESTÃO DE PESSOAS LTDA. CNPJ: 14.010.744/0001-00	26/11/12	26/11/15	06												P
2012	MOTORISTA	O	009/2012	PLATAFORMA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 02.738.552/0001-27	03/12/12	03/12/14	10												P

2012	PORTARIA	O	008/2011	CSC TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS - ME CNPJ: 07.633.003/0001-01	03/08/12	03/08/15	10												P
2012	PORTARIA	O	004/2012	IVAN OLIVEIRA DE CARVALHO - ME CNPJ: 84.580.141/0001-10	01/11/12	31/10/15	02												P
2012	PORTARIA	O	008/2012	LUNIC LTDA. - EPP CNPJ: 05.393.490/0001-57	02/11/12	31/03/14	08												E
2012	PORTARIA	O	001/2012	RIO FORT LTDA. CNPJ: 05.206.485/0001-98	27/02/12	27/02/15	04												P
2012	PORTARIA	O	003/2012	TAC MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 07.951.388/0001-55	02/01/12	03/01/15	04												P
2012	PORTARIA	O	002/2012	TOPSERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI - EPP CNPJ: 05.333.566/0001- 59	01/06/12	01/06/15	05												P
2012	PORTARIA	O	002/2012	ZARCONI - CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA. CNPJ: 01.757.138/0001-00	02/04/12	01/04/14	04												E
2012	RECEPÇÃO	O	027/2012	MEGASUL - GESTÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. CNPJ: 13.334.498/0001-70	17/12/12	16/12/15	01												P
2012	REPROGRAFIA	O	008/2012	TOPSERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI - EPP CNPJ: 05.333.566/0001- 59	26/12/12	26/12/15	01												P
2012	SECRETARIADO	O	009/2012	ADVENTURE TECNOLOGIA E SOLUÇÕES CORPORATIVAS CNPJ: 05.621.208/0001-41	24/03/12	23/06/14											16		E
2012	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO	O	035/2012	FW/BRASIL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ: 07.581.273/0001-16	02/10/12	01/10/14								04					E
2012	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO	O	007/2012	PONTUAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. CNPJ: 02.780.863/0001-54	01/06/12	31/05/15	09												P
2013	ASCENSORISTA	O	035/2013	GMC SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA. - ME CNPJ: 17.633.418/0001-39	31/08/13	30/08/15	04												P
2013	GOVERNANÇA	O	039/2013	PHOENIX TELECOMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ: 35.868.918/0001-31	12/09/13	11/09/15							04		01				P
2013	MANUTENÇÃO PREDIAL	O	003/2013	CWF INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - ME CNPJ: 10.632.953/0001-26	15/05/13	24/02/15	02												P
2013	MANUTENÇÃO PREDIAL	O	007/2013	GAESAN ENGENHARIA E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA. EPP CNPJ: 09.438.067/0001-87	03/05/13	03/05/18	02												P
2013	MANUTENÇÃO PREDIAL	O	003/2012	LABORAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - ME CNPJ: 09.628.278/0001-82	02/01/13	02/01/15	01												P

2013	MOTOBOY	O	027/2013	MISCELLANY PRETTY HOUSE SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA. - ME CNPJ: 02.558.535/0001-08	19/07/13	18/07/14	04												E
2013	MOTORISTA	O	005/2013	AKKYLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME CNPJ: 14.601.896/0001-79	20/09/13	20/09/15	03												P
2013	MOTORISTA	O	010/2013	BAHIA SERVIÇOS LTDA. - EPP CNPJ: 09.144.947/0001-40	02/09/13	02/09/14	06												E
2013	MOTORISTA	O	041/2013	DEFENDER CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA. - ME CNPJ: 09.370.244/0001-30	23/09/13	22/09/15					29								P
2013	MOTORISTA	O	021/2013	PERPHIL SERVIÇOS ESPECIAIS E MONITORAMENTO ELETRÔNICO LTDA. CNPJ: 04.712.320/0001-25	24/07/13	24/07/15	16												P
2013	MOTORISTA	O	001/2011	VIASERV TERCEIRIZAÇÃO LTDA. CNPJ: 41.102.641/0001-34	02/05/13	02/05/15	07												P
2013	PORTARIA	O	003/2012	DISTRIBUIDORA FLORESTA E SERVIÇOS LTDA. - EPP CNPJ: 34.925.479/0001-99	03/12/13	03/12/15	02												P
2013	PORTARIA	O	011/2013	RIO GREEN SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 12.272.927/0001-60	01/03/13	28/02/15	34												P
2013	RECEPÇÃO	O	001/2013	AKKYLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME CNPJ: 14.601.896/0001-79	15/01/13	15/01/15	02												P
2013	RECEPÇÃO	O	009/2013	CLASSE A ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. - ME CNPJ: 14.241.107/0001-36	04/02/13	31/08/14	03												E
2013	RECEPÇÃO	O	005/2013	D&L SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP CNPJ: 09.172.237/0001- 24	19/06/13	18/06/15	02												P
2013	RECEPÇÃO	O	001/2013	PERFIL HELO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. - ME CNPJ: 07.487.633/0001-15	14/08/13	14/08/15	04												P
2013	RECEPÇÃO	O	003/2013	SALMOS COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. - EPP CNPJ: 06.982.630/0001- 95	07/05/13	07/05/15	01												P
2013	RECEPÇÃO	O	010/2013	SERVICON SERVIÇO E CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 11.661.499/0001-02	03/09/13	03/09/15	02												P
2013	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO	O	023/2013	ASERV ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA. - EPP CNPJ: 10.546.329/0001-06	02/07/13	01/07/14					04								E
2013	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO	O	008/2013	TECNOLIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. CNPJ: 14.983.004/0001-41	20/06/13	20/06/15	01												P
2014	ÁUDIO/VÍDEO	E	025/2014	ÁTRIO-RIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 07.046.566/0001-01	09/10/14	08/01/15					05								A

2014	CALL CENTER	O	014/2012	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ: 68.565.530/0001-10	16/09/14	16/09/15	10										A
2014	MANOBRISTA	O	020/2014	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ: 68.565.530/0001-10	02/10/14	01/10/15					02						A
2014	MOTORISTA	O	009/2014	BELLA MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. CNPJ: 09.911.986/0001-26	05/11/14	04/11/15	04										A
2014	MOTORISTA	O	001/2014	GVP CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA. - ME CNPJ: 04.356.735/0001-03	03/02/14	02/02/15	02										A
2014	MOTORISTA	O	005/2014	IMASTER SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA. - ME CNPJ: 19.048.341/0001-65	01/09/14	30/09/15	05										A
2014	PORTARIA	O	014/2014	APOLLO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA. - ME CNPJ: 72.201.379/0001-09	06/10/14	06/10/19	03										A
2014	PORTARIA	O	008/2014	ART SERVICE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 00.544.298/0001-09	21/10/14	20/10/15	04										A
2014	PORTARIA	O	003/2014	DFOX SERVIÇOS E CONSERVAÇÃO LTDA. CNPJ: 01.321.743/0001-26	25/04/14	24/04/15	04										A
2014	PORTARIA	O	006/2014	GRADUADA TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 11.390.583/0001-20	02/04/14	02/04/15	04										A
2014	PORTARIA	O	007/2014	KLARE LTDA. CNPJ: 07.462.424/0001-17	14/05/14	14/05/15	02										A
2014	PORTARIA	O	003/2014	MEGA JJ ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. CNPJ: 04.999.840/0001-60	02/01/14	02/04/14	04										E
2014	PORTARIA	O	001/2014	PARAÍSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 02.589.131/0001-81	01/05/14	30/04/15	04										A
2014	PORTARIA	O	008/2014	SERVICES TERCEIRIZAÇÕES LTDA. CNPJ: 26.645.879/0001-12	02/05/14	01/05/15	06										A
2014	RECEPÇÃO	O	029/2014	CAPE INCORPORADORA DE SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 15.312.517/0001-93	22/09/14	27/11/14	03										E
2014	RECEPÇÃO	O	021/2014	LAPAC SERVIÇOS LTDA. - ME CNPJ: 11.146.580/0001-46	01/12/14	30/11/15	03										A
2014	RECEPÇÃO	O	006/2014	SUPPORT LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA. ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. - ME CNPJ: 11.317.783/0001-58	01/04/14	31/03/15	02										A
2014	REPROGRAFIA	E	024/2014	ÁTRIO-RIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 07.046.566/0001-01	09/10/14	08/01/15	02										A

2014	SECRETARIADO	O	019/2014	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ: 68.565.530/0001-10	20/09/14	19/09/15							28	A
2014	SECRETARIADO	E	011/2014	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ: 68.565.530/0001-10	24/06/14	21/09/14							28	E
2014	SECRETARIADO ESCOLAR	O	012/2014	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ: 68.565.530/0001-10	09/07/14	08/07/15					05			A
2014	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO	O	030/2014	ÁTRIO-RIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 07.046.566/0001-01	11/11/14	10/11/15					04			A
2014	SERVIÇOS GERAIS DE APOIO	O	007/2014	SOLUÇÃO SERVIÇOS COMBINADOS LTDA. CNPJ: 19.156.943/0001-36	06/08/14	05/08/15	02							A
2014	SERVIÇOS MÉDICOS	O	028/2014	SANSIM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. CNPJ: 73.887.424/0004-36	03/11/14	02/04/15							02	A

LEGENDA

Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de Bens Móveis; 9. Manutenção de Bens Imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) ENCErrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Recursos Materiais da Diretoria Executiva do IBGE.

Anexo 8 – Conclusões contidas no relatório da auditoria independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores da

SIAS – SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE

Examinamos as demonstrações contábeis da SIAS – Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações da mutação do ativo líquido (por plano e consolidado), demonstração do ativo líquido por plano de benefícios, demonstração do plano de gestão administrativa (por plano e consolidado) e demonstrações das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraudes ou erros.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraudes ou erros. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SIAS – Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Ênfase:

Sobre a contabilização do ativo contingente relativo às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND.

A entidade registrou no exercício de 2010, o montante R\$ 35.791 mil, referente ao ativo contingente relacionado com as OFND, considerando que a decisão já havia sido transitada em julgado, e que para fins de determinação do valor a que cada entidade teria direito, a ABRAPP ter contratado consultoria especializada que emitiu laudo técnico e parecer. As demonstrações foram por nós auditadas e o respectivo parecer, emitido em 16 de março de 2011, não apresentava ressalva.

Em obediência a determinação da PREVIC através do Ofício nº 4706/2011/CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011, a entidade efetuou a reversão desse registro no balanço de 2011, em função de questionamentos relativos principalmente ao montante da causa. O registro da reversão ocorreu nas contas “investimentos/Outros realizáveis” no ativo e “outras deduções/variações negativas” no resultado do exercício, conforme descrito em nota 8, e), OFND.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2015.

Auditasse Auditores Independentes
CRC- RJ nº 237


Jorge Domingues
Contador CRC-RJ nº 020.628-6

Aos diretores da
SIAS - Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade
Rua do Carmo, 11 - 6º andar - Centro
20.011-020 - Rio de Janeiro - RJ

Ref.: Auditoria na gestão de recursos

Prezados Senhores,

Em conexão com a revisão especial das demonstrações contábeis da SIAS - SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE, do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria, complementada por procedimentos adicionais específicos, procedemos à revisão do cumprimento das normas regulamentares estabelecidas pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável, e quanto à pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle de seus investimentos adotados pela entidade para atendimento da mencionada Resolução. Esse processo compreendeu a obtenção de informações diretamente da administração da entidade e a inspeção, com base em testes, de documentação comprobatória ou outras evidências. Os procedimentos adicionais aplicados não representam um estudo específico para avaliar a eficácia do sistema de controle interno e não têm o propósito de expressar opinião se as informações fornecidas pela administração asseguram um efetivo controle interno da entidade.

A responsabilidade pela implantação do sistema de controle interno é da administração da entidade, conforme estabelecido na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN. Conseqüentemente, o presente relatório se restringe às informações obtidas durante o processo de revisão mencionado anteriormente; assim, revisões específicas e mais amplas poderão eventualmente revelar outras informações, além daquelas descritas neste relatório.

Os procedimentos executados foram considerados como parte de nosso estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, com o objetivo de fornecer subsídios para determinação da natureza, oportunidade e extensão dos testes de auditoria aplicados em conexão com o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

No decorrer de nossos trabalhos, efetuados com base em testes, não identificamos descumprimentos de procedimentos técnicos, operacionais e de controle de seus investimentos estabelecido pela referida Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Os nossos comentários referem-se à situação da entidade quando de nossas indagações e nossos testes. Não foram consideradas eventuais modificações porventura ocorridas após a finalização de nossos trabalhos.



O sumário dos procedimentos adotados e os respectivos resultados são os seguintes:

1. Gestão dos Recursos Garantidores

Com base na documentação examinada, constatamos que a entidade está cumprindo as diretrizes da política de investimentos e normativos da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN na gestão de seus recursos.

2. Enquadramento das Aplicações

Verificamos que a entidade está observando os limites das aplicações de recursos dos planos de benefícios administrados pela entidade, de acordo com as determinações da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN e com o estabelecido na Política de Investimentos de 2013 a 2017, aprovada pelo seu Conselho Deliberativo.

3. Comunicação com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)

Verificamos, com base nos respectivos protocolos, o cumprimento dos prazos estabelecidos pela Instrução PREVIC nº 02, de 18 de maio de 2010, para o envio dos demonstrativos de investimentos dos planos previdenciais à *Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)*.

4. Controles individualizados por carteira utilizados na gestão de recursos

Efetuamos indagações e examinamos os controles, constatando que a entidade efetua mensalmente a reconciliação dos extratos das aplicações financeiras com seus controles individualizados, contatando a instituição custodiante na eventualidade de serem observadas divergências decorrentes da movimentação das posições mensais e dos saldos apurados.

5. Comunicação aos participantes e assistidos

O procedimento adotado pela administração da entidade para a comunicação com os participantes e assistidos tem sido a divulgação através de seu site na internet e envio de relatórios trimestrais.

6. Encargos financeiros nas operações de empréstimos a participantes

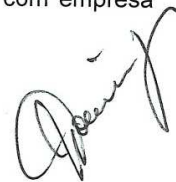
Através de indagações e exame dos contratos de empréstimos a participantes, constatamos que os índices utilizados não são inferiores à variação do INPC e à rentabilidade mínima estabelecida nos respectivos planos atuariais.

7. Atividades de custódia dos títulos e valores mobiliários

Através de indagações e análise da documentação pertinente, constatamos que as aplicações financeiras da entidade são custodiadas no Banco Itaú S.A. e que os extratos fornecidos pela referida instituição são regularmente reconciliados pela entidade.

8. Gerenciamento de riscos associados às atividades da entidade

Através de indagações e análise da documentação pertinente, concluímos que os procedimentos e controles sobre essas atividades são adequados e que a entidade mantém contrato com empresa especializada em estudo de avaliação de riscos.



9. Administração de recursos

Constatamos que a administração dos recursos é feita pela própria entidade, sendo parte em aplicações variadas e parte em fundos de investimentos. As decisões sobre a melhor política de direcionamento dos investimentos, com o objetivo de obter maior segurança, liquidez, rentabilidade e transparência, são tomadas pelo Comitê de Investimentos, que foi instituído em 2004.

Este relatório é para uso exclusivo da administração da SIAS - Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade e da PREVIC.

Atenciosamente,

Audítasse Auditores Independentes
CRC- RJ nº 237


Jorge Domingues
Contador CRC-RJ nº 020/628-6

Anexo 9 – Conclusões do último estudo atuarial

1. Parecer atuarial do Plano CLT

Ativo do Plano

Com base nos valores contabilizados no Balanço do Plano relativo ao exercício de 2014, apuramos o Patrimônio garantidor dos compromissos do plano conforme indicado a seguir:

Ativo Bruto	R\$ 54.568.401,20
Exigível Operacional	R\$ 98.905,67
Exigível Contingencial	R\$ 23.767,13
Fundos, exceto Previdencial	R\$ 5.364.930,73
Ativo Líquido dos Exigíveis	R\$ 49.080.797,67

Esclarecemos que não efetuamos qualquer análise sobre os valores contabilizados, os quais foram precificados sob inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e que estamos considerando que tais valores refletem a realidade.

Situação do Plano no encerramento do exercício

Comparando o valor do total das Provisões Matemáticas/Fundos Previdenciais com o valor do Ativo Líquido dos Exigíveis, constatamos que o Plano está deficitário em 1,97% do valor da Provisão Matemática.



Considerações finais

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 2/2014.

Considerando o percentual do déficit em relação ao valor das Provisões Matemáticas e a legislação vigente, o Patrocinador optou pela manutenção do plano de custeio.

O plano de custeio tem vigência em 01/04/2015.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Christiano Telles Silveira
Atuário MIBA 946

2. Parecer atuarial do Plano RJU

Ativo do Plano

Com base nos valores contabilizados no Balanço do Plano relativo ao exercício de 2014, apuramos o Patrimônio garantidor dos compromissos do plano conforme indicado a seguir:

Ativo Bruto	R\$ 63.050.149,72
Exigível Operacional	R\$ 52.684,10
Exigível Contingencial	R\$ 224.663,64
Fundos, exceto Previdencial	R\$ 7.028.016,80
Ativo Líquido dos Exigíveis	R\$ 55.744.785,18



Esclarecemos que não efetuamos qualquer análise sobre os valores contabilizados, os quais foram precificados sob inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e que estamos considerando que tais valores refletem a realidade.

Situação do Plano no encerramento do exercício

Comparando o valor do total das Provisões Matemáticas/Fundos Previdenciais com o valor do Ativo Líquido dos Exigíveis, constatamos que o Plano está deficitário em 25,28% das Provisões Matemáticas.

Para equacionamento do déficit, recomendamos que seja estudado o ajuste a ser acrescentado ou deduzido do patrimônio do Plano para que durante o exercício de 2015, conforme dispõe a legislação vigente, seja aprovado o plano de equacionamento do déficit.

Considerações finais

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 2/2014.

O plano de custeio tem vigência em 01/04/2015.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Cristiano Telles Silveira
Atuário MIBA 946

Anexo 10 – Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
	Exercício 2014	Exercício 2013
UF - ACRE	1	1
Rio Branco	1	1
UF - ALAGOAS	1	1
Maceió	1	1
UF - AMAZONAS	1	1
Manaus	1	1
UF - BAHIA	4	4
Paulo Afonso	1	1
Salvador	1	1
São Francisco do conde	1	1
Valença	1	1
UF - CEARA	7	7
Crato	1	1
Fortaleza	3	3
Itapagé	1	1
Jaguaribe	1	1
Itapipoca	1	1
UF - DISTRITO FEDERAL	2	2
Brasília	2	2
UF - GOIÁS	1	1
Goiânia	1	1
UF - MARANHÃO	6	6
Chapadinha	1	1
Itapecuru Mirim	1	1
São Luis	4	4
UF - MINAS GERAIS	4	4
Belo Horizonte	2	2
Governador Valadares	1	1
Uberlândia	1	1
UF - MATO GROSSO	3	3
Barra do Bugre	1	1
Nortelândia	1	1
Poxoréo	1	1
UF - MATO GROSSO DO SUL	1	1
Campo Grande	1	1
UF - PARÁ	2	2
Belém	1	1
Almeirim	1	1
UF - PERNAMBUCO	2	2
Recife	2	2
UF - PIAUÍ	1	1
Teresina	1	1
UF - PARANÁ	1	1
Curitiba	1	1
UF - RIO DE JANEIRO	16	16
Rio de Janeiro	16	16
UF - RIO GRANDE DO NORTE	1	1
Natal	1	1
UF - RONDONIA	1	1
Porto Velho	1	1
UF - Roraima	1	1
Boa Vista	1	1
UF - RIO GRANDE DO SUL	1	1

Porto Alegre	1	1
UF - SANTA CATARINA	1	1
Florianópolis	1	1
UF - SÃO PAULO	4	4
São Paulo	1	1
Registro	1	1
Ribeirão Preto	1	1
Pirajú	1	1
UF - SERGIPE	1	1
Aracajú	1	1
UF - TOCANTINS	3	3
Araguaina	1	1
Palmas	1	1
Tocantinópolis	1	1
Total	66	*66

Fonte: Spiunet, fev/2015

Anexo 11 – Distribuição de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel (R\$ 1,00)			Despesas no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliação	Observação	Com Reformas	Com Manutenção
OCUPADOS									
114601	6001.01850.500-8	21	3	13.087,72	10/12/2014	10.712.298,67		1.001.761,90	
114601	6001.01873.500-3	21	3	402.014,37	10/12/2014	18.050.000,22		1.958.163,95	
114601	6001.01957.500-0	21	3	8.463,39	10/12/2014	8.336.539,34		577.221,42	
114601	6001.01958.500-5	21	3	2.657.246,65	10/12/2014	3.539.543,82			
114601	6001.02411.500-3	21	3	2.608,56	10/12/2014	1.661.705,31			
114601	6001.02546.500-8	21	3	2.608,56	10/12/2014	215.624,71			
114601	6001.02639.500-3	21	3	7.378,93	10/12/2014	80.850.000,00			1.510.549,99
114601	6001.02644.500-0	21	3	58.733,63	10/12/2014	365.469,84			
114601	6001.03056.500-7	21	3	83.652,50	10/12/2014	243.484,98			
114601	6001.03060.500-9	21	3	83.652,50	10/12/2014	243.484,98			
114601	6001.04239.500-4	21	3	11.136.000,00	10/12/2014	40.378.752,37		148.878,57	267.602,80
114601	6001.04241.500-5	21	3	100.000,00	10/12/2014	239.661,63			
114601	6001.04243.500-6	21	3	100.000,00	10/12/2014	239.661,63			
114601	6001.04245.500-7	21	3	91.000,00	10/12/2014	239.661,63			
114603	0139.00278.500-7	21	3	1.393.301,30	07/03/2014	1.471.162,56			8.272,66
114604	0255.00585.500-4	8	6	698,11	11/12/2012	307.886,94			
114605	0301.00105.500-0	21	3	2.181,29	21/12/2011	494.036,37			5858,91
114606	0409.00019.500-5	21	3	1.428,35	03/10/2012	19.401,52			
114606	0427.00683.500-4	21	3	3.926,32	02/10/2012	910.444,39		1.783.770,19	
114606	0483.00193.500-1	3	3	0,00	03/10/2012	80.075,64			
114606	0501.00020.500-1	3	3	0,00	03/10/2012	51.981,03			
114608	0761.00007.500-7	21	3	35.358,30	11/08/2000	35.358,30			
114608	0921.00543.500-5	21	3	225.991,53	13/12/2012	514.523,10			3.500,00
114608	0921.00544.500-0	21	3	103.823,87	13/12/2012	408.544,56			
114608	0921.00545.500-6	21	3	27.787,02	13/12/2012	33.452,77			
114609	1219.00174500-9	21	3	547.552,03	22/12/2014	1.238.356,01			9.708,29
114610	1349.00006.500-2	21	3	19.193,27	30/04/2014	21.028,00			
114610	1373.000013.500-3	21	3	66.738,75	30/04/2014	82.441,13			
114610	1385.00030.500-0	21	3	103.927,60	30/04/2014	109.379,02			
114610	1389.00525.500-3	21	3	380.781,36	28/04/2014	715.615,73			88.859,58
114610	1389.00526.500-9	21	3	266.793,95	29/04/2014	266.795,95			
114610	1389.00527.500-4	21	3	933.720,00	29/04/2014	948.545,00			
114610	1427.00012.500-0	21	3	15.880,80	30/04/2014	25.401,63			
114610	1439.00042.500-8	21	3	33.745,16	30/04/2014	45.547,41			
114612	1761.00322.500-5	21	3	48.084,48	16/09/2014	635.467,79			
114612	1759.00058.500-9	3	3	0,00	14/11/2013	398.519,79			
114612	1761.00325.500-1	3	3	0,00	01/12/2014	746.162,77			
114613	2051.00159.500-3	21	3	724.159,02	13/04/2011	778.656,27			3.350,00
114614	2531.00606.500-0	8	6	63.485,09	01/11/2012	839.668,55			
114614	2531.00625.500-3	3	3	0,00	24/10/2012	214.203,64			
114614	2531.00479.500-0	3	3	3.299.912,53	31/10/2014	3.299.912,53			
114616	3127.00007.500-5	8	6	253.571,99	27/12/2000	253.571,99			

114617	3781.00051.500-8	21	3	4.558,27	10/10/2014	660.000,00			
114617	3849.00532.500-5	21	3	319.870,99	10/10/2014	3.300.000,00			6.039,44
114617	3883.00002.500-3	21	3	261,75	10/10/2014	594.000,00			
114617	3957.00015.500-1	3	3	0,00	10/10/2014	283.645,46			
114618	4123.00230.500-0	21	3	0,00	04/12/2013	10.516.402,11			1.230,00
114618	4123.00231.500-6	21	3	32.921,10	04/12/2013	1.245.067,71			
114619	5629.00042.500-5	3	3	298.433,61	22/08/2000	298.433,61			
114620	9037.00008.500-4	7	3	2.213,06	22/10/2012	46.848,04			
114620	9051.00174.500-3	3	3	0,00	19/10/2012	16.000,00			
114620	9051.00209.500-2	3	3	0,00	19/12/2012	232.445,48			
114620	9051.00217.500-6	3	3	0,00	19/10/2013	186.431,86			
114620	9051.00251.500-1	21	3	164.397,96	25/03/2011	885.782,84		633.347,97	
114622	6761.00005.500-9	3	3	142.445,04	17/02/2014	173.419,21			
114622	6771.00003.500-5	3	3	30.395,61	14/02/2014	36.288,82			
114622	6953.00011.500-3	3	3	86.563,29	14/02/2014	86563,29			
114622	6969.00037.500-1	3	3	148.246,30	14/02/2014	235.517,31			
114622	7107.00502.500-3	21	3	12.568.533,08	17/02/2014	13.165.433,08			
114622	7097.00030.500-7	3	3	0,00	08/06/2012	110.984,23			
114623	7535.00239.500-5	8	6	842.130,23	21/02/2014	1.792.202,43			
114624	8047.00029.500-0	3	3	28.000,00	17/06/2003	28.000,00			
114624	8105.00234.500-6	21	3	880.053,58	04/12/2012	1.312.642,53			4.470,93
114625	8585.00007.500-5	3	3	128.326,05	10/05/2007	142.826,05			
114625	8801.00512.500-9	21	3	2.111.778,00	26/12/2000	3.070.789,00			
114626	9033.00024.500-9	21	3	27.893,51	19/09/2012	56.950,20			
114626	9067.00201.500-5	3	3	823.214,99	05/10/2012	1.378.556,66			
114626	9119.00006.500-1	21	3	50.383,09	19/09/2012	63.674,19			
114626	9139.00021.500-8	21	3	0,00	28/09/2012	23.641,39			
114627	9373.00303.500-3	3	3	1.637.572,92	02/12/2013	2.790.806,50			
114627	9373.00396.500-0	21	3	884.233,47	30/11/2014	1.134.498,97			48.338,50
114629	9701.17741.500-4	21	3	305.999,25	26/12/2000	305.999,25			17.999,00
114629	9701.17707.500-9	21	3	9.182.678,42	26/12/2000	9.182.678,42			
114629	0003.003456.500-3	21	3	194.249,00	26/12/2010	194.249,00			
114631	5865.00123.500-4	21	3	11.614,89	22/12/2014	11.614,89			
114631	6001.01955.500-9	21	3	1.739.526,63	22/12/2014	10.130.000,21			
114631	6001.02547.500-3	21	3	520.907,80	22/05/2013	1.157.352,76			
114639	9241.00018.500-0	21	3	154.700,85	16/03/2011	154.700,85			
114639	9621.00011.500-2	3	3	8.372,44	26/12/2000	8.372,44			
114639	9621.00020.500-1	21	3	20.000,00	26/03/2003	20.000,00			
114639	9733.00058.500-9	21	3	68.870,08	26/12/2000	68.870,08			
114608	0921.00546.500-1	12	5	141.960,00	11/08/2000	141.960,00			
114615	2785.00220.500-3	12	5	261.221,04	15/10/2012	490.030,44			

Fonte: Spiunet – fev/2015

Anexo 12 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros	
	Exercício 2014	Exercício 2013
UF - ACRE	2	2
Cruzeiro do Sul	1	1
Tarauacá	1	1
UF - ALAGOAS	5	4
Palmeira dos Índios	1	1
Maceio	2	1
Penedo	1	1
São Miguel dos Campos	1	1
UF - AMAZONAS	2	2
Itacoatiara	1	1
Manaus	1	1
UF - AMAPÁ	1	1
Macapá	1	1
UF - BAHIA	32	31
Alagoinhas	1	1
Bom Jesus da Lapa	1	1
Caetite	1	1
Camaçari	1	1
Cipó	1	1
Conceição de Coité	1	1
Esplanada	1	1
Eunápolis	1	1
Feira de Santana	1	1
Guanambi	1	1
Ilhéus	1	1
Ipiaú	1	1
Ipira	1	1
Itaberaba	1	1
Itapetinga	1	1
Jacobina	1	1
Jaguaquara	1	1
Jequié	1	0
Jeremoabo	1	1
Juazeiro	1	1
Remanso	1	1
Riachão do Jacuipe	1	1
Ribeira do Pombal	1	1
Salvador	1	1
Santa Maria da Vitória	1	1
Santo Amaro	1	1
Santo Antônio de Jesus	1	1
Seabra	1	1
Senhor do Bonfim	1	1
Serrinha	1	1
Teixeira de Freitas	1	1
Vitória da Conquista	1	1
UF - CEARÁ	6	6
Crateús	1	1

Iguatu	1	1
Sobral	1	1
Juazeiro do Norte	1	1
Quixadá	1	1
Tiangua	1	1
UF – DISTRITO FEDERAL	3	3
Brasília	3	3
UF – ESPIRITO SANTO	8	8
Cachoeiro de Itapemerim	1	1
Guarapari	1	1
Cariacica	1	1
São Mateus	1	1
Vila Velha	1	1
Vitória	3	3
UF – GOIÁS	17	16
Anápolis	1	1
Aparecida de Goiânia	2	1
Ceres	1	1
Formosa	1	1
Goiânia	1	1
Inhumas	1	1
Iporá	1	1
Itumbiara	1	1
Jaragua	1	1
Jataí	1	1
Luziania	1	1
Morrinhos	1	1
Porangatu	1	1
Posse	1	1
Rio Verde	1	1
Uruaçu	1	1
UF - MARANHÃO	13	11
Bacabal	1	1
Balsas	1	1
Caxias	1	1
Grajaú	1	1
Imperatriz	1	1
Pedreiras	1	1
Pinheiro	1	1
Presidente Dutra	1	1
Santa Inês	1	1
São João dos Patos	1	0
São Luis	1	0
Timon	1	1
Viana	1	1
UF – MINAS GERAIS	40	40
Além Paraíba	1	1
Barbacena	1	1
Belo Horizonte	0	1
BH Norte	1	0
Bom Despacho	1	1
Carangola	1	1

Caratinga	1	1
Caxambú	1	1
Conselheiro Lafaiete	1	1
Contagem	1	1
Diamantina	1	1
Divinópolis	1	1
Formiga	1	1
Ipatinga	1	1
Itaobim	1	1
Itaúna	1	1
Ituiutaba	1	1
Janaúba	1	0
João Monlevade	1	1
Juiz de Fora	1	1
Lavras	1	1
Manhuaçu	1	1
Mantena	1	1
Monte Carmelo	1	1
Pará de Minas	1	1
Paracatu	1	1
Patos de Minas	1	1
Pedra Azul	1	1
Piumhi	1	1
Poços de Caldas	1	1
Ponte Nova	1	1
Rio Pomba	1	1
Salinas	1	1
São João Del Rei	1	1
São Lourenço	1	1
Teófilo Otoni	1	1
Três Corações	1	1
Tupaciguara	0	1
Ubá	1	1
Uberaba	1	1
Unaí	1	1
Varginha	1	1
UF – MATO GROSSO DO SUL	7	5
Aquidauana	1	1
Campo Grande	1	0
Corumbá	1	0
Coxim	1	1
Dourados	1	1
Ponta Porã	1	1
Três Lagoas	1	1
UF – MATO GROSSO	8	7
Alto Araguaia	1	1
Barra das Garças	1	1
Cáceres	1	1
Cuiabá	1	1
Rondonópolis	1	1
Sinop	1	1
Sorriso	1	0

Várzea Grande	1	1
UF - PARÁ	9	9
Abaetetuba	1	1
Altamira	1	1
Belém	1	1
Bragança	1	1
Cametá	1	1
Capanema	1	1
Castanhal	1	1
Santarém	1	1
Xinguara	1	1
UF - PARAÍBA	7	7
Campina Grande	1	1
Itabaiana	1	1
Itaporanga	1	1
João Pessoa	1	1
Patos	1	1
Pombal	1	1
Sousa	1	1
UF - PERNAMBUCO	9	6
Afogados da Ingazeira	1	1
Belo Jardim	1	1
Caruaru	1	1
Garanhuns	1	1
Jaboatão dos Guararapes	1	1
Limoeiro	1	0
Ouricuri	1	0
Palmares	1	0
Recife	0	1
Salgueiro	1	0
UF - PIAUÍ	11	11
Barras	1	1
Campo Maior	1	1
Canto do Buriti	1	1
Corrente	1	1
Floriano	1	1
Oeiras	1	1
Parnaíba	1	1
Picos	1	1
Piripiri	1	1
São Raimundo Nonato	1	1
Valença do Piauí	1	1
UF - PARANÁ	31	30
Apucarana	1	1
Assis Chateaubriand	1	1
Bacacheri	1	0
Campo Largo	1	0
Campo Mourão	1	1
Capanema	1	1
Cascavel	1	1
Cianorte	1	1
Colorado	1	1

Cornélio Procópio	1	1
Curitiba - Sede	1	2
Foz do Iguaçu	1	1
Francisco Beltrão	1	1
Guarapuava	1	1
Irati	1	1
Ivaiporã	1	1
Jacarezinho	1	0
Londrina	1	1
Medianeira	1	1
Maringá	1	1
Nova Londrina	1	1
Paraíso do Norte	1	1
Paranaguá	1	1
Paranavaí	1	1
Pato Branco	1	1
Ponta Grossa	1	1
Rio Negro	1	1
Rolândia	0	1
Telemaco Borba	1	1
Toledo	1	1
Umuarama	1	1
União da Vitória	1	1
UF – RIO DE JANEIRO	22	22
Barra do Pirai	1	1
Cabo Frio	1	1
Campos	1	1
Campo Grande	1	1
Copacabana	1	1
Duque de Caxias	1	1
Itaboraí	1	1
Itaguaí	1	0
Itaperuna	1	1
Jacarepaguá	1	1
Madureira	1	1
Meier	1	1
Niterói	1	1
Nova Friburgo	1	1
Nova Iguaçu	1	1
Petrópolis	1	1
Resende	1	1
Rio de Janeiro (Sede)	2	3
São Gonçalo	1	1
Teresópolis	1	1
Volta Redonda	1	1
UF – RIO GRANDE DO NORTE	5	5
Açu	1	1
Caicó	1	1
Parnamirim	1	1
Pau dos Ferros	1	1
Santa Cruz	1	1
UF – RIO GRANDE DO SUL	34	33

Alegrete	1	1
Bagé	1	1
Bento Gonçalves	1	1
Cachoeira do Sul	1	1
Camaquá	1	1
Canoas	1	1
Carazinho	1	1
Caxias do Sul	1	1
Cerro Largo	1	1
Cruz Alta	1	1
Erechim	1	1
Frederico Westphalen	1	1
Guaporé	1	1
Ijuí	1	1
Lagoa Vermelha	1	1
Lageado	1	1
Novo Hamburgo	1	1
Osório	1	1
Passo Fundo	1	1
Pelotas	1	1
Rio Grande	1	1
Santa Cruz	1	0
Santa Maria	1	1
Santa Rosa	1	1
Santana do Livramento	1	1
Santiago	1	1
Santo Ângelo	1	1
São Jerônimo	1	1
São Leopoldo	1	1
Taquara	1	1
Três Passos	1	1
Uruguaiana	1	1
Veranópolis	1	1
Viamão	1	1
UF – RONDÔNIA	5	5
Ariquemes	1	1
Cacoal	1	1
Ji-Paraná	1	1
Porto Velho	1	1
Vilhena	1	1
UF – SANTA CATARINA	22	21
Araranguá	1	1
Blumenau	1	1
Brusque	1	1
Canoinhas	1	1
Chapecó	1	1
Concordia	1	1
Criciúma	1	1
Curitibanos	1	1
Florianópolis	2	1
Itajaí	1	1
Jaraguá do Sul	1	1

Joaçaba	1	1
Joinville	1	1
Lages	1	1
Orleans	1	1
Palmitos	1	1
Rio do Sul	1	1
São Lourenço do Oeste	1	1
São Miguel do Oeste	1	1
Tubarão	1	1
Videira	1	1
UF – SERGIPE	6	6
Aracajú	1	1
Dores	1	0
Estância	1	1
Itabaiana	1	1
Lagarto	1	1
Nossa Senhora das Dores	0	1
Propriá	1	1
UF – SÃO PAULO	23	15
Andradina	1	1
Araçatuba	1	1
Araraquara	1	1
Bauru	1	1
Campinas	1	1
Diadema	1	1
Marília	1	1
Mauá	1	1
Nova Granada	1	0
Osasco	1	1
Ourinhos	1	1
Presidente Prudente	1	1
São José dos Campos	1	1
Sorocaba	1	0
São Paulo	9	3
Tietê	1	0
UF – TOCANTINS	9	7
Araguatins	1	1
Dianópolis	1	1
Gurupi	1	1
Miracema do Tocantins	1	1
Palmas	3	1
Paraiso do Tocantins	1	1
Tocantinópolis	1	1
TOTAL	337	313

Fonte: Banco de Dados Administrativos/BDA, Sistema de Imóveis/IBGE

Anexo 13 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					29183
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	022.389/2013-0	7190/2014	1.9	DE	0536/2014-TCU/SecexEstat, de 28/11/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					29183
Descrição da Deliberação					
<p>Dar ciência à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) das seguintes impropriedades verificadas nas Contas da entidade de 2012:</p> <p>1.9.1. erro na indicação do número do CPF do Sr. Fernando José de Araújo Abrantes e ausência do CPF do Sr. Alexandre Pereira Cunha, no rol de responsáveis elaborado pela unidade jurisdicionada, contrariando o previsto no art. 11, inciso I, da Instrução Normativa – TCU 63/2010.</p> <p>1.9.2. incompleta identificação dos atos formais de nomeação do Sr. Wadih Neto, Sandra Furtado de Oliveira, Alexandre Pereira Cunha e Gilberto Cozer Arruda, no rol de responsáveis elaborado pela jurisdicionada, infringindo o disposto no art. 11, inciso IV, da Instrução Normativa – TCU 63/2010; e</p> <p>1.9.3. não observância, ao efetuar o cadastramento, no Sisac, dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, Reforma e pensão, do prazo previsto no art. 7º da IN/TCU 55/2007, considerando que o Controle Interno, mediante levantamento realizado por amostragem, apurou que somente 26,64 desses atos foram realizados de acordo com o aludido prazo.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DE/COF e DE/CRH					
Síntese da Providência Adotada					
<p>No que diz respeito à inconsistência de dados referentes às pessoas indicadas no rol de responsáveis, conforme apontado nos itens 1.9.1 e 1.9.2, informamos o que segue:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Fernando José de Araújo Abrantes - CPF nº 337.746.337-20 e Portaria nº 343 da Presidenta do IBGE, de 20/10/2011. (anexo) 2) Alexandre Pereira Cunha – CPF nº 025.858.737-73 e Portaria 329, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, de 01/08/2012. (anexo) 3) Gilberto Cozer Arruda - Portaria 225, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, de 15/07/2011. (anexo) 4) Wadih João Scandar Neto - Portaria 1.470, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, de 28/09/2011. (anexo) 5) Sandra Furtado de Oliveira - Portaria nº 109 do Presidente do IBGE, de 06/04/2006. (anexo). <p>Quanto à inobservância, no Sisac, dos atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão conforme prazo previsto no art. 7º da IN/TCU 55/2007, apontado no item 1.9.3 do Acórdão, destacamos que se encontram todos regularizados.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Recomendação prontamente atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Julgada regulares a prestação de contas do exercício 2012.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					29813
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	031.474/2011-0	770/2012	9.1	DE	Ofício de Requisição nº 01-707/2013, de 16/10/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					29183
Descrição da Deliberação					
<p>9.1.6. Solicite do servidor José Carlos Pereira Rosa que apresente, no prazo de noventa dias, esclarecimentos quanto à possível acumulação do cargo de Técnico de Informações Geográficas e Estatísticas no IBGE e de professor aposentado do estado do Rio de Janeiro com o de professor no ensino médio da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro;</p> <p>9.1.7. Obtenha, no prazo de noventa dias, evidências documentais, inclusive junto à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, aptas a refutar ou confirmar a existência da acumulação de cargo do servidor acima mencionado no referido órgão, adotando, se necessário, as providências, em especial a prevista no art. 133 da Lei 8.112/1990.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria-Executiva (DE/GEPAD)					45142
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Em atenção ao ofício em referência, o qual solicita informações acerca das providências adotadas em relação ao cumprimento das determinações constantes dos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7 do Acórdão TCU 770/2012-1ª Câmara, informamos que o solicitado foi objeto de resposta por meio do Ofício IBGE/PR nº 216, de 18/06/2012, aditado pelo Ofício IBGE/PR nº 237, em 12/07/2012, no que diz respeito ao Item 9.1.6.</p> <p>Desta forma, cabe reafirmar que as providências em relação ao cumprimento das determinações foram devidamente adotadas, o que pode ser comprovado mediante cópia das documentações encaminhadas na ocasião, as quais seguem também anexadas ao presente Ofício.</p> <p>Entretanto, dando continuidade ao acompanhamento do caso relativo à determinação contida no Item 9.1.6, aproveitamos o ensejo para atualizar as informações prestadas anteriormente em relação à acumulação de cargos por parte do servidor José Carlos Pereira Rosa.</p> <p>Recapitulando, em 2011 foi aberto o processo administrativo nº 03604.006718/2011-60 e o servidor em questão se manifestou no sentido de que não exercia outro cargo, emprego ou função pública. Que exerceu o cargo público de professor na Secretaria Estadual de Educação, tendo sido aposentado em 30/03/2008. Comprovou tal justificativa ao apresentar seu comprovante de proventos referente ao mês de outubro/2011, a partir do qual se verificou que o mesmo é aposentado.</p> <p>Após o conhecimento do Acórdão 770/2012, a Coordenação de Recursos Humanos (DE/CRH) expediu ofício à Prefeitura do Rio de Janeiro, o qual foi anexado, juntamente com a resposta da Prefeitura, ao mencionado processo e encaminhado à Gerência de Processo Administrativo da Diretoria Executiva (DE/GEPAD) que convocou o servidor, tendo o mesmo comparecido em 11/04/2012 para tomar ciência da resposta da Prefeitura do Rio.</p> <p>Diante desse contexto, o servidor apresentou documentação comprobatória (protocolo) de "RENÚNCIA DE ESTIPÊNDIO" junto ao Estado, onde era aposentado como professor, comprometendo-se, tão logo concretizado em todo o procedimento, apresentar ao IBGE a respectiva documentação.</p> <p>Em 09/10/2013, por provocação da DE/CRH à DE/GEPAD, nos autos do Processo nº 03604.005457/2013-22, a mesma situação de acumulação ilícita de cargos públicos, por parte do referido servidor inativo, volta a ser identificada. Ocorre que o servidor teve a efetivação do ato de "RENÚNCIA DE ESTIPÊNDIOS" publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 18/10/2012. Entretanto, aproximadamente um ano depois, em 10/09/2013, foi publicado, no mesmo veículo</p>					

oficial, ato que tornou sem efeito a renúncia de estipêndios mencionada.

Em 21/10/2013 o servidor inativo José Carlos Pereira Rosa, compareceu a DE/GEPAD e foi notificado para, na forma do art. 133, da Lei 8112/90, apresentar opção por um dos cargos que ocupa em situação irregular, no prazo de 10 (dez) dias. Ressalte-se que, neste ato, interpelado pelo gerente da DE/GEPAD, sobre o porquê de ter tornado sem efeito o ato de sua renúncia de estipêndios, informou que assim procedeu de acordo com orientação de sua advogada.

Ademais, juntou documentação comprovando seu grave estado de enfermidade e, em razão desta, rogando pela prorrogação do prazo de 10 dias, estipulado na Lei 8.112/90, a qual estabelece em seu artigo 133, os ritos a serem adotados quando detectada a acumulação ilegal de cargos públicos, assim dispondo:

Art.133 Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I- instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II- instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III- julgamento.

Observe-se que a Lei não dá alternativa para apresentação de qualquer tipo de defesa, a não ser a opção por um dos cargos (no caso em tela, como se trata de 3 cargos, abrir mão de um deles).

Diante do exposto, o IBGE se vê agora diante da imposição de instaurar Processo Administrativo Disciplinar - Rito Sumário, para apuração e regularização da acumulação.

Outrossim, verificado o estado de saúde do servidor e sua iminente internação para cirurgia de potencial gravidade, em 08/11 próximo passado, fato que, certamente, o impediu de acompanhar o processo, outra alternativa não restou à esta Administração, senão aguardar a alta médica do servidor, prevista para 18/12/2013, para que de forma segura se possa dar continuidade aos ditames do art. 133, em destaque no parágrafo sobrejacente.

Síntese dos Resultados Obtidos

Observada a decisão conjunta desta Gerência com o apoio da Diretoria Executiva, de que se iria aguardar o retorno do servidor José Carlos Pereira Rosa, para que se pudesse dar cumprimento à demanda determinada pelo TCU, no sentido de que, aquele, apresentasse opção, em definitivo, por um dos cargos que ocupava, considerada a gravidade da enfermidade que o acometia, é certo afirmar, que naquela ocasião foi a melhor opção, à considerar o resultado desta ação, qual seja:

- o servidor José Carlos Pereira Rosa após ter alta médica, em razão da cirurgia a que havia sido submetido (inclusive com perda de uma das vistas), compareceu em 19/03/2014, a esta Gerência de Processos Administrativos Disciplinares - GEPAD, acompanhado de sua esposa, apresentando, nesta ocasião, pela segunda vez, documentação protocolada, relativa a sua **RENÚNCIA DE ESTIPÊNDIOS**, junto ao Estado, onde era aposentado como professor.

- em 06/05/2014, foi publicado ato da Superintendência de Administração de Pessoas do Estado do Rio de Janeiro, no Diário Oficial do Estado nº 079 - parte I, **cessando os efeitos estipendiais de sua aposentadoria**, concedida, à época, por ato da Secretaria de Estado de Educação, em 25/02/2011, publicado no D.O de 02/03/2011.

- sanadas todas as pendências relativas a acumulação sob apreço, na mais restou a ser feito ou apurado no Procedimento Disciplinar 03604.006718/2011-60, deliberando-se, por conseguinte, o arquivamento do mesmo.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Pertinente asseverar que, a tomada de decisões em conjunto com a Diretoria Executiva, bem como, com a participação da CRH/GESAT, na pessoa da Assistente Social, que acompanhou o servidor, orientando-o quanto a gravidade do fato, objeto de apuração (acumulação ilícita de cargos públicos), foram fatores decisivos, à contribuir para a adoção do correto procedimento por parte desta Gerência.

Anexo 14 – Relatório de cumprimento das recomendações do Órgão de Controle Interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			29813
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	NA 2011184251002	Recomendação 001	Ofício nº 3616/2013/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			29813
Descrição da Recomendação			
Atentar para a correta instrução do processo de suprimento de fundos com a caracterização da emergencialidade ou excepcionalidade das despesas, de forma que o mecanismo somente seja utilizado nas situações em que não é possível realizar o procedimento regular de aquisição.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Orçamento e Finanças			45188
Síntese da Providência Adotada			
No que diz respeito à Recomendação 001 da NA 201118425/002, a Coordenação de Orçamento e Finanças da Diretoria Executiva – DE/COF, por meio de Memorando às Gerências de Atendimento da Diretoria Executiva – DE/GAT, reafirmou a importância e necessidade da configuração da situação de emergência e excepcionalidade que deu razão à despesa, tanto no pedido de concessão de suprimento, quanto na prestação de contas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida imediatamente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As solicitações emitidas estão em conformidade com as recomendações.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			29813
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201306266	Recomendação 001	Ofício 33588/2014/NAC1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			29813

Descrição da Recomendação	
Adotar providências para que as informações sobre atos de admissão, aposentadoria e concessão de pensão sejam disponibilizadas para a Controladoria da União no prazo indicado no art. 7º da IN TCU nº55/20017.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos	27586
Síntese da Providência Adotada	
<p>Com relação à Nota de Auditoria que trata da constatação de descumprimento do prazo de envio de 179 atos, sendo 171 de Admissão e 8 de aposentadoria e pensão, temos a informar que, referente aos atos de admissão ocorridos no ano de 2012, reconhecemos o atraso no envio dos atos. Justificamos que se deram em virtude da inclusão no SisacNet ter sido realizada por meio de arquivos eletrônico (e não de forma manual, ou seja, individualmente) em uma tentativa de agilizar o envio dos atos. Houve problemas técnicos para conseguirmos gerar o arquivo dentro dos padrões exigidos pelo sistema, o que ocasionou o atraso no envio desses atos. Espera-se que até o final deste ano o sistema funcione adequadamente, momento em que estarão regularizados todos os atos referentes ao Sisac.</p> <p>Reiteramos, no que diz respeito aos atos de aposentadoria e pensão, que enviamos os atos rigorosamente dentro do prazo legal, ocorre que, quando se procede alguma correção em um ato que foi cadastrado dentro do prazo, a data que fica registrada no sistema é a última, ou seja, a da correção, o que já foi identificado pelo próprio controle interno.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A recomendação está sendo atendida. Os atos sobre admissão, aposentadoria e concessão de pensão estão sendo disponibilizados para a CGU no prazo indicado no art.7º da IN TCU nº 55/2007.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Foi desenvolvido um sistema para input de dados via carga para as admissões realizadas no Rio de Janeiro – Local em que ocorre maior número de admissões –, dando celeridade a este procedimento. Ao mesmo, a inclusão de dados no SisacNet pelas Unidades Pagadoras, dispersas nos demais estados, são monitoradas e cobradas a fim que de que os prazos para lançamento no sistema sejam cumpridos.	

Anexo 15 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			29813
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	246587	Recomendação 001 da Constatação 012	Ofício 33588/2014/NAC-1/CGU-Reginal/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			29813
Descrição da Recomendação			
Que o IBGE adote imediatamente os mecanismos de controle adicionais (solicitação mensal de bilhetes de passagens intermunicipais/interestaduais e realização de visitas e inspeções físicas) previstas na OS CRH nº 02/2010 para os servidores matrículas nº 0765611, 1362142, 0766818, 0772156, 1503461 e 0772651.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos			27586
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Coordenação de Recursos Humanos – DE/CRH está estudando a criação de um processo automatizado para recadastramento de todos os servidores para fins de auxílio-transporte, bem como para a atualização dos valores pagos. Acredita-se que com a implementação desse sistema, será possível emitir relatórios, realizar cruzamento de informações e confrontar valores de passagens. Cabe esclarecer que a OS CRH nº 02/2010, citada na recomendação 001, foi revogada pela OS CRH nº 03/2011.			
Resultados a serem obtidos			
O sistema ainda não foi desenvolvido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve recursos para desenvolvimento do sistema.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Instituto de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório 201118425	Recomendações 001 e 002 da Constatação 004	Ofício nº 3616/2013/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	29813
Descrição da Recomendação	
<p>Recomendação 001 Tendo em vista os riscos decorrentes do não pagamento de direitos e encargos trabalhistas, verificar a pertinência de suspender a orientação às Unidades Estaduais de contratação direta de serviços de limpeza por suprimento de fundos, expedida pela Coordenação de Recursos Materiais do IBGE, até que seja concluído um estudo técnico fundamentado para embasar a referida contratação.</p> <p>Recomendação 002 Realizar estudo técnico pormenorizado, considerando não apenas a economicidade, mas também a legalidade e os riscos envolvidos em cada modalidade de contratação, com vistas a fundamentar orientação para as Unidades Estaduais do IBGE realizarem a contratação de serviços de limpeza, apresentando o resultado à CGU.</p>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Recursos Materiais	45191
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
<p>Sobre as Recomendações 001 e 002 da Constatação 004 do Relatório 201118425, como já mencionado em outras ocasiões, vale destacar, no primeiro caso, que a Coordenação de Recursos Materiais da Diretoria Executiva – DE/CRM já orientou todas as Unidades Estaduais a suspenderem as instruções relativas a não contratação de pessoa jurídica, até a conclusão dos estudos recomendados.</p> <p>Quanto à segunda recomendação, importa registrar que em função da carga de trabalho, da capilaridade do IBGE e da complexidade das análises a serem efetuadas, inclusive com relação a aspectos legais, a previsão de conclusão dos estudos é o primeiro semestre de 2015.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Aguardando estudo pormenorizado	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Na dependência dos resultados a serem obtidos.	